



Bárbara Danielle Moraes Vieira

**Espinhos escravistas e insurgências contemporâneas:
apontamentos de leitura em “Memórias da Plantação:
episódios de racismo cotidiano” e “Vazante”**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade do Departamento de Letras da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Eneida Leal Cunha

Rio de Janeiro
Setembro de 2020



Bárbara Danielle Moraes Vieira

**Espinhos escravistas e insurgências contemporâneas:
apontamentos de leitura em “Memórias da Plantação:
episódios de racismo cotidiano” e “Vazante”**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Eneida Leal Cunha

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Profa. Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro

UERJ

Profa. Liv Rebecca Sovik

UFRJ

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Bárbara Danielle Morais Vieira

Graduou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (2014) e possui formação em Montagem e Edição de Imagem e Som pelo Instituto Brasileiro de Audiovisual - Escola de Cinema Darcy Ribeiro (2012). Realizou diversos cursos em Estudos Curatoriais na Escola de Artes Visuais do Parque Lage e desde 2013 trabalha com montagem audiovisual para cinema e TV. Em 2018 cumpriu a Missão de Estudos do Programa CAPES-PROCAD-PUC-Rio *Projeto Escritas Contemporâneas: Desafios teórico-críticos*, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Cachoeira-BA, sob orientação da Profa. Angela Figueiredo, em parceria com o Coletivo Angela Davis. De fevereiro a maio de 2019 foi *Visting Research Fellow* na Brown University, vinculada ao Portuguese and Brazilian Studies Department, sob a orientação da Profa. Leila Lehen. E-mail: barbaramorais.v@mail.com

Ficha Catalográfica

Morais Vieira, Bárbara Danielle

Espinhos escravistas e insurgências contemporâneas : apontamentos de leitura em “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano” e “Vazante” / Bárbara Danielle Morais Vieira ; orientadora: Eneida Leal Cunha. – 2020.

140 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2020.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Letramento racial. 3. Racismo. 4. Branquitude/branquidade. 5. Memórias da plantação. 6.Vazante. I. Cunha, Eneida Leal. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 800

Agradecimentos

À Profa. Eneida Leal Cunha, minha orientadora, pela atenção, pela escuta, diálogo, paciência, por me abrir caminhos e percepções, por estar junto e por me estimular a ter coragem e compromisso na pesquisa, por ajudar a me tornar quem eu sou.

Ao CNPq, pela bolsa que forneceu a base para a realização da pesquisa.

À CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ao *Projeto Escritas Contemporâneas: Desafios teórico-críticos*, pela missão de Estudos do Programa CAPES-PROCAD-PUC-Rio, onde pude pesquisar em Cachoeira durante uma quarentena entre agosto e setembro de 2018 que me deslocou e possibilitou as perguntas e aberturas da pesquisa.

Ao Programa de cooperação bilateral para pesquisa entre PUC-Rio e Brown University, pelo auxílio que me permitiu desenvolver como *Visiting Research Fellow* a pesquisa junto ao *Portuguese and Brazilian Studies Department*, na Brown University, de fevereiro a maio de 2019.

Ao movimento negro e ao feminismo negro, pois a emergência das questões em relação a branquitude e letramento racial crítico com as quais dialogo só foi possível a partir de um longo histórico de lutas de pessoas negras.

À Profa. Liv Sovik, por me acolher junto à disciplina na ECo-UFRJ e pelo diálogo atento e rigoroso durante o mestrado e na defesa da dissertação

À Profa. Ana Paula Alves Ribeiro pelo entusiasmo e pelo diálogo valioso durante a defesa da dissertação.

À Profa. Fátima Lima e à Casa das Pretas, pela faísca da pesquisa sobre letramento racial a partir formação durante “II Laboratório de Feminismo Negro” em julho de 2018.

À Profa. Angela Figueiredo, que me orientou durante a Missão de Estudos realizada em Cachoeira-BA entre agosto e setembro de 2018. Ao Coletivo Angela Davis por ter me recebido durante o período em que estive em Cachoeira e à II Escola Internacional de Feminismo Negro Decolonial.

À Profa. Leila Lehnen, do Portuguese and Brazilian Studies Department, por ter me recebido na Brown University.

À Profa. Keisha-Khan Perry e ao Africana Department, pela atenção, diálogo e trocas durante o período na Brown University.

À Meire Dorea e Mãe Celina de Xangô agradeço a bença e ao Arif Ali Shah por estar comigo durante todo o percurso.

À Profa. Cida Salgueiro, que participou da qualificação da pesquisa, pela atenção e generosidade nos comentários e indicações.

À Bia Machado, por me instigar a desenvolver tantas outras faculdades do conhecimento.

À Samantha Ribeiro, pelo entusiasmo, pela amizade, pela revisão do texto, pelas conversas e companhia;

À Silvia Leme, Rwolf Kindle, Augusto de Alencar, Ingá Maria e Davi Nunes pela amizade e acolhida em Cachoeira.

Às queridas(os) colegas e parceiras(os) da turma do Programa de Pós-graduação da PUC-Rio, Raphael Ribeiro, Marcella Granatiere, Renata Borges, Thiago Ortman e Bárbara Bergamaschi.

À Felipe Machado e Adriana Azevedo, pelas conversas e trocas.

À Lua Gil, Cauê Flor, Alessandro Menez, Ayssa Norek, Cris Fuscald, Ana Carolina Santos do Nascimento e Aya Cheito, pelas trocas, companhias e amizade durante o período na Brown University.

Ao Janderson Coswosk e Catia Maringolo, pelas belas descobertas propiciadas pelo congresso da ABRALIC em 2019.

À todas as professoras e professores do programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade, pelas aulas, seminários e trocas realizadas durante o mestrado, em especial ao Prof. Frederico Coelho, Ana Kiffer, Patrícia Lavelle e Helena Martins, pelas aulas e pelos mundos e frestas que se abriram.

Ao Departamento de Letras da PUC-Rio e a todas(os) as(os) funcionárias(os) que sempre estiveram disponíveis e solícitas(os), em especial à Digerlaine Gomes Tenório, Rodrigo Santana Pinheiro e Daniele Cruz, que me ajudaram em diversas ocasiões.

Ao Prof. Renato Cordeiro Gomes (*in memoriam*), pelo amor à literatura.

À gastación, Mariana Mayrink, Paula Sancier, Millena Lízia, Daniela Verztman, Liliana MontSerrat, Beatriz Cavalcanti e Luana Laux pela alegria e cumplicidade. À Éthel Oliveira, Carmen Brazolin, pelas conversas e caminhos.

À minha família, pelo afeto, amor e carinho.

Ao meu companheiro, Thales Pessoa, pelo amor e por compartilhar a experiência e o aprendizado de viver junto.

À minha avó Maria Bueno de Moraes que me saravou, encontrou meu corpo aberto e fechou. À minha bizavó, Maria Antônia, bença.

Este gesto inicial é uma forma de compartilhar o percurso, as dúvidas, o que pude conhecer, reconhecer e criar aberturas.

Resumo

Morais Vieira, Bárbara Danielle; Cunha, Eneida Leal (Orientadora). **Espinhos escravistas e insurgências contemporâneas: Apontamentos de leitura em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* e *Vazante***. Rio de Janeiro, 2020. 140 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem como objetivo produzir um ensaio que problematize as representações da história escravista e colonial brasileira e as violências fixadas pelo racismo em manifestações artísticas contemporâneas. Para ler tais questões analiso o livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), da artista multidisciplinar portuguesa Grada Kilomba e o filme de ficção *Vazante* (2017), dirigido pela cineasta brasileira Daniela Thomas, em diálogo com o evento de sua recepção e repercussão crítica na mídia brasileira. A partir destas duas obras que partem de diferentes perspectivas, abordagens e temporalidades, a pesquisa procura refletir sobre como as cicatrizes da violência escravista e colonial são performadas na contemporaneidade e como as noções de lugar de escuta/lugar de fala, letramento racial e fragilidade branca têm sido ativadas no vocabulário contemporâneo para se pensar racialidade e privilégio branco.

Palavras-chave

Letramento Racial; Racismo; Branquitude/Branquidade; *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*; *Vazante*.

Abstract

Morais Vieira, Bárbara Danielle; Cunha, Eneida Leal (Advisor). **Slavery thorns and contemporary insurgencies: notes on “Plantation memories: episodes of everyday racism” and “Vazante”**. Rio de Janeiro, 2020. 140 p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation aims to produce an essay that problematizes the representations of the colonialism and slavery times of Brazilian history and the violence fixed by racism in contemporary artistic works. To read such questions, I analyze the book “Plantation memories: episodes of everyday racism” (2019[2008]), by the Portuguese multidisciplinary artist Grada Kilomba and the fiction feature film “Vazante” (2017), directed by the Brazilian filmmaker Daniela Thomas, in dialogue with the event of its reception and critical repercussion in the Brazilian media. From these two works that start from different perspectives, approaches and temporalities, the research seeks to reflect on how the scars of colonial and slave violence are performed in contemporary times and how the notions of place of listening / place of speech, racial literacy and white fragility have been activated and transformed in contemporary vocabulary to think about raciality and white privilege.

Keywords

Racial Literacy; Racism; Whiteness; *Plantation Memories: episodes of everyday racism*; Vazante.

Sumário

1. Prólogo	11
2. Introdução	21
3. Letramento Racial: da emergência de uma formulação	35
4. Apontamentos sobre letramento racial em <i>Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano</i>	66
5. Letramento racial e o campo audiovisual: apontamentos acerca das disputas de narrativas a partir de <i>Vazante</i>	96
6. Considerações Finais	127
7. Referências Bibliográficas	128

Para a pessoa branca que quer saber como ser minha amiga

*A primeira coisa a fazer é esquecer que eu sou negra.
A segunda é nunca esquecer que eu sou negra.*

*Você deveria ser capaz de curtir Aretha,
mas não a toque toda vez que eu aparecer.
E se você resolver tocar Beethoven — não me conte
a história da vida dele. Eles também nos fazem estudar apreciação musical.*

*Coma soul food se você gosta, mas não espere que eu
indique os restaurantes especializados
ou faça essa comida para você.*

*Se alguma pessoa negra te insultar,
te atacar, estuprar sua irmã, estuprar você,
arrombar sua casa, ou só estiver sendo babaca —
por favor, não se desculpe comigo
por desejar infligir danos corporais a eles.
Isso me fará me perguntar se você é estúpida.*

*E mesmo que você realmente acredite que negros são melhores amantes que
os brancos — não me conte. Eu começarei a pensar em cobrar a taxa dos
ganhos.*

*Em outras palavras — se você realmente quer ser minha amiga — não
faça disso um trabalho. Eu sou preguiçosa. Lembra.*

Pat Parker (1944-1989)
Tradução de Stephanie Borges¹

¹ Disponível em <https://escamandro.wordpress.com/2020/07/18/pat-parker-por-stephanie-borges/> -
Acesso em 02.09.2020

Prólogo

Falar de abrir mão do poder é uma experiência radicalmente diferente de ser silenciado.

Stuart Hall, “Estudos Culturais e seu legado teórico”

No início da década de 1990 no Brasil, quando era criança e morava com minha mãe, às vezes eu almoçava durante a semana com meu pai e me lembro de ser repreendida à mesa enquanto comíamos, por trazer à tona algum assunto mais sério ou pesado. Ele me falou o seguinte: “Bárbara, este tipo de conversa azeda a comida”. Não entendi porque não se podia falar sobre alguns assuntos durante a refeição, mas calei. Depois fui entendendo um acordo entre as famílias de só se conversar coisas leves e amenas durante as refeições para não ter perigo de se instaurar um mal-estar, estragar a comida e talvez atrapalhar a digestão.

Éramos uma família branca de classe média baixa, pais separados, e vivíamos em uma cidade pequena, chamada Iguatama, no interior de Minas Gerais. Ainda é uma cidade claramente separada entre bairros ricos e pobres, o que em termos raciais se traduzem por vizinhanças predominantemente brancas e bairros negros, mesmo que isso não fosse de forma alguma falado e houvesse uma proximidade afetiva entre as pessoas. Naquela época eu, criança branca, nem sabia que havia pessoas negras e brancas, mas percebia que havia muitas diferenças e hierarquias no mundo.

Eu não me lembro exatamente sobre o que falei para ter suscitado o comentário paterno, mas essa é uma advertência que me acompanhou porque ela sintetiza de maneira curta e rápida a interdição de alguns assuntos. “Isso azeda a comida. Agora não!” Essa frase fazia parte de um conjunto de ensinamento de “boas-maneiras”, no âmbito da “boa educação” patriarcal mineira porque “ninguém gosta de criança chata e inconveniente”, era o que me falavam. Isto significava que determinado tópico não deveria ser abordado durante as refeições, o que me levava

a pensar que chegaria o momento oportuno de conversar sobre esses assuntos. Mas o que acontecia é que raramente surgia a oportunidade para se conversar sobre esses assuntos que azedam o “pão nosso de cada dia” – e esse pão nosso não significa de todos, mas de alguns. E o silêncio os mantinha protegidos. Parecia que era um padrão familiar de comportamento, mas depois de alguns anos percebi que era uma prática cultural muito comum - sobre aquilo que é difícil falar, melhor calar. E era nesse balaio onde repousavam assuntos como violência, racismo, machismo, entre outros.

Quando tinha seis anos de idade minha mãe se casou com meu padrasto. Ele era um homem que era chamado de moreno. Lembro bem de uma mulher da família dele chegar até mim (tinha acabado de conhecê-la) e me dizer: “Não chegue aqui em casa com um namorado *preto!*”. Se eu perguntar a ela se realmente me disse isso talvez negue, mas era uma frase que eu não conseguia entender nem esquecer, até porque com seis anos de idade não fazia planos de namorar alguém e ou se iria namorar homens. Mas ficou o alerta, uma boa menina *branca* não deveria namorar *pretos*.

Com essa mesma idade eu lembro que algum adulto, um dia estava me chamando de “tadinha”, uma corruptela de coitadinha. Não sabia exatamente o que era tadinha, mas sabia que não era algo bom e eu respondi: “Não me chama de tadinha porque tadinha é coisa de preto!”. Aprendi muito cedo a associar coisas que não eram boas a “coisas de preto”. Eu tinha seis anos de idade. E os adultos que estavam ao meu redor riram quando eu disse isso. Eram todos brancos esses adultos ao meu redor? Talvez, mas também é possível que não. Não lembro de ter sido repreendida pela reprodução do comentário racista. Mesmo inserida em uma família nuclear branca por parte de pai e mãe, os vizinhos de porta no bairro onde eu morava eram famílias negras. A aprendizagem do racismo na minha formação, portanto, não se deu a partir de um isolamento físico, afetivo, material e cultural em relação a pessoas negras, ao contrário, na tênue proximidade é que a construção da diferença acontecia. Tive amiga(o)s negra(o)s, professoras da escola primária negras, parentes negros, assim como muitas outras oportunidades de convivência e proximidade que costumam ser evocados por pessoas brancas como álibis para negar o racismo.

Quando ia cortar os cabelos havia a crença (fantasia da branquitude) de que se alguém branco cortasse seu cabelo com uma pessoa negra, o cabelo iria engrossar

ou ficar mais crespo. Assim, enquanto não podia escolher em qual salão de beleza iria cortar o cabelo, era sempre decidido que a(o) cabelereira(o) não poderia ser morena(o). Morena(o), moreninha(o) eram as palavras utilizadas para se referirem às pessoas que não eram brancas no círculo social em que eu vivia, majoritariamente branco. Quando uma pessoa branca falava moreninha ou morena, como na frase “Aquele mulher ali, aquela que é moreninha.”, esta palavra era acompanhada pelo gesto de esfregar o dedo no antebraço oposto. Esse gesto ainda persiste como um indicativo para se referir à cor das pessoas negras. Esse gesto não é utilizado para fazer referência à cor das pessoas brancas.

Passei grande parte de minha vida em cidades do sudeste brasileiro e quando ouvia falar em racismo, associava isso a um problema relativo somente às pessoas negras. Parecia que nós, brancas(os), não tínhamos nada a ver com isso. Quando tento me lembrar de estudantes, professoras(es), familiares e amiga(o)s não brancas(os) percebo que minha memória embranquece as pessoas. Fui educada pela família, escola e contexto social em que vivia a não olhar as pessoas e a mim mesma a partir de sua cor da pele, o que embranquecia a todos, quando era possível. O que torna o reconhecimento e visibilidade da cultura negra nas memórias que eu tenho de infância uma tarefa muito mais difícil porque a “boa educação” ensinava a embranquecer ou em *amorenar* todas(os) que poderiam não ser lidas(os) como brancas(os). A cultura negra nas suas mais variadas formas e sotaques faziam parte da minha vivência de menina branca, mas sem que me fosse dito, evidenciado ou nomeado.

Como exemplo desta forma de vivenciar a cultura negra mas sem reconhece-la como tal, sem conferir visibilidade ou memória às culturas de matriz africana que compunham as festas tradicionais da cidade e na cultura na qual cresci, lembro das Folias de Reis que aconteciam em Iguatama - eram um grande evento para uma cidade com menos de dez mil habitantes nos anos de 1990 - mas que eu não via como uma prática cultural negra ou que me fosse dito como tal. Para que eu consiga relembrar e conferir visibilidade, nome, memória e reconhecimento às culturas negras, às pessoas negras que estiveram presentes na minha infância é necessário um exercício de imaginação e memória outro porque o racismo também me ensinou a como lembrar ou como esquecer. Foi na proximidade e na intimidade cotidiana que o racismo me foi primeiro ensinado, não como um *Outro* distante, mas como um próximo e íntimo, mas sem nome (para mim).

Quando estudei história do Brasil no ensino fundamental e médio, as(os) professoras(es) estimularam uma reflexão crítica sobre o legado da escravidão no tempo presente. Entretanto, quando o “legado da escravidão” no presente era estudado, o que vinha era sempre o racismo e as desigualdades raciais daí decorrentes para pessoas negras. Não lembro de professoras(es) refletindo sobre como este mesmo legado da escravidão chegava até o presente beneficiando pessoas brancas. Sobre isso, trago uma reflexão de Maria Aparecida Bento que é de fundamental importância para compreendermos a distribuição desta herança de violência e privilégio: “Somos herdeiros do mesmo processo histórico. Porém quem descende do escravocrata tem uma herança e quem descende do escravizado tem outra herança.”²

Por vir de uma família de classe branca média baixa, o discurso da meritocracia sempre foi imperativo: “Quem quer consegue, e pela educação sua vida pode melhorar. É assim para todo mundo, veja por exemplo o Joaquim Barbosa. Se ele conseguiu, qualquer pessoa que se esforçar, pode conseguir chegar lá.”³ Cresci ouvindo esta frase em casa, na escola, na televisão, no cinema.

Entrei na faculdade em 2009 na Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ, e cursei Ciências Sociais na graduação. Era um ambiente de muito questionamento e de desejos de desconstrução. A política de Ações Afirmativas de cotas raciais ainda não havia sido implementada na Universidade. A maioria das(os) estudantes eram brancas(os) e era possível contar menos de cinco estudantes negras(os) de um total de 90 que ingressaram naquele ano. Enquanto estive na graduação, todo o corpo docente era branco. Quando ouvia sobre a “questão racial” no Brasil, o que não estudei a fundo nas disciplinas, em nenhum momento me sentia implicada ou responsável ou que a “questão racial” tivesse alguma coisa a ver comigo. O que não ocorria com as categorias de gênero, sexualidade ou classe social. A interseccionalidade, esta ferramenta analítica desenvolvida por feministas negras⁴, não circulava tão amplamente no ambiente acadêmico que eu frequentava

² Reflexão de Cida Bento durante a live “Precisamos Falar Sobre o Racismo”, realizada em 07.06.2020, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wK9vpUqo65s&fbclid=IwAR2eY0E_OvqiZs9EGeb8pyVUI3hwS_CiAm3ZR4vO_HtgYIymkoPrEaOJ1eU

³ Joaquim Benedito Barbosa Gomes foi o primeiro presidente negro do Supremo Tribunal Federal Brasileiro, de 2012 a 2014. Todos os presidentes da mesma instituição que o antecederam eram brancos (o que pode parecer redundante acrescentar esta informação).

⁴ AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019

ou nas redes sociais da época. Dificilmente o racismo, o cis-heteropatriarcado ou o sexismo e capitalismo eram abordados ou concebidos de maneira interseccionada nos textos teóricos em que tive acesso durante a graduação.

A “questão racial” era algo que percebia, mas não sentia que precisasse estudar ou ler sobre o assunto. Sabia que exista racismo no Brasil, era possível fazer um comentário generalizado e superficial sobre o assunto, mas esta não era uma categoria de análise teórica ou de inquietação pessoal. Era como se não tivesse a ver comigo. Era possível viver sem pensar, sobretudo sem procurar me informar sobre isso e quando ouvia sobre mortes, genocídios de pessoas negras, logo a categoria classe social se sobressaía em relação à racialidade.

Estes são alguns dos breves episódios que posso recordar durante minha primeira infância e início da vida adulta onde fui aprendendo o que poderia significar ser branca, tendo como referência as pessoas negras, próximas ou distantes, sendo esta uma formação que se dava sempre em relação a um Outro.

Esta narrativa que procura reconstituir as primeiras experiências de uma educação que estimula, reproduz e atualiza as práticas e imaginários racistas talvez possa ter um tom enfadonho porque não revela nada de novo nem traz alguma formulação específica da socialização de uma pessoa branca que passou a infância entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 na região sudeste do Brasil. Este é um relato do que vivi e que revela como o racismo é algo que se aprende cotidianamente desde criança, um assunto sobre o qual não se conversava, mas que sempre se fazia presente.

Contudo, parece-me necessário tentar nomear e explicitar a partir do meu locus social, como a paisagem na qual pessoas brancas ocupam e formulam as posições de poder é construída como um dado naturalizado. Frequentar ambientes de maioria branca, como salas de aula, ver pessoas brancas em posições de poder e de prestígio na sociedade, no cinema, na igreja, na novela, onde o padrão de beleza também é branco, era simplesmente “normal”. Não causava nenhuma estranheza. E esta é uma face da perversidade no racismo no Brasil: a naturalidade com que é e foi encarado ou negado cotidianamente.

Escrever sobre essas memórias parte também de um reconhecimento da especificidade racial e geopolítica de experiências como esta. Quem escreve esta pesquisa é uma mulher branca, que foi socializada em uma família branca por parte

de pai e mãe. Ao longo da vida minha família me ensinou ou tentou me educar sobre religião, sexualidade, cuidados com o corpo, economia, justiça social. Nunca me foi dito nada sobre raça ou racismo, educação antirracista ou quais podem ser os significados de ser vista(o) como branca(o) em uma sociedade como a brasileira, marcada e estruturada pelo racismo anti-negro e anti-indígena.

O reconhecimento da necessidade de aprender um vocabulário para falar sobre racismo, nomeá-lo, adquirir um repertório analítico e teórico para abordar os privilégios brancos e desenvolver letramento racial são uma das faíscas a partir da qual a pesquisa se desenvolve.

Ao escrever este prólogo, fiquei na dúvida se seria suficiente para o início desta conversa ou entrada na dissertação, começar com o relato que enfatiza o reconhecimento de atitudes racistas e sua aprendizagem na infância. Entre o alheamento e a pesquisa sobre racialidade e racismo houve algumas faíscas que abriram um percurso de experiências.

Em um determinado momento de amadurecimento intelectual, entrando em contato com artistas e pensadoras negras e não brancas, quando o assunto do racismo chegava na mesa, percebia que eu não sabia falar sobre isso. Na verdade, sabia bem pouco, nada além do que racismo existe no Brasil como um saldo da escravidão, que eu não era racista e desaprovava o racismo. Ou seja, a partir de um lugar que chamo aqui “progressista”, tinha uma percepção senso comum branco sobre o que seria o racismo. Até este momento, talvez início de 2017, não havia pensado ou lido sobre o tema.

Como uma pessoa que consome o conteúdo de redes sociais, comecei a assistir no Youtube algumas TED Talks. TED Talks são conferências filmadas na qual uma ou duas pessoas falam para uma plateia sobre tópicos e assuntos variados em curto período de tempo, em geral até 20 min. Assistindo a muitas conferências sobre diversos temas, percebia uma diferença fundamental: quando homens e mulheres brancas falavam, sobretudo homens, pouco da sua construção social vinha à tona na narrativa. Eles falam sobre o tema a partir de um lugar impessoal e universal da experiência. Raramente encontrava algum fato que fazia referência à sua família, a região onde moram, seus sentimentos, o nome de suas avós ou algum

outro fato dos seus processos de subjetivação que tivessem influenciado o tema do qual estivessem falando no TED Talks.

Entretanto, quando ouvia as conferências de mulheres negras, o tom era outro. De modo recorrente nos discursos dessas mulheres havia muita reflexão sobre suas próprias histórias de vida. Em alguns casos a construção das narrativas eram formuladas a partir das experiências biografias e tornavam-se a matéria da conferência. Como um breve exemplo de como a partir do lugar de fala de mulher negra a problematização e construção reflexiva do racismo pode ser construída, trago a conferência de Nátaly Neri *A mulata que nunca chegou*⁵. Em relação aos exemplos de como homens brancos exercem sua autoridade é possível encontrar na maioria dos vídeos de TED Talks proferidos por homens brancos.

Trago esta circunstância de onde comecei a pensar sobre as distintas formas de construção de conhecimento e narração das experiências de vida porque foi a partir daí que comecei a elaborar estas questões e principalmente a questionar o que imaginava saber sobre racismo. Foram a partir das TED Talks de Nátaly Neri, Preta Rara, Chimamanda Adichie, Monique Eveille e Lia Vainer Schucman, para citar algumas mulheres, que comecei a pensar mais seriamente sobre racismo e letramento racial. Além de entrar em contato com a produção artística e teórica de Jota Mombaça, Cíntia Guedes, Musa Michelle MatiuZZi e Millena Lízia. E se demorei tanto tempo a pensar sobre racismo ao longo da minha história de vida no Brasil, pode ser indicativo do lugar social de branca que ocupo.

Como o início de um processo, é importante pontuar o reconhecimento e a reflexão sobre o racismo em primeira pessoa, lembrando os episódios localizados no passado nos quais tive uma educação racista, mas isto por si só não é suficiente. Ao mesmo tempo, apenas o reconhecimento do racismo no passado não traz garantias que as práticas de pessoas brancas que se coloquem como antirracistas no presente estejam livres de contradição, tentativa e erro, ou que tenhamos parado de reproduzir o racismo depois que passamos a enxergá-lo.

⁵ NERI, Nátaly. *A mulata que nunca chegou* | Nátaly Neri | TEDxSaoPauloSalon. 31.01.2017. Canal TEDx Talks. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=02TBfKeBbRw> - Acesso em 20.04.2020.

Em uma aula virtual pela plataforma Zoom, no curso de pós graduação dedicado ao estudo de textos de Stuart Hall, ministrado por Eneida Leal Cunha e Liv Sovik no primeiro semestre de 2020, a doutoranda Raika Julie Moisés comentava um episódio relevante no jornalismo brasileiro em junho do mesmo ano, no qual jornalistas negras(os) da Globo News relatavam suas experiências com racismo⁶. Em determinado momento, falaram dos episódios em que sofreram racismo. Raika Moisés afirmou a importância da iniciativa no jornalismo e, ao mesmo tempo, questionou como que a conta do racismo não fechava do Brasil: que se por um lado pessoas negras relatam os diversos e recorrentes casos de racismo que sofreram em suas vidas, por outro lado as pessoas brancas não costumam relatar ou refletir sobre os episódios em que cometeram atos racistas. Ao terminar de comentar esse fato, ela perguntou às pessoas brancas presentes na aula se elas poderiam falar de episódios em que foram racistas.

O questionamento da estudante construiu um sentimento de desconforto que raramente pessoas brancas se defrontam em suas vidas. Fora do ambiente universitário ou de uma militância política, onde nos debates sobre racialidade e racismo tal reflexão tensa e desconfortável pode ser direcionada para pessoas brancas, esta é uma situação rara no Brasil, embora cada vez mais recorrente nos últimos anos.

Quando ela fez essa pergunta, me remeti ao início deste prólogo, com os vários exemplos em que relembro na infância os atos e aprendizagens racistas. Contudo, ao ensaiar responder à pergunta de Raika aqui neste texto, porque não foi possível naquele momento, pensei que talvez falar de racismo na infância ou em um passado remoto seria perder uma oportunidade de conjugar uma outra língua na qual eu pudesse tentar desaprender ativamente o racismo no tempo presente, no agora. Responder esta pergunta em primeira pessoa demanda um processo reflexivo e de vigilância contínua, habitando as contradições, tensionamentos, tentativas e erros de aprender a ser antirracista, em um processo que nunca termina. Posso assumir o compromisso de ser antirracista em termos políticos-sociais, nos temas de pesquisa, na minha vida privada ou nos espaços de poder em que possa vir a

⁶ G1. *No Em Pauta, jornalistas relatam experiências com racismo*. 03.06.2020 Disponível em <http://g1.globo.com/globo-news/videos/v/no-em-pauta-jornalistas-relatam-experiencias-com-racismo/8601095/> - Acesso em 09.06.2020

ocupar, mas isso não me dá garantias. O antirracismo para nós pessoas brancas demanda uma vigília, revisão e desaprendizagens constantes.

E pensando em como responder a esta pergunta que causa tanta ansiedade e reflexão, me lembrei de um episódio em que vivi antes de entrar no mestrado, não há muito tempo atrás. Trabalho com edição de vídeo e fui chamada à casa de uma cineasta branca para conversarmos sobre um filme em que eu iria trabalhar. Era uma reunião de trabalho na casa dela, um lugar que eu nunca tinha ido. Ao chegar no prédio falei ao porteiro o nome da moradora que iria visitar e ele me indicou onde era o elevador. Ele não interfonou para o apartamento para depois da confirmação me deixar subir. [Esta é uma situação recorrente em prédios da Zona Sul carioca em que percebo como o passaporte da branquitude abre literalmente algumas portas]⁷. Ao localizar o número do apartamento, apertei a campainha e uma mulher negra atendeu, abrindo a porta. Sorri, cumprimentei e ela disse que a pessoa iria me atender em alguns minutos. Este é o contexto.

Mas quando a mulher negra abriu a porta pra mim, imediatamente eu pensei: “A empregada da fulana veio abrir a porta pra mim.” Ao pensar isso eu levei um susto com minha própria premissa internalizada, pois nesta suposição a imagem de uma mulher negra abrindo a porta da casa de uma cineasta branca com quem eu iria conversar era necessariamente sua diarista/empregada doméstica. Este susto silencioso que senti, revelava como que no meu imaginário branco, a imagem de uma mulher negra abrindo a porta de casa de uma mulher branca na Zona Sul do Rio de Janeiro era fixada no espectro da empregada doméstica. Em uma situação banal como esta, o racismo cotidiano se faz presente. Eu não comentei esse pensamento com ninguém no momento, mas me surpreendi com as armadilhas e arapucas que o racismo nos ensina, de maneira sutil ou efetiva, e que precisamos cotidianamente reconhecer, desmontar e ressignificar o que nos foi dado. A mulher negra que abriu a porta pra mim era a 1ª Assistente de Direção do projeto.

Escrevo como quem ensaia falar em uma língua outra, uma língua que se forma enquanto se fala, uma língua que procura identificar o racismo e escrever contra ele, uma língua que se deseja antirracista e no entanto, não fornece garantias

⁷ Agradeço à Daniele Rodrigues por atentar para esta prática durante uma aula quando conversávamos no chat no Zoom sobre como reconhecíamos os privilégios de ser branca, a partir das diversas origens de classe e localizações geográficas no Rio de Janeiro.

de êxito. Ainda que ser antirracista seja categoria instável e que demanda comprometimento cotidiano. Uma língua que procura criar aberturas e reconhecimento. Quando falo nesta língua que não aprendi na infância e ainda estou aprendendo, posso gaguejar, tropeçar, transpirar, errar, mas é praticando que se aprende a falar. Escrever ou querer falar nesta língua não é um ato pacífico, sem conflitos, contradições ou ambiguidades.

2

Introdução

“Eles [os brancos] não precisavam gritar e proclamar a sua Branquitude, pois o tigre não precisa proclamar a sua “tigritude”; sendo o “rei” da selva ele simplesmente ataca silenciosamente quando sua sobrevivência o exige”.

Kabenguele Munanga,
prefácio para o livro *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*
(2017), organizado por Tânia Müller e Lourenço Cardoso

Quando evocamos o conceito de raça, não estamos nos referindo a um dado biológico ou genético *a priori*, ainda que seja na superfície da pele que ela se inscreva e opere. Entendemos raça como uma construção social, uma categoria discursiva, de um significado flutuante⁸ e, que atua como uma tecnologia hierarquizante, organizadora e classificatória da diferença nas sociedades humanas. Partimos do pressuposto que, como afirma Denise Ferreira da Silva, “a diferença racial é produto de aparatos científicos estabelecidos para explicar uma variedade de configurações humanas corpóreas e sociais encontradas nas várias regiões globais.”⁹

A racialidade, enquanto uma construção histórica do século XIX, é uma categoria central que molda a configuração epistemológica e ontológica que hierarquiza indivíduos e grupos. Segundo a filósofa Denise Ferreira da Silva, no artigo *A dívida impagável: lendo cenas de valor contra a flecha do tempo*:

A imagem do outro que o conhecimento racial fabrica é um efeito de dobra da violência, a saber, a violência jurídica total que assegura a expropriação colonial e a violência científica produtiva das ferramentas

⁸ HALL, Stuart. *Raça, o significante flutuante*. Tradução de Liv Sovik em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VIII, 2, 2015

⁹ SILVA, Denise Ferreira da. *À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo*. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 61-83, janeiro-abril, 2006

do conhecimento moderno que transubstanciam a expropriação colonial em um déficit natural, isto é, racial.¹⁰

O signo da violência, como Ferreira enfatiza na formulação acima, é de fundamental importância para compreendermos a eficácia e as consequências da raça. Os projetos de dominação e violação a partir desta categoria afirmam a hipermarcação e criação de “outro” racializado, isto é, aqueles que são não-brancos, não-europeu, não-homem, não-cisgênero, não-heterossexual. Ao apontar quem é “outro” (*alter*) em uma relação desigual, o discurso da racialidade reafirma um “si mesmo” (*ego*) como um lugar de neutralidade e universalidade discursiva, quando o é localmente branco, eurocêntrico, masculino, heterossexual e cisgênero.

Sobre a violência científica, que é uma violência que trabalha no campo das narratividades, a eugenia foi um discurso científico que exerceu extensa hegemonia em termos culturais e políticos do final do século XIX ao início do século XX na Europa e nas Américas. Compreender como as ideias da eugenia se desenvolveram, nos possibilita historicizar como as tecnologias de atualização do racismo se configuram na contemporaneidade, para além de um saldo do escravismo e do colonialismo.

Derivada do campo da biologia, das teorias evolucionistas de Jean-Baptiste de Lamarck e Charles Darwin¹¹ e do racialismo, a ciência¹² eugênica foi cunhada por Francis Galton em 1883. Ela transpunha as ideias evolucionistas para o campo social, afirmando que havia raças humanas superiores (brancos europeus), por estarem em um estágio evolutivo mais avançado que outras, colocadas como inferiores. A eugenia, definida como a ciência do aprimoramento racial, reiterava a supremacia da raça branca sobre negros, indígenas e imigrantes asiáticos e pautou

¹⁰ SILVA, Denise Ferreira da. *A Dívida Impagável: Lendo Cenas De Valor Contra A Flecha Do Tempo*. Oficina de Imaginação política, 2017, p. 17. Disponível em

https://issuu.com/amilcarpacker/docs/denise_ferreira_da_silva_-_a_di_vi Acesso em 01.03.2020

¹¹ Jean-Baptist de Lamarck (1744-1829) foi um naturalista francês que desenvolveu a teoria evolutiva dos caracteres adquiridos. Charles Robert Darwin (1809-1882) foi um naturalista britânico que formulou em 1859 a teoria da evolução das espécies por meio da seleção natural.

¹² É comum atualmente ao fazermos referência à eugenia, que a prediquemos como uma *pseudociência* porque se trata de uma elaboração racista do conhecimento e que não encontra legitimidade científica. Entretanto, decidi usar o termo “ciência” eugênica para demarcar como que na época em que foi cunhada e nas primeiras décadas do século XX, a Eugenia tinha o status socialmente reconhecido de verdade científica. Desta forma, chamo a atenção para historicidade da construção do saber científico como um dispositivo de disputa de poder. Agradeço a Eneida Cunha por esta reflexão durante o curso “Stuart Hall - contribuições para pensar cultura e racismo no Brasil”, em 2020.1

as políticas de branqueamento da população nos séculos XIX e XX, assim como a construção de uma identidade nacional brasileira.

No Brasil em 1918 foi fundada a primeira Sociedade Paulista de Eugenia e muitos cientistas e intelectuais brasileiros, como médicos, higienistas, juristas e educadores, acolheram os pressupostos eugênicos de “higiene social” como um símbolo de modernidade cultural¹³. Entre seus difusores e entusiastas, estavam renomados médicos, juristas e educadores, que hoje dão nome a diversos logradouros e instituições públicas brasileiras. Dentre eles, Miguel Couto, Julianio Moreira, Vital Brasil, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto e Carlos Chagas foram alguns dos nomes que aderiram e desenvolveram a eugenia no Brasil.

Durante o século XIX o racismo científico através da eugenia, da antropologia, biologia e outras ciências, atualizou o vocabulário em torno do conceito de raça em um momento histórico em que muitas nações lidavam com o contexto do pós-abolição da escravidão. Os pressupostos da eugenia atuaram como um eficaz instrumento de reforma do ambiente social no pós-abolição, sendo implementadas através de políticas públicas e campanhas sanitaristas, e desta forma se tornaram uma maneira de sistematização e programatização de ideais racialistas. Assim, ao trazer para o debate a eugenia podemos compreender através deste exemplo como e porque o racismo não é um fenômeno estático ou apenas um legado da escravidão. É uma tecnologia perversamente sofisticada que demanda a renovação de suas práticas e discursos e constrói mecanismos de legitimidade no campo científico, político, social, cultural e simbólico.

Contemporaneamente, o racismo estrutural e institucionalizado se expressa por outro vocabulário, como um *racismo sem raça*¹⁴, no qual a narrativa da hierarquia biológica foi substituída pela construção de uma “fantasia de incompatibilidade” que cria uma diferença cultural, religiosa e nacional¹⁵.

¹³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920*. In Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/ dez 2008, p. 146.

¹⁴ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução Renata Santini. São Paulo, n-1 edições, 2018.

¹⁵ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 113.

Podemos afirmar que o racismo é um sistema que desumaniza, escraviza, estereotipa, estigmatiza e fetichiza pessoas negras e indígenas e por isso beneficia, privilegia, protege e humaniza pessoas brancas. Contudo, também é necessário analisar como o racismo se constitui e adquire sua especificidade em cada formação social e geográfica. O racismo tem como efeito generalizado um processo de desumanização (simbólica e real) de determinados grupos sociais, mas o racismo não é o mesmo em toda parte e adquire contornos culturais e políticos próprios a depender para onde e em que período histórico se analisa.

Quando enfatizo o caráter desumanizador do racismo é porque tem consequências muito reais e efetivas. Durante o escravismo o estatuto jurídico de humanidade da pessoa escravizada era negado. Como afirma Achille Mbembe,

“[...] no contexto da *plantation*, a humanidade do escravo aparece como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda do estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade). Enquanto estrutura político-jurídica, a *plantation* é sem dúvida um espaço em que o escravo pertence ao senhor.”¹⁶

O racismo no Brasil é um elemento estrutural e estruturador das relações jurídicas, sociais, econômicas, simbólicas e afetivas. Segundo o Atlas da Violência publicado em 2018 pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica) “existe uma grande discrepância nos índices de morte violentas quando consideramos o fator cor/raça nos últimos dez anos da pesquisa. Isto implica dizer que 71,5% das pessoas assassinadas anualmente no Brasil são pretas ou pardas.”¹⁷. O encarceramento em massa tem cor, a pobreza tem cor, o genocídio de uma parcela da juventude tem cor, as periferias têm cor, o suspeito tem cor, as empregadas domésticas têm cor. As turmas de formatura de medicina têm cor, as zonas ricas das cidades têm cor, as madames têm cor, os chamados cidadãos de bem têm cor.

O racismo, de acordo com a análise de Michel Foucault sobre a emergência do biopoder nos mecanismos dos Estados modernos, opera como um corte, uma separação entre aqueles que devem viver e os que devem morrer¹⁸. O

¹⁶ MBEMBE, Achille. *Op. Cit.*, p. 27

¹⁷ CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da Violência 2018*. Ipea, Rio de Janeiro: 2018, p.04

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Aula de 17 de março de 1976*. In *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

estabelecimento de uma relação do tipo biológico e a fragmentação da espécie humana em raças (dentre as quais se elegem aqueles que devem viver e os que devem morrer) foi a tecnologia de poder criada para que se tornasse aceitável tirar a vida de alguns na sociedade de normalização. Na *Aula de 17 de março de 1976*, Foucault afirma:

“A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. Vocês compreendem, em consequência, a importância - eu ia dizer a importância vital - do racismo no exercício de um poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar.”¹⁹

O racismo, portanto, por ser resumido como o direito de matar em uma sociedade da normalização. Entretanto, esse direito de matar se acentua na contemporaneidade a tal ponto que outras noções, a partir e além do biopoder, são necessárias para ler o momento. A noção de necropoder e necropolítica²⁰, cunhada por Achille Mbembe, é uma contribuição que amplia nosso vocabulário para analisarmos a submissão da vida ao poder da morte. Necropolítica acentuada pelos estados de exceção e destruição massiva por armas de fogo, que se efetiva cotidianamente como o genocídio, epistemicídio²¹ e a criação dos mundos de morte.

Grada Kilomba define no racismo como a construção da diferença, na qual a branquitude é o ponto de referência a partir do qual os outros se diferem, tornando-se o diferente, a outridade. O que funciona para legitimar a exclusão destes mesmos outros grupos raciais de direitos. As diferenças ocupam uma relação hierárquica

¹⁹ Id., ib., p. 306

²⁰ Id., ib.,

²¹ Evoco a noção de epistemicídio, como desenvolvida por Sueli Carneiro: “É um conceito extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995), que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder. É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de seqüestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca.” CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. (Tese de doutorado) Feusp, 2005, p. 10

desigual, que aliado à uma relação de poder, o racismo se torna a supremacia branca.²²

Se o racismo é um sistema discursivo que opera no nível das representações, das imagens e auto-imagens, das instituições, das definições acerca da humanidade, e sobretudo como uma máquina de morte, este é um problema que diz respeito à toda sociedade, sobretudo àquelas(es) que historicamente que se beneficiam dele. Se vivemos em uma sociedade racialmente estruturada, é de fundamental importância estudar as dinâmicas de racialização dos grupos brancos.

Historicamente os estudos relacionados às hierarquias raciais no Brasil, realizados por intelectuais brancos de classe média, tiveram como foco de sua investigação analítica os sujeitos negros e em menor parte, indígenas, a partir de um “eu-narrador” que estaria em uma posição de neutralidade racial²³. Em comparação, em uma proporção muito menor, estão os estudos no campo dos estudos culturais, literatura ou ciências sociais que têm como recorte racial de análise a branquitude. Tais propostas de análise em geral são realizadas com o objetivo de problematizar e compreender a construção e manutenção dos privilégios materiais, simbólicos e imaginários que sujeitos brancos usufruem em uma sociedade onde o racismo é o fundamento das suas práticas institucionais reguladoras.

Os estudos sobre branquitude, que se acentuam sobretudo a partir dos anos 2000 no Brasil, promovem um importante deslocamento na interpretação dos estudos das hierarquias raciais, como por exemplo, no que diz respeito a revisão dos conceitos fundamentais do pensamento social brasileiro como mestiçagem, democracia racial e meritocracia.²⁴ Tais estudos são relevantes para ampliar o armário de ferramentas dos conceitos operadores de leitura e as lentes analíticas acerca dos mecanismos de manutenção e reprodução das hierarquias raciais e para

²² KILOMBA, Grada. Op. Cit, p. 76

²³ PIZA, Edith. *Porta de vidro: entrada para branquitude*. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Eds.). *Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 59–90.

²⁴ SILVA, Priscila Elisabete. *O conceito de Branquitude: reflexões para o campo de estudo*. In *Branquitude: estudos sobre racialidade branca no Brasil*. MÜLLER, Tania Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (Orgs.) Curitiba: Appris, 2017, p. 25

traçar projetos de enfrentamento ao mesmo.

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1990, se desenvolveu o campo interdisciplinar chamado *Critical Whiteness Studies* que investiga a construção da identidade branca. A emergência das pesquisas sobre a branquitude é um fenômeno recente no Brasil, que se relaciona com a influência do poder de mobilização do movimento negro²⁵, assim como devido a uma expressiva presença de estudantes e professoras(es) negras(os) nas universidades públicas brasileiras devido a implementação das políticas de Ação Afirmativa.

De acordo com Lourenço Cardoso²⁶, no Brasil foi Gilberto Freyre em 1962 quem primeiro utilizou o termo *branquitude*, no sentido de predicar a identidade racial de pessoas brancas. Derivada da palavra em inglês *whiteness*, Freyre usa a palavra para contrapô-la à ideia de *negritude* (*blackness*), argumentando contra a utilização destes mesmos termos em prol do elogio à miscigenação, como ideal de *convivência racial*. Cito a seguir o trecho do discurso de Freyre escrito originalmente em inglês e transcrita do artigo de Cardoso:

My thanks go to those who participated by being present at the commemorations of Camões Day in Rio de Janeiro this year, and came to hear the words of someone who, as a disciple of Camões' "varied color", is as opposed to the mystique of "negritude" as to "whiteness": two sectarian extremes that are contrary to the very Brazilian practice of racial democracy through *mestiçagem*: a practice that imposes special duties of solidarity with other mixed-race peoples. Especially those of the Portuguese Orient and Africa. Especially with those of black and mestiço Africans marked by the Portuguese presence.^{27/28}

25. CARDOSO, Lourenço. *Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista*. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 8, n. 1, 2010, p. 607–630,

26 Idem, Ibidem.

27 Freyre, Gilberto, 1962 apud Guimarães, A. S. A. (2005). Racial democracy. In: Souza, J. & Sinder, V. (org). *Imagining Brazil* (Global Encounters), 1a ed., pp. 119-140. Lanham, Md.: Lexington Books.

28 “Meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam este ano, no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da “vária cor”, camoneana, tanto se opõe à mística da “negritude” como ao mito da “branquitude”: dois extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõem deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana (Gilberto Freyre, 1962)”, Tradução de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães.

Nesse artigo, Cardoso faz uma genealogia das pesquisas e publicações sobre branquitude no Brasil. Contudo, apesar de Freyre ter sido o primeiro a utilizar o termo branquitude, foi o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos em *Patologia social do 'branco' brasileiro*, de 1957, o primeiro a problematizar a identidade racial do branco no Brasil. Ele inicia o artigo diferenciando o *negro-tema* do *negro-vida*, isto é, o negro enquanto tema de pesquisa de sociólogos e para o negro-vida, enquanto “realidade efetiva”. Ramos utiliza o termo brancura, às vezes como cor branca (pele clara) e outras no sentido da racialidade branca. Para resumir o argumento do autor, a tese apresentada neste artigo é a de que existe uma patologia do “branco” brasileiro, em particular do “branco” das regiões norte e nordeste do país, que é um problema de ordem psicológica coletiva, cujo sintoma seria a de uma “instabilidade auto-estimativa”. A palavra branco em seu texto vem entre aspas.²⁹

Até 2008, a única tese de doutorado sobre branquitude, segundo as pesquisas de Cardoso³⁰, foi a tese de Maria Aparecida Silva Bento, defendida em 2002 cujo título é *Pactos Narcísicos no Racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. O conceito “pactos narcísicos da branquitude” tornou-se uma ferramenta de análise muito evocada em debates públicos sobre branquitude e que é definida pela autora no resumo de sua tese:

“Tudo se passa como se houvesse um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade.”³¹

²⁹ Conferir e análise do significado das aspas no texto de SOVIK, Liv. *A Branquitude e o Estudo Da Mídia Brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador, 2002

³⁰ Sobre uma extensa análise das pesquisas sobre branquitude no Brasil, conferir CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”: a emergência da branquitude nos estudos sobre as relações raciais no Brasil* (Período: 1957-2007). (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008

³¹ BENTO, Maria Aparecida da Silva; CARONE, Iray. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002,. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php> Acesso em 15.06.2020

Segundo Bento, esse pacto narcísico é um pacto entre iguais que se manifesta através da criação do consenso e solidariedade branca, tornando-se um traço fundamental da branquitude. O locus da pesquisa de campo se deu no âmbito das instituições, a partir de entrevistas que realizou com gestores de pessoal de duas prefeituras públicas do sudeste brasileiro. No decorrer da tese, a autora analisa como em uma sociedade racializada, cuja supremacia é branca, como a noção de silêncio e “neutralidade racial” operam e o que é protegido neste silêncio, isto é, seus privilégios raciais dos grupos brancos.

Bento ressalta que neste pacto entre pessoas brancas em relação ao racismo e ao legado do escravismo que beneficia este mesmo grupo, o silêncio - “fiel guardião dos privilégios” - e o medo cumprem um papel importante. A principal função do silêncio e do medo é a proteção dos interesses e a desoneração de brancas e brancos de responsabilização em uma sociedade forjada na desigualdade e na construção da diferença como hierarquia racial.

E as consequências deste silêncio, para além da normalização de privilégios simbólicos, materiais e imaginários, se materializa quando em um debate público na contemporaneidade escolhas, comportamentos, obras de arte e políticas culturais formuladas por pessoas brancas são questionadas e acusadas de racismo (seja entre pessoas alinhadas em uma vertente político-ideológica conservadora e também entre pessoas brancas progressistas, que se colocam como à esquerda politicamente). Percebe-se, como apontado pela psicóloga estadunidense Tatum (1992, apud BENTO, 2002, p. 45) como o racismo é um assunto sobre o qual sujeitos brancos negam e se defendem das acusações em um nível pessoal, podendo chegar posteriormente a perceber como o racismo afeta a vida de pessoas negras, mas não leva ao reconhecimento de como o racismo é também estrutural e afeta a vida de pessoas brancas.

Definir o conceito de branquitude é uma tarefa complexa, pois não estamos falando somente de uma identidade racial homogênea, que seja intrínseca em si mesma ou que se efetive da mesma forma em todos os lugares, a qualquer tempo. “Branquitude é relacional, para pensar sobre ela, temos que perceber as relações

entre brancos e não brancos”³², afirma Liv Sovik.

Ruth Frankenberg, teórica britânica-estadunidense, pioneira no campo dos estudos críticos da branquitude/branquidade,³³ define branquitude “como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, em uma posição de poder, em uma geografia social de raça, e como lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”³⁴. Esta definição é útil pois conceitua branquitude enquanto um lugar de fala e de poder associada a uma identidade racial.

Priscila Elisabete da Silva, ao sistematizar as diferentes abordagens e estratégias de definições de branquitude por pesquisadores no Brasil, destaca os contornos das principais características deste conceito:

“a necessidade de pensar fora da dualidade branco/negro; a superioridade estética mostra-se como um dos traços fundamentais da branquitude brasileira (SCHUCMAN, 2012, p. 69); o silêncio tem sido uma estratégia utilizada para proteger os privilégios em jogo (BENTO, 2009); a branquitude é uma identidade marcada racialmente, porém ao indivíduo branco é dado o poder de escolher evidenciá-las ou não; as desigualdades raciais, ainda que sejam percebidas e reconhecidas, não são associadas à discriminação (BENTO, 2009); é um lugar de poder e vem atuando nas instituições; é um símbolo de dominação (MALOMALO, 2014) reproduz um colonialismo epistemológico (LABORNE, 2014); tem a tendência a resvalar para a classe como marcador para definir a própria condição de branquitude (CORROSSACZ, 2014); contudo, demonstra a capacidade de exercer autorreflexão – branquitude crítica (CARDOSO, 2010)”³⁵

Branquitude, portanto, é uma construção ideológica, cultural e diz muito sobre as hierarquias e configurações do poder. Em nenhuma destas definições

³² SOVIK, Liv. *Preto No Branco: Stuart Hall E A Branquitude*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 6, n. 13, p. 162-174, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/157>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

³³ Sobre um debate acerca da diferenciação conceitual sobre branquitude e branquidade, Cf. JESUS, Camila Moreira de; FIGUEIREDO, Angela: *O Privilégio da Brancura na Escola Pública: Uma Etnografia No Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia em Cachoeira – BA*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014

³⁴ FRANKENBERG, R. *White women, race matters: the social construction of whiteness*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994 apud Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002

³⁵ SILVA, Priscila Elisabete. Op. Cit, p. 30-31 (As referências bibliográficas completas das obras citadas por Silva estarão no final da dissertação)

branquitude é definida a partir do campo biológico, como uma questão de código genético. Branquitude se configura sobretudo como um lugar de fala, de poder (ou de presunção de poder) e como uma questão de imagem. Quando falamos de branquitude, portanto, não nos referimos apenas a um debate sobre identidades e modos de subjetivações, mas efetivamente de desigualdade e poder, pois como argumenta Lia Schucman, o debate racial é o centro da desigualdade social³⁶ e dos conflitos democráticos.

Na conjuntura política contemporânea brasileira, podemos perceber a emergência do debate sobre as relações e as hierarquias étnico-raciais, que tiveram grandes avanços nos últimos vinte anos. As transformações se refletem tanto em termos do conhecimento produzido no âmbito universitário, que se aproxima de outras epistemologias para além do paradigma masculino eurocêntrico, como nos temas de pesquisa, nas bibliografias e metodologias que são questionadas e se modificam quando outros sujeitos, plurais e diversos, entram no jogo antes reservado às elites brancas esclarecidas.

Devido às históricas lutas por direitos, justiça social e bem viver dos movimentos negros e da sociedade civil organizada no Brasil, uma série de direitos foram conquistados em termos de justiça racial e reparação histórica, que não são suficientes, mas já podemos ver seus frutos. Dentre os avanços jurídico-institucionais alcançados que produziram uma ampla discussão sobre a questão racial, raça e racismo no Brasil, envolvendo diversos setores da sociedade, podemos apontar: a implementação da legislação antirracista durante a Assembleia Constituinte, que deu origem à Constituição de 1988; a aprovação da lei de cotas no ensino superior e serviço público, que tal como é formulada atualmente, se tornou uma pauta política do movimento negro a partir do início da década de 2000³⁷; a aprovação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que torna obrigatório, respectivamente, o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica; a promulgação da Emenda Constitucional 72, mais conhecida

³⁶ Afirmação de Lia Schucman durante a live “Precisamos enfrentar o racismo”, realizada em 07.06.2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wK9vpUqo65s&fbclid=IwAR2eY0EOvqiZs9EGeb8pyVUI3hwS_CiAm3ZR4vO_HtgYIymkoPrEaOJ1eU – Acesso em 08.06.2020

³⁷ ALBERTI, V.; PEREIRA, A. *Defesa Das Cotas Como Estratégia Política Do Movimento Negro Contemporâneo*. Estudos Históricos, n. 37, p. 143–166, 2005.

como a PEC das Domésticas (PEC 66/2012), que estende os direitos trabalhistas básicos garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) às trabalhadoras domésticas, função exercida sobretudo por mulheres negras; além da visibilização de uma geração de professores, artistas e intelectuais negras e negros dentro e fora das universidades brasileiras que criam fissuras, reconfiguram os discursos hegemônicos e sistematizam outros paradigmas de produção de conhecimento.

O debate sobre racismo, assim com questões de gênero, performatividade e sexualidade, também emergiram no horizonte cultural brasileiro. Há uma quantidade significativa de autores e autoras, produtores de conteúdo (para nos referirmos à geração de *Youtubers* e influenciadoras(es) digitais), artistas e intelectuais negras(os) que em diferentes linguagens e plataformas abordam a questão racial em seus múltiplos campos de atuação, tanto em blogs, nas redes sociais, nos museus como no cinema autoral, nas artes visuais, na indústria musical e etc.

E uma diferença nos modos de pensar que aqui me interessa investigar é sobre a rasura no que se refere quando falamos sobre “questões raciais”, quando as identidades associadas e atribuídas aos grupos de pessoas brancas também se tornam objeto de estudo e reflexão. Sobre este tópico em relação aos estudos sobre branquitude/branquidade e como este vocabulário circula no debate público, redes sociais, na academia e no ambiente cultural, tornam-se mais frequentes os questionamentos sobre as atitudes, posturas e posicionamentos de pessoas brancas e instituições em relação à manutenção do racismo, tanto a nível pessoal, como estrutural, institucional e simbólico.

Nos últimos anos podemos perceber a emergência e a presença de formulações que evidenciam as identidades raciais brancas no que concerne ao debate público sobre hierarquias raciais. Conceitos como “privilégio branco”, “fragilidade branca”, “pactos narcísicos da branquitude”, “supremacia branca” e “letramento racial” são algumas formulações cada vez mais presentes no repertório utilizado no debate público e nas pesquisas universitárias, quando se analisa o racismo no Brasil. Conceitos estes que evidenciam a contraparte do racismo, porque se por um lado o racismo no Brasil é anti-negro e anti-indígena, por outro lado somos nós, brancas(os), que nos beneficiamos simbólica, material e diretamente dele.

Nesta pesquisa branquitude é uma problemática e um operador de leitura para

compreendermos as hierarquias raciais, sociais e culturais na contemporaneidade. Em uma conjuntura internacional na qual grupos de extrema-direita ganham força implementação, torna-se imprescindível lançarmos perguntas sobre as identidades e hierarquias raciais, compreendidas aqui como algo relacional e passível de mudanças.

Dado o quadro breve, quero situar onde meu trabalho entra em diálogo com este percurso histórico. Em busca de compreender melhor a condição da branquitude entrei para o mestrado na PUC-Rio para ampliar meu repertório sobre como se constituem os conflitos raciais no Brasil e porque para pessoas brancas como eu aprender e enxergar criticamente o racismo e suas violências é algo tão difícil, pouco praticado e muito desafiador.

Por letramento racial compreendo a partilha de um conjunto de signos comunitários, que diz respeito aos hábitos, traumas e vivências do tornar-se, de um processo no qual aprendemos a ser brancas(os) ou negras(os). Trazer a categoria de letramento racial implica também a saída do campo de naturalização dos *habitus* raciais que nos constituem e a tomada de consciência que tira a identidade branca da invisibilidade ou universalidade. Escrever esta dissertação é um exercício de deslocamento crítico do letramento racial racista em que aprendemos a ser sujeitos brancos.

No capítulo *Letramento Racial – da emergência de uma formulação* trago algumas percepções dos significados contemporâneos da luta antirracista e quais papéis devemos ocupar nessa luta em termos de comprometimentos efetivos e reparações das desigualdades raciais. Em seguida, a partir da formulação de letramento racial (*racial literacy*), como formulada por France Winddance Twine, analiso este conceito e como o desenvolvimento de letramento racial crítico para sujeitos brancos pode ser compreendido como um passo importante nas políticas antirracistas cotidianas.

No capítulo *Apontamentos sobre letramento racial em “Memórias da Plantação – episódios de racismo cotidiano”* apresento as principais questões

desenvolvidas pela artista interdisciplinar portuguesa Grada Kilomba nessa obra e do impacto que sua leitura me causou. Em seguida, dialogo com o programa de letramento racial que a autora propõe, a partir de categorias da psicanálise freudiana, e que está presente tanto no primeiro capítulo de seu livro, como na videoinstalação apresentada por Kilomba na exposição *Desobediências Poéticas* na Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2019, cujo título é *O Dicionário*.

No capítulo *Letramento racial e o campo audiovisual: apontamentos acerca das disputas de narrativas a partir de Vazante (2017)*, analiso o longa metragem ficcional da cineasta brasileira Daniela Thomas e como a recepção e repercussão crítica do filme por intelectuais e artistas negras(os) desde a sua estreia no 50º Festival de Brasília pode ser lido um evento no qual emergem forças discursivas que deslocam e questionam a hegemonia da branquitude.

Aviso, estou falando do mim o tempo todo até quando não uso a primeira pessoa no singular. Há uma hipertrofia do eu ao longo do texto que necessito explicitar aqui. Pois só consegui desenvolver a escrita para falar *sobre* branquitude e letramento racial crítico depois que me impliquei nesse processo, sem dedos em riste.

Contornar o sexismo da língua portuguesa foi um exercício que tentei praticar durante todo o texto. Contorcer a língua e manter a contundência de não permitir que a condição no masculino seja lida como universal foi um exercício muito mais complexo do que imaginei no início. Alerto que em alguns momentos eu possa ter esquecido ou não ter me atentado, pois talvez o sexismo da língua seja mais eficaz que minha tentativa de não reproduzi-lo. Contudo, optei por sempre que possível, usar um recurso uniforme e escrever as palavras com as desinências de gênero no feminino e colocar as desinências masculinas entre parênteses, como em “negras(os) e brancas(os)”.

Letramento Racial: da emergência de uma formulação

Sobre os usos e sentidos parciais e provisórios do antirracismo

Um dos requisitos para a eficácia da ideologia racista é que a desigualdade de poder se apresente como algo normal e naturalizado em uma determinada sociedade. Tal ideologia teve forte lastro no Brasil e se intensificou aqui a partir do racismo científico e da eugenia, das políticas de branqueamento no pós-abolição e, nas primeiras décadas do século XX com as políticas de aperfeiçoamento da “raça brasileira” através do projeto eugênico e cultural da valorização da mestiçagem.

O racismo é um fenômeno e uma tecnologia de poder que é estrutural e sistêmica, sem a qual o capitalismo não se sustentaria, e que se reproduz de maneira complexa³⁸. Ao falarmos de racismo, não se trata de analisar isoladamente um ato voluntário individual racista. Não estamos falando de intencionalidade nem de uma morte violenta ou um evento específico em particular, mas de uma tecnologia de morte³⁹, de subalternização e dependência que se dá ao nível da política, da economia, dos processos de subjetivação, das narrativas, da história, dos algoritmos⁴⁰ de busca virtual e de costumes enraizados em diversas camadas da vida em sociedade, como vêm destacando Achille Mbembe (2014, 2018), Denise Ferreira da Silva (2019) e Maria Aparecida Silva Bento (2002).

À Angela Davis é atribuída uma frase que repercute em redes sociais, está estampada em camisetas e se tornou um lema antirracista em muitos espaços progressistas: “Em uma sociedade racista, não basta não ser racista. É preciso ser

³⁸ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa : Antígona, 2014

³⁹ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução Renata Santini. São Paulo, n-1 edições, 2018.

⁴⁰ SILVA, Tarcizio da. Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade No Aprendizado De Máquina. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/744> Acesso em: 04.09.2020

antirracista”⁴¹. Quando digo que esta frase é atribuída à Angela Davis quero dizer também da dificuldade de localizar a referência, o contexto e o ano em que a autora disse tal frase. Quando esta frase é citada em artigos acadêmicos e textos jornalísticos não é referenciado quando e onde Davis a disse, ainda que seja amplamente utilizada para o início de uma conversa sobre antirracismo e é pertinente com os discursos de Davis.

Em uma sociedade conservadora e racista como a brasileira, que por um lado promove uma guerra racial contra negras(os), indígenas e pessoas empobrecidas e por outro garante privilégios simbólicos, materiais, jurídico-institucionais e imaginários para as pessoas brancas, quais significados e práticas podem adquirir a luta antirracista?

Esta é uma pergunta que demanda múltiplas vozes para ser respondida porque o antirracismo é pensado de maneira plural e diversa. Aqui me interessa apontar a partir do que tenho pesquisado, quais são os possíveis contornos no momento de agora do que pode significar “ser antirracista”, com as aspas e provisoriiedades de sentidos em disputa.

Escrevo em julho de 2020 este capítulo da dissertação. Há alguns meses as pautas, discursos e narrativas antirracistas se intensificaram e emergiram nas redes sociais, em textos publicados em blogs e jornais independentes, ocupando - ainda que de maneira breve e pontual - jornais de grande audiência na televisão aberta brasileira. E quando me refiro à emergência do antirracismo, uso emergência no sentido evocado por Eneida Cunha, a partir da leitura que Michel Foucault faz de Friedrich Nietzsche, como:

“A emergência é sempre um lugar de enfrentamento e de afrontamento, de embate entre forças dominantes e forças dominadas, e, portanto, não pode ser compreendida como o ponto inaugural de alguma coisa nem como uma continuidade, mas como efeito de deslocamentos, reposicionamentos ou inversões.”⁴²

A emergência do antirracismo se dá nesse sentido não como algo que começa agora ou que não existia antes, mas como uma irrupção contra resistências

⁴¹ Originalmente dita em inglês: "In a racist society it is not enough to be non-racist. We must be anti-racist". Fonte não encontrada. Pelas ocorrências em inglês na Plataforma Google Scholar, a frase começou a ser difundida a partir de 2016, mas apesar de procurar vastamente na internet, não consegui localizar a fonte.

⁴² CUNHA, Eneida Leal. *A emergência da cultura e da crítica cultural*. Cadernos de Estudos Culturais, v. 1, 2009, p. 73-82.

conservadoras, consolidadas e violentas. Entretanto, ao ler diferentes textos e reportagens que pudessem me ajudar a escrever sobre antirracismo, percebi uma certa ausência de definição do que seria o antirracismo. Tem se tornado cada vez mais comum encontrar a citação de Angela Davis sobre a necessidade de ser antirracista. Ao mesmo tempo, antirracismo, mesmo sendo trabalhado como uma palavra de ordem, talvez não seja uma categoria analítica ou descritiva consolidada. Podemos ler o antirracismo enquanto uma formulação autoexplicativa, ainda que as demandas de posicionamento ou ação sistemática antirracista não sejam tão evidentes assim. Portanto, perguntar em um exercício analítico sobre o que se compreende quando trazemos o antirracismo para a conversa, é um exercício para averiguar quais sentidos (sempre moventes e em disputa) estão sendo evocados.

Ao falar de antirracismo como se fala de um jargão em moda, ou como uma palavra de ordem, como muitas vezes tem se tratado termos importantes e relevantes para o pensamento contemporâneo, sem situar o que seja, incorremos no risco de esvaziar a densidade, a historicidade e a plasticidade que o debate crítico dessas significações demanda e suscita.

Mas o que pode significar ser antirracista? Para que possamos atualizar múltiplas abordagens deste conceito e ao mesmo tempo, talvez, perceber que o antirracismo, assim como o racismo, também tem se tornado um significante que flutua. Stuart Hall no texto *Raça, o significante flutuante*, ao compreender a efetividade de raça como aparato discursivo e enquanto linguagem, nos estimula a realizar uma aventura crítica na análise sobre raça a partir de um saber sem garantias. De um saber que não se compreende enquanto verdade, mas em versões porque não se trata de algo essencial, mas relacional. Hall argumenta:

“As pessoas são meio esquisitas, algumas marrons, outras bastante pretas, algumas até, com esta luz, repugnantemente rosadas. Mas não há nada de errado com suas aparências. Mesmo assim, quero defender que raça funciona como uma linguagem. E os significantes se referem a sistemas e conceitos da classificação de uma cultura, a suas práticas de produção de sentido. E essas coisas ganham sentido não por causa do que contém em suas essências, mas por causa das relações mutáveis de diferença que estabelecem com outros conceitos e ideias num campo de significação. Esse sentido, por ser relacional e não essencial, nunca pode ser fixado definitivamente, mas está sujeito a um processo constante de redefinição e apropriação. Está sujeito a um processo de perda de velhos sentidos, apropriação, acúmulo e contração de novos sentidos; a um processo infindável de constante ressignificação, no

propósito de sinalizar coisas diferentes em diferentes culturas, formações históricas e momentos.”⁴³

Assim, creio que pode ser produtivo partirmos da premissa que o antirracismo também pode ser analisado enquanto um aparato discursivo contra-hegemônico, que se insurge contra a linguagem e o aparato ideológico e discursivo que alimenta e atualiza as práticas racistas de hierarquização e diferença. Como um significante que ao ser chamado à cena atualmente adquire diferentes contornos, cujo sentido político está em deslocamento, atualização e em disputa.

Para compreender as demandas e ações antirracistas em determinada sociedade é necessário levar em consideração a especificidade do racismo prevalente, ou seja, do contexto, da cultura e do momento histórico, assim como o que pode ser realizado enquanto pessoa física, pessoa jurídica ou política pública. Antirracismo no Brasil é um verbete ainda sem definição no Wikipédia em língua portuguesa⁴⁴. A partir da definição disponível no dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis, encontramos a seguinte definição para o verbete “antirracismo”: “Opinião, movimento ou manifestação que se opõe ao racismo.”⁴⁵ Uma definição tautológica, pois o prefixo “anti” neste sentido demarca uma oposição. Esta definição é correta, no entanto não é muito útil na compreensão do antirracismo em seu teor político e histórico, apenas demarca um aspecto de ações que se oponham ao racismo.

Fui ao meu último dicionário que é um Mini-Aurélio, uma versão reduzida e de bolso do dicionário Aurélio do ano de 2010⁴⁶, e ao procurar o verbete “antirracismo” e vi que o verbete está ausente na minha edição. Entretanto, a ausência de “antirracismo” em um dicionário amplamente utilizado por estudantes

⁴³ HALL, Stuart. *Raça, o significante flutuante*. Liv Sovik (tradução) em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VIII, 2, 2015, p. 2. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/> - Acesso em 07.07.2020

⁴⁴ Wikipédia é um projeto de enciclopédia multilíngue de licença livre, baseado na web e escrito de maneira colaborativa. A Wikipédia foi lançada em 15 de janeiro de 2001 por Jimmy Wales e Larry Sanger e tornou-se a maior e mais popular obra de referência geral na internet, sendo classificada em novembro de 2018, na quinta posição entre todos os websites do Alexa. Para mais informações https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Sobre_a_Wikip%C3%A9dia - Acesso em 06.07.2020

⁴⁵ Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/antirracismo/> - Acesso em 07.07.2020

⁴⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba : Positivo, 2010, 960p.

não se deve a uma possível falta de espaço por se tratar de um dicionário propositalmente reduzido, como seria possível argumentar. Apesar de não ter “antirracismo”, na lista dos verbetes iniciados com “anti”, está o “antiquark”, que se refere à antipartícula do *quark*, um verbete muito específico de campo da física. Não é por falta de espaço que podemos compreender e nos indagar sobre esta ausência, que muito revela sobre as fronteiras e resistências encontradas para a difusão do debate racial há uma década atrás.

Podem parecer irrelevantes essas observações de busca em dicionários populares sobre antirracismo, entretanto, a partir destas ausências, me parece muito revelador de como antirracismo é um termo que ao mesmo tempo que demanda uma constante revisão do que esteja significando, também podemos compreender a própria ausência da palavra como um indizível, impensável – ou inaudível.

Versões situadas, provisórias e inacabadas do que é ou pode ser *antirracismo*

A compreensão da luta antirracista abarca um amplo espectro de práticas implicadas, que vão desde a luta contra discriminação e preconceito racial e a busca por implementação de igualdade racial na sociedade, como também se referem ao debate sobre desigualdade e concentração de poder. O que, em determinada perspectiva político-filosófica, também inclui uma crítica ao capitalismo. Se compreendemos que o racismo foi um dínamo fundamental para a criação e concentração do capital, a luta antirracista também se refere à uma luta anticapitalista, de divisão de riqueza, justiça racial e medidas reparatórias e compensatórias para os diversos grupos subalternizados.

Mas ao mesmo tempo não estamos nos referindo a um movimento político centralizado, uniforme, coeso ou homogêneo. De tal maneira, o antirracismo é melhor caracterizado a partir de um conjunto de comportamentos, em escala individual ou coletiva, que envolve, no nosso caso, práticas, atitudes e perspectivas de enfrentamento ao racismo anti-negro e anti-indígena no Brasil e que, por outro lado, passa pela desconstrução da branquitude como um lugar de privilégio e vantagem estrutural.

Nesse sentido, ao pensar os agentes sociais que pautam o antirracismo e são os protagonistas desta luta, é fundamental ressaltar a atuação do movimento negro brasileiro contemporâneo para o fortalecimento e configuração das agendas em curso. Como mostra Lourenço Cardoso:

“Atualmente, o movimento negro tornou-se um protagonista na luta antirracista, ao argumentar que a desigualdade racial também significa privilégios do grupo branco e, concomitantemente, desvantagens ao grupo não-branco. [...] Vale ressaltar que o conceito desigualdade racial será importante para a luta antirracista, particularmente para o movimento negro, ao exigir do Estado brasileiro a adoção de políticas de promoção da igualdade racial. O conceito desigualdade racial foi igualmente fundamental para o reconhecimento oficial do racismo pela nação brasileira no ano de 1995.”⁴⁷

Além do movimento negro também me parece importante ressaltar o papel dos feminismos negros e dos movimentos de mulheres na divulgação e ampliação das pautas e agendas da luta antirracista.

Em termos de políticas públicas, as pautas antirracistas incluem mudanças estruturais que se reflitam em políticas de bem-estar social, garantindo direitos básicos à vida, como saúde pública, moradia e educação. A luta antirracista também se refere a desnaturalização da desigualdade de poder, busca por igualdade racial, por políticas de discriminação positiva de grupos historicamente subalternizados através de Ações Afirmativas, como as cotas étnico-raciais, e também pelo questionamento das bases que perpetuam a hegemonia branca que se beneficia do racismo. Desta forma me parece relevante perceber como atualmente as pautas antirracistas se constituem a partir da eleição de um conjunto de práticas políticas, posturas, revisões e negociações – atreladas ao lugar de fala de quem se propõe a falar ou a ouvir – que visam dismantlar e criar fissuras no racismo estrutural, institucional ou cotidiano.

Em 2020 durante crise sanitária em escala global causada pelo coronavírus SARS-Cov-2, que causa a doença conhecida como COVID-19, e dos protestos antirracistas detonados pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos da América, a questão racial e a luta antirracista ganhou maior visibilidade pública e

⁴⁷ CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008, p. 50

nos meios de comunicação no Brasil. Nessas circunstâncias, o debate sobre antirracismo, diante dos muitos genocídios em curso há mais de quinhentos anos, emerge também aqui e intensifica o questionamento sobre como pessoas brancas podem e devem atuar na luta contra o racismo e a desigualdade racial.

Esse é um tema que cada vez toma mais espaço no debate público brasileiro em tempos recentes, mas que também é consequência de um longo histórico de lutas e resistências. Como um exemplo da amplitude que o debate e as narrativas sobre antirracismo têm tomado, retomo algumas contribuições de autoras(es) e especialistas brasileiras(os) sobre o tema.

O livro mais vendido do Brasil em junho de 2020 foi o *Pequeno Manual antirracista*⁴⁸, escrito por Djamila Ribeiro e lançado em 2019. Ribeiro, de forma didática e acessível a um público amplo, reflete sobre práticas antirracistas que abrangem superar a negação do racismo e entendê-lo em sua complexidade estrutural. Dentre as práticas cotidianas de antirracismo, a autora enfatiza a importância de adotar condutas cotidianas de enfrentamento ao racismo, ler autoras(es) negras(os), reformular o sistema educacional para que se referencie positivamente a cultura negra e reconhecer os privilégios da branquitude, desnaturalizando e responsabilizando-se pelo racismo.

Em nenhum momento do livro, que, como o próprio título diz, se propõe a apresentar de modo breve e introdutório o tema, a autora constrói sua argumentação do que seria o antirracismo a partir sua definição. Mais do que forjar uma definição, Ribeiro formula o antirracismo como uma série de lutas e atitudes que podem ser tomadas, assim como apresenta um repertório literário e cultural a partir de diversas(os) autoras(es) negras(os) brasileiras(os). Há também, na obra, uma série de dados que evidenciam a desigualdade racial. Com isso, Ribeiro convoca suas(seus) leitoras(es) a refletir sobre o que individualmente-coletivamente-institucionalmente se tem feito ou se pode fazer, de modo a contribuir efetivamente nessa luta por igualdade racial. Antirracismo, na formulação de Ribeiro, refere-se ao desenvolvimento de uma práxis antirracista.

O filósofo e jurista Silvio Almeida, em entrevista no programa Roda Viva⁴⁹ da TV Cultura do Estado de São Paulo, em diversos momentos caracteriza a luta

⁴⁸ RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo : Companhia das Letras, 2019

⁴⁹ Roda Viva | Silvio Almeida | 22/06/2020. 2020, 1h30min. Canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw> – Acessado em 23.06.2020

antirracista descrevendo sua pluralidade de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Destaco a seguir alguns aspectos que Almeida apresenta, tanto em termos individuais como institucionais e de política pública, que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade antirracista ou intensificam a subalternização racial.

Almeida articula que determinadas políticas públicas podem agravar a desigualdade racial. Por exemplo, a ideia de estado mínimo e as políticas de austeridade econômica, as reformas trabalhistas que facilitem as condições de precarização do trabalho, e o enfraquecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) são medidas discriminatórias que impactam diretamente e de maneira negativa sobretudo a vida de pessoas negras. Além disso, a partir do Manifesto da Coalizão Negra por Direitos lançado em Junho de 2020⁵⁰, Almeida chama a atenção que não poderá haver democracia efetiva sem luta antirracista e que as pessoas brancas precisam se conscientizar dessa luta:

“Como conscientizar as pessoas brancas? A questão é a seguinte, o mundo está demonstrando de maneira muito evidente. Os brancos que hoje não entenderam a necessidade da luta antirracista, da preservação das possibilidades do futuro, certamente não entendeu a gravidade do que estamos vivendo hoje. Eu acredito que a conscientização sobre isso, passa pela política, ou seja, temos que estabelecer espaços permanentes de diálogos para falar sobre a questão racial.”⁵¹

Pensar o antirracismo ou os antirracismos a partir do meu lugar de fala e escuta branco é um exercício de ativar uma relação de forças que envolve negociação de meus próprios privilégios, articulando os privilégios individuais e coletivos, em uma constante vigília. O antirracismo passa também por assumir a complexidade que isso abarca em termos simbólicos e políticos, assumir que partimos de lugares sociais em posições específicas e que não se trata de uma questão moral.

A partir da minha vivência como mulher cisgênero branca no Brasil, o antirracismo deve ser compreendido como uma postura de responsabilização

⁵⁰ COALISÃO NEGRA POR DIREITOS. *Manifesto Enquanto houver racismo, não haverá democracia*. Disponível em <https://comracismonaohademocracia.org.br> – acesso em 24.06.2020

⁵¹ Agradeço a Nathan Lima Virgílio pela transcrição da entrevista completa de Silvio Almeida, que facilitou a identificação dos trechos que o autor fala sobre antirracismo. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/11jENpTI-3L55ZNZd7ehfDFxSQdJGtZv2/view?fbclid=IwAR1db9uMqzm3tYb0LJBxpC-ihZ9-7LUiEi21GouHb4AernSfPZ3PCsWrD3Q> – Acesso em 24.06.2020

crítica, um convite a uma constante autocrítica. O fato de pensar, escrever com ou ler pensadoras(es) negras(os), deslocar meu campo de referências imagéticas, literárias e culturais, construir relações de trabalho e afetivas não-hierárquicas com pessoas negras, de cor ou não brancas, é e foi um importante processo para ampliar o meu repertório sobre o racismo brasileiro.

O antirracismo é uma agenda e uma prática política cotidiana. Ainda que faça sentido autodeclarar-se antirracista, em sendo e atuando como uma pessoa branca antirracista, mais do que autodeclarar-se como tal, é necessário desenvolver um processo efetivo de rupturas individuais e coletivas com o racismo, que só é possível ao longo do tempo. Um processo sem fim. O que demanda de pessoas brancas que desejam estar em uma posição de aliadas na luta antirracista uma constante atenção, abertura e revisão de algumas “certezas” a partir de um lugar de escuta ativo.

Nesse sentido, quando ouvimos declarações de que “toda pessoa branca é racista” é importante compreender como que toda pessoa branca, pelos privilégios à que tem acesso, é educada e socializada para produzir e reproduzir o racismo, voluntaria ou involuntariamente. O lugar atual da branquitude está associado à uma série de privilégios decorrentes da usurpação dos direitos de pessoas não brancas. Por exemplo, dentre alguns privilégios estão o poder de nomear sem ser nomeado, de ver-se representado hegemonicamente como único paradigma de ideal estético, de ser reconhecido como plenamente humano, diverso e contraditório ou quando alguém branco erra ou comete crimes, sem precisar responder em nome do grupo de pertença racial, ou seja, como atributo ou comportamento típico “branco”.

Concordo com a antropóloga branca estadunidense Ruth Frankenberg quando ela reflete, a partir de sua própria trajetória, sobre a transição da inconsciência para a consciência da branquidade e o despertar para o antirracismo:

“Mas meu despertar nunca é completo. Embora a transformação inicial tenha tido as proporções de um grande terremoto, há sempre espaço para outro tremor subsequente ao abalo principal, há sempre necessidade de um novo despertar. O antirracismo branco talvez seja uma postura que requer vigilância pela vida afora”.⁵²

Talvez seja mais desafiador pensar que para sujeitos racializados como brancos, o antirracismo mais do que um fim redentor, um lugar utópico e distante a

⁵² FRANKENBERG, Ruth. *A miragem de uma branquidade não-marcada*. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 314

se chegar, seja um caminho instável, uma estrada a ser constantemente aberta, trilhada e reformulada em outros processos de subjetivação, rumo a uma efetiva igualdade racial.

“O racismo é uma problemática branca”.⁵³

Essa é uma frase dita por Grada Kilomba em entrevista que nos é útil para pensar o quanto e como a construção social do racismo para o senso comum (branco) vai justamente na contramão dessa afirmação. A construção do racismo como um problema *do outro* não branco cria assim uma espécie de conforto racial para aquelas(es) que se beneficiam diretamente do “camarote” e do “passaporte” da branquitude - que não são iguais ou homogêneos para pessoas brancas pobres ou ricas, mas que se vive a partir de um lugar de vantagem estrutural. Quando Kilomba apresenta a formulação do racismo como uma problemática cuja a responsabilidade seria de pessoas brancas, ela desloca a tarefa do desmantelamento do racismo para aqueles que se beneficiam dele. Ou seja, isso nos ajuda a compreender que o racismo é um lugar de fala e escuta que pessoas brancas ocupam na posição de beneficiários ao longo de um processo histórico marcado pela escravidão, eugenia e concentração de riquezas e consolidado reiteradamente no imaginário social hegemônico.

Como consequência, o papel do silêncio prevalente em relação ao racismo por parte de pessoas brancas se manifesta na dificuldade e resistência de articular, nomear e falar sobre o tema. A socióloga estadunidense Robin diAngelo formulou o termo *White Fragility*, traduzido como “fragilidade branca” ao pesquisar pessoas brancas estadunidenses. Podemos observar correspondências comportamentais entre brancas e brancos estadunidenses e o contexto brasileiro.

“A Fragilidade Branca é um estado em que mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação geradora de estresse. Esses

⁵³ “O racismo é uma problemática branca”, diz Grada Kilomba. Carta Capital. 30.03.2016. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematica-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba/> - Acesso em 30.06.2020

comportamentos, por sua vez, restabelecem o equilíbrio racial branco.”⁵⁴

Essa análise é de grande relevância no Brasil. Pessoas racializadas como brancas tendem a viver em um contexto de conforto racial que nos previne de nos confrontarmos diretamente com qualquer tipo de estresse ou constrangimento que envolva nossa própria formação racial durante toda ou grande parte da vida. Portanto, fica evidente como não tivemos a necessidade de desenvolver estamina racial, repertório crítico ou habilidade corpóreo-emocional para lidar com situações de interrupção do que é racialmente familiar e esperado. Isto é, não aprendemos (porque não tínhamos a necessidade de aprender) a desenvolver letramento racial crítico.

A desconstrução do racismo como um problema de pessoas negras ainda é uma compreensão bastante vigente nos veículos de comunicação, nas produções artísticas, na mídia e de diversas maneiras, algumas sutis e outras muito perversas. É comum ouvirmos e vemos pensadoras(es) negras(os) serem chamados para discutir o racismo e muitas vezes esse se torna o principal tema de reportagens e entrevistas, como se todas as pessoas negras tivessem obrigatoriamente a necessidade ou o dever de sempre falar sobre racismo – para um público presumidamente branco. Contudo é muito raro no Brasil em entrevistas com pessoas brancas que o racismo seja construído com uma pauta sobre a qual pessoas brancas devessem falar em primeira pessoa. É incomum ouvirmos perguntas para pessoas brancas do tipo: “Como você percebe o impacto do racismo na sua vida?” ou “Como o racismo pode ter beneficiado sua carreira e inserção no mercado de trabalho?” ou “Quais são os maiores privilégios enquanto um homem branco heterossexual a que você teve acesso na sua área de atuação?” e “Quais são as garantias, em termos de integridade e segurança, que em sua opinião advém da condição branca?”. Trago essas perguntas para que possamos perceber como o racismo estrutura também a vida de pessoas brancas nos modos de subjetivação, no referencial estético e em termos político-econômico e sociais pelo silêncio e naturalização das desigualdades e oportunidades. Como afirma Lia Vainer Schucman:

54 DiANGELO, Robin. Fragilidade branca. Tradução Anelise Angeli de Carli. Revista ECO-Pós, v. 21, n. 3, 2018, p. 39

“O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça.”⁵⁵

Em maio de 2019 fiz o workshop online chamado “*privilégio branco: uma questão feminista?*”, ministrado por tatiana nascimento cujo público alvo eram mulheres brancas no Brasil. Um dos pontos de análise de nascimento é da aproximação de categorias que parecem distantes, mas só quando as aproximamos adquirem um significado relacional. Em uma balança cujo ponto estruturante é o racismo, só é possível a existência do privilégio da branquitude porque há ônus e desvantagem para pessoas negras e indígenas. O que significa dizer que “privilégio branco é igual a racismo”. A branquitude é uma categoria relacional, que não existe sem sua contraparte. A sua própria constituição está intrinsicamente ligada ao conceito de raça, ao colonialismo, escravidão e racismo científico.

Ser branca(o) no Brasil, levando em consideração a pluralidade de experiências que englobam a branquitude, é poder acessar determinados privilégios sociais, simbólicos e imaginários. Mesmo sendo uma pessoa branca pobre, significará que a sua aparência física não será um fator que dificultará a ascensão social, por exemplo. Como afirma Liv Sovik no livro *Aqui ninguém é branco*:

“Ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso, ou dois dos três elementos. Ser branco no Brasil implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade e que permite trânsito, baixando barreiras. *Ser branco não exclui “ter sangue negro”*, enquanto o elemento indígena ainda simboliza os primórdios do Brasil ou aparece como fator de complexidade na herança genética brasileira — sabendo-se pouco sobre a cultural — de brancos e também de negros. *A branquitude não é genética, mas uma questão de imagem*: mais um motivo pelo qual é um problema que se coloca na cultura dos meios de comunicação.”⁵⁶ Grifos meus.

Em tal direção de raciocínio, a condição de se perceber e ser socialmente percebido enquanto uma pessoa branca é conjuntural, varia de acordo com a região

⁵⁵ SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 14

⁵⁶ SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009, p.36

geográfica em que se está e não se trata de questão ontológica, de uma qualidade imanente do ser. Trata-se de uma construção histórica, cultural, econômica e simbólica uma sociedade racializada, onde parecer e ser vista(o) como branca(o) adquire o significado de presunção de poder, superioridade cultural, inteligência, prestígio, beleza e privilégio.

Ao partirmos da premissa que concebe o racismo como um fenômeno estrutural e histórico, é necessário pensar também como organizações e pessoas brancas compactuam com o racismo ou com as(os) racistas (mantemos os pactos narcísicos da branquitude, como descreve Maria Aparecida Bento) e quais práticas cotidianas e condutas coletivas e estruturais podem ser adotadas e implementadas para criar outros projetos efetivos de enfrentamento e desmantelamento do racismo.

Se o racismo é um problema sistêmico, estrutural e institucional que age beneficiando e privilegiando brancos e que mata e onera negros e indígenas no Brasil, estamos falando de uma problemática que afeta a todas as pessoas, embora de diferentes maneiras. É importante lembrar que o racismo é um sistema que gera e gerou muito lucro, acumulação de riquezas e poder para brancas(os). E, sobretudo, que o racismo é uma problemática sobre o qual as pessoas brancas estão sendo convocadas há muito tempo para se responsabilizarem e talvez agora isso se evidencie, se torne audível e visível com mais intensidade.

Trago a formulação de que o racismo seja compreendido como estrutural a partir do livro de Silvio Almeida *O que é racismo estrutural?*. Segundo Almeida:

“O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo estrutura não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que comentam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. *O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo político e histórico, cria as condições sociais para que direta ou indiretamente grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.*”⁵⁷ [grifos do autor]

Para desmantelar o racismo é preciso compreender em que se baseia a estrutura de manutenção e reprodução das desigualdades raciais. Portanto,

⁵⁷ ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 39

desmantelar o racismo passa também por dismantlar o lugar de privilégio e vantagem estrutural⁵⁸ que a branquitude usufrui, desconstruindo a ideia de superioridade e supremacia brancas, assim como também passa necessariamente pela implementação de políticas reparatórias e da valorização da diversidade das culturas negras, indígenas, quilombolas, ciganas, dentre outras.

Uso o termo dismantlar porque me interesse a imagem contida no verbo. Segundo o dicionário online Michaelis, dismantlar em um léxico militar significa “fazer ruir ou ruir (fortificações, muralhas e etc)”. Também significa “pôr abaixo, desmoronar-se”, “causar perturbação a; desarranjar, transtornar.”⁵⁹ Uso dismantlar porque em face da complexidade do racismo me interessa o movimento de desestabilizar, transtornar e fazer com que algo desmorone, seja um muro, um raciocínio, uma estrutura ou um sistema-mundo.

Branca(os) na luta antirracista

A indagação sobre a atuação dos sujeitos brancos na luta antirracista tem sido uma pauta importante de reflexão em torno da questão racial brasileira no primeiro semestre de 2020, que é o momento em que escrevo. Falo isso pois quando busco no Google “pessoas brancas antirracismo” a maioria dos resultados da pesquisa apontam matérias jornalísticas a partir de 2018 (poucas ocorrências antes disso) e sobretudo de maneira mais intensa a partir de junho de 2020⁶⁰.

O racismo é um problema que diz respeito e envolve o grupo racialmente lido como branco. Assim, o antirracismo branco passa por formar alianças e responsabilizar-se a partir do lugar social da branquitude na categoria instável de

⁵⁸ FARIAS, Erica. *Pesquisadora explica conceito de branquitude como privilégio estrutural*. Agência Focruz de Notícias. 17.05.2019. Disponível em <https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural> - Acesso em 27.07.2020

⁵⁹ MICHAELIS - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Verbete *desmantalar*. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desmantalar/> - Acesso em 04.09.2020

⁶⁰ Atribuo essa intensidade de ocorrências sobre antirracismo branco em português em decorrência os protestos antirracistas nos EUA em junho de 2020, no qual uma quantidade expressiva de pessoas brancas participaram.

aliada(o)⁶¹. Como afirma a educadora brasileira Denise Carreira no artigo *O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista* de 2018:

[...] ser sujeito branco antirracista passa por se colocar disponível para reconhecer e se construir nessa interdependência; enfrentar o desconforto das conversas sobre o racismo e refletir criticamente como a branquitude se constrói em nossa história de vida, nas nossas relações, nas nossas práticas sociais, nas nossas instituições. Reconhecer que fomos educadas e educados para não nos reconhecermos como pessoas brancas, mas como seres humanos que representam a universalidade humana descorporificada, o padrão, a norma como lugar de poder.⁶²

Essas questões que Carreira aponta são muito relevantes para pensarmos como o antirracismo branco pode se efetivar em práticas cotidianas e rupturas nas blindagens cognitivas. Para pessoas brancas participar da luta antirracista muitas vezes pode significar sobretudo desaprender modos de pensar, agir, falar, sentir, desejar, se perceber a si mesma de maneira racializada e também de perceber “o Outro”. É um processo complexo que passa por questionar o lugar de poder e vantagem estrutural que a branquitude ocupa na produção, manutenção e atualização do racismo.

bell hooks, em um trecho do ensaio *Amando a negritude como resistência política*⁶³, publicado originalmente em 1992 e traduzido e lançado no Brasil em 2019, descreve uma palestra em que abordava a *comodificação*⁶⁴ da cultura negra por parte dos brancos, quando ao final, uma mulher branca na plateia pergunta “você não acha que nós todos fomos criados numa cultura racista e todos fomos

⁶¹ Uso a formulação de que a posição de aliadas(os) seja compreendida como uma categoria instável a partir da performance *A gente combinamos de não morrer*, de Cíntia Guedes e Jota Mombaça, apresentada no Festival Internacional de Teatro Palco & Rua em Belo Horizonte no ano de 2018, como analisada por Victor Guimarães. GUIMARÃES, Victor. *O silêncio ruidoso de uma faca em riste*. 20.09.2018. Disponível em <https://www.horizontedacena.com/o-silencio-ruidoso-de-uma-faca-em-riste/> - Acesso em 02.09.2020

⁶² CARREIRA, Denise. *O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista*. Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 28, 2018, p. 134. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/> - Acesso em 02.07.2020

⁶³ hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo, 2019, p. 44-63

⁶⁴ “Comodificação refere-se ao fenômeno contemporâneo em que muitos bens, serviços, ideias e também pessoas – outrora considerados não comerciais – passam a ser transformados em mercadorias vendáveis. Na comodificação, “tudo passa a ter um preço”, representando a centralidade que o consumo – em detrimento da produção – ocupa na vida cotidiana.”

BECK, Ceres Grehs; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. As múltiplas faces da comodificação e a constituição da crítica acerca das práticas de consumo contemporâneas. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 53, N. 1, p. 136-147, jan/abr 2017, p. 137. Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2017.53.1.14/5970 - Acesso em 02.09.2020

ensinados a ser racistas, queiramos ou não?”. hooks responde alertando para a necessidade da tomada de responsabilidade dos sujeitos brancos para serem ativamente antirracistas e que a postura generalista, a partir de uma moldura social de semelhança de que pessoas brancas e negras são “igualmente racistas” é uma justificativa infundada. Tal postura revela a estratégia de negação do racismo por parte de pessoas brancas, que ao criarem para si uma narrativa de vitimação partilhada, como opressoras(es) feridas(os), como se “todas” as pessoas tivessem sido educadas para serem racistas contra a sua vontade, na verdade perpetuam a dominação supremacista branca institucionalizada.

Um questionamento que se torna comum vindo de pessoas brancas atualmente é “Como eu posso falar de racismo se eu sou branca?”, “como posso ajudar?”, “como posso me solidarizar com a luta antirracista?”. A partir desse questionamento é preciso criar um vocabulário comum para entender o racismo como algo estrutural, não episódico e que tem a ver com pessoas brancas.

É importante que nós, pessoas brancas que desejam se deslocar e adotar compromissos e práticas antirracistas, que saibamos que o antirracismo brasileiro foi e é uma pauta historicamente desenvolvida pelos movimentos negros. Creio que no debate contemporâneo, não se trata de, enquanto pessoa branca, ajudar ou prestar solidariedade à luta antirracista, como se fosse uma luta exterior a nós ou distante, uma luta que fosse restrita às pessoas negras. Se o racismo é o substrato da supremacia branca, dos privilégios brancos e do nosso superávit de oportunidades e portas abertas, nossa atuação deveria estar associada à uma postura e um entendimento de responsabilização e reparação racial, pois a luta antirracista para nós pessoas brancas passa necessariamente por deslocar e desestabilizar a categoria da branquitude. Ou como afirma hooks no artigo supracitado:

“Sejam elas capazes ou não de colocar em prática tal mudança em suas vidas, muitas pessoas brancas atuantes na luta antirracista hoje conseguem reconhecer que todos os brancos (assim como todos dentro de uma cultura supremacista branca) aprendam a supervalorizar a branquitude, assim como aprendem a desvalorizar a negritude. Elas entendem, ao menos intelectualmente, a necessidade de alterar seu pensamento. *A desconstrução da categoria “branquitude” é central para esse processo de desaprender atitudes e valores supremacistas brancos.*”⁶⁵ Grifo meu.

⁶⁵ hooks, bell. Op Cit, p. 50

Reconhecer e criar rupturas no racismo estrutural a partir do lugar de enunciação branco, a partir de uma política do pronunciamento, envolve refletir sobre as políticas de vozes e sobre poder. Colocar-se ou autoenunciar-se como branca(o) antirracista não nos exime dos benefícios do racismo, ainda que cotidianamente se criem rupturas e enfrentamentos a ele. Tornar-se uma pessoa branca antirracista ou falar em branquitude crítica é um desafio árduo, que se constitui como um processo político e histórico. Mas também é um caminho de justiça racial que possibilita encontros e aprendizagens que o racismo interdita.

Dos sentidos do Letramento Racial Crítico

Ao pensar as possibilidades de práticas e discursos antirracistas a partir do meu lugar racial no Brasil de mulher branca, me parece necessário analisar como a categoria de letramento racial tem sido evocada como um passo e um exercício relevante na construção das possibilidades de antirracismo por brancas(os). A partir das minhas pesquisas, letramento racial tem sido uma expressão utilizada em debates contemporâneos sobre racismo e branquitude no Brasil há relativamente pouco tempo. Ao ler textos do início da década de 2010 letramento racial era uma expressão rara de ser encontrada e atualmente seu uso tem se intensificado tanto no debate nas universidades como em redes sociais e plataformas políticas.

Articulo o letramento racial crítico por parte de sujeitos que se beneficiam da condição de privilégio da branquitude como um processo necessário ao reconhecimento da complexidade e capilaridade do racismo e consequentemente, para a construção e exercício de práticas antirracistas.

A primeira vez que ouvi a expressão “letramento racial” foi ao ler a tese de doutorado de Lia Vainer Schucman⁶⁶ *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, de 2012 e depois em algumas entrevistas da autora disponíveis na internet. Schucman, a partir do conceito de *Racial Literacy*, como formulado

⁶⁶ SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

originalmente por France Winddance Twine, apresenta e utiliza tal conceito para refletir sobre possíveis fissuras entre a brancura e a branquitude e formas de desconstruir o racismo por sujeitos brancos.

Racial Literacy em inglês significa literalmente “alfabetização racial”. Entretanto, concordo que a escolha da palavra letramento seja mais adequada que alfabetização pois este aprendizado está para além das habilidades de ler e escrever. Segundo Schucman, “a ideia de letramento está mais ligada a ideia de conhecimento do saber, da cultura envolvida. Seria, portanto, a competência de utilizar a linguagem adequada para cada situação social necessária.”⁶⁷ Em sua tese ela opta por escrever o conceito em sua forma original (*Racial Literacy*), traduzindo apenas seu significado. Posteriormente em entrevistas e palestras ela usa letramento racial em sua forma traduzida para leitoras(es) brasileiras(os).

France Winddance Twine é socióloga estadunidense, pesquisa desigualdades raciais e atualmente é professora de sociologia na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara. Twine em *A white side of black Britain: The concept of racial literacy*⁶⁸ de 2004, a partir das pesquisas de campo que realizou ao longo de sete anos com famílias inter-raciais brancas e negras emprega o termo *racial literacy* para se teorizar um projeto específico de antirracista branco. Tal projeto antirracista, que acontece no âmbito familiar e privado, se refere às práticas e estratégias adotadas por pais e mães brancos para educar seus filhos não-brancos sobre o racismo.

Twine analisa como se dão as práticas cotidianas de letramento racial que pais e mães brancos que tenham filhas(os) *transraciais* encontram para traduzir e transformar as hierarquias raciais elas(es). A partir do trabalho de Ruth Frankenberg (1993), Twine usa do termo *cognição racista* (racism-cognizance) para se referir aos pais e mães que veem o racismo como um problema sério. Nesse artigo ela desenvolve três dimensões de “*racial literacy skills*”, o que em português podemos traduzir por habilidades de letramento racial e que acontecem em ambientes domésticos multirraciais.

⁶⁷ Ibid., p. 103

⁶⁸ TWINE, France Winddance. *A white side of black Britain: The concept of racial literacy*. *Ethnic and Racial Studies*, 27:6, 2004, pg. 878-907

A primeira habilidade identificada se refere à constituição de um ambiente doméstico e escolar dotado com ferramentas conceituais e um vocabulário racial apropriado. Como por exemplo, Twine percebeu que essas mães e pais conversavam regularmente com suas crianças sobre racismo e as preparavam para identificar casos de abuso racial e como reagir nas situações que poderiam vir a acontecer. A segunda habilidade é oferecer experiências sociais e coletivas que proporcionem à criança uma integração física e comunitária em ambientes culturais negros, o que contribui diretamente na construção da autoestima das crianças. A terceira habilidade se refere aos métodos para treinar as crianças a lidar com o racismo, onde a estética e o consumo cultural constituem uma outra dimensão relevante de letramento racial. Esses pais e mães selecionam artes, objetos, símbolos, brinquedos e outros bens culturais que se referem à diferentes aspectos das culturas negras africanas e afrodiaspóricas em suas casas. Além disso fornecem uma cultura visual e simbólica para promover a autoestima e facilitar a identificação positiva de suas crianças com as comunidades negras e com as lutas de afrodescendentes.

O estudo de caso de Twine demonstra como o trabalho de pais e mães com ferramentas e habilidades de letramento racial é uma forma de deslocar e combater a supremacia branca pela socialização de suas(seus) filhas(os) com as culturas negras. Segundo Twine, ao engajarem e estimularem suas crianças a se reconhecerem como sujeitos negros (*blacks*) e rejeitarem uma identidade birracial (*biracial* ou *mixed-race*), as práticas apontadas se tornam uma estratégia intergeracional relevante que as(os) preparam para lidarem com o racismo cotidiano e as hierarquias raciais.

Esse artigo é importante para a minha formulação de letramento racial pois cada uma dessas habilidades, independente se o sujeito branco esteja ou não em um relacionamento inter-racial ou que tenha filhas(os) não brancas, provoca mudanças nos processos de subjetivação das pessoas brancas. As práticas e comportamentos se referem à 1) reconhecer o racismo e conversar sobre esse problema, 2) procurar socialmente sair de um isolamento branco e estabelecer relações com pessoas negras em condições de igualdade, isto é, estar em ambientes com interações sociais em que a pessoa branca não esteja na posição de dominante e a pessoa negra subordinada à ela e 3) deslocar a hegemonia visual-simbólico-afetiva brancocêntrica e ter contato cotidiano com referências visuais e culturais que

mostrem a diversidade e complexidade das culturas negras de maneira não estereotipada são elementos importantes para a formação de sujeitos brancos antirracistas.

Em relação ao meu próprio despertar para o racismo como uma jovem mulher branca, forjar um reconhecimento mais complexo do racismo, aprender um vocabulário para falar sobre racismo e branquitude com pessoas próximas, procurar frequentar ambientes de maioria negra e ter contato com a produção cultural de pessoas negras na literatura, artes visuais, cinema ou economia foi uma busca e um processo fundamental para o início de um processo de letramento racial pessoal. E além disso, com a especificidade do momento histórico e político no Brasil de 2020 e na universidade pública cada vez mais enegrecida em função das políticas de cotas, a questão e o conflito racial emerge, como assuntos centrais em muitos campos do conhecimento e da produção artística.

Em outro artigo publicado em 2006, cujo título traduzido poderia ser *O hiato entre brancos e branquitude: intimidade inter-racial e letramento racial*⁶⁹, France Twine e Amy Steinbugler desenvolvem, ampliam e sistematizam em detalhes o conceito de letramento racial. Inspirado no conceito de dupla consciência de W.E.B. Du Bois e através de dois projetos etnográficos extensos que envolveram 121 casais homo e heterossexuais inter-raciais do Reino Unido e do leste dos Estados Unidos, as autoras demonstram como pessoas brancas, através da intimidade em uma relação inter-racial, podem adquirir uma lente crítica analítica, designada como letramento racial. As autoras analisam três dimensões do letramento racial: dupla consciência, negociação dos significados dos códigos raciais locais e reconhecimento das formas de racismo cotidiano.

Sobre o conceito de dupla consciência, coloco aqui um trecho que também está citado no artigo de Twine em que W.E.B. Du Bois define o que é a dupla consciência do homem negro estadunidense:

“[...] O negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e dotado de segunda visão nesse mundo americano - um mundo que não lhe confere verdadeira autoconsciência, mas apenas permite que ele se

⁶⁹ TWINE, France Winddance, & STEINBUGLER, Amy C. *The Gap Between Whites and Whiteness: Interracial Intimacy and Racial Literacy*. Du Bois Review: Social Science Research on Race, 3(2), 2006, p. 341-363.

veja através da revelação do outro mundo. É uma sensação peculiar, essa dupla consciência, esse sentimento de sempre olhar para si mesmo através dos olhos dos outros...”⁷⁰

A pergunta chave do artigo é “Como pessoas brancas em relacionamentos e famílias inter-raciais aprendem a diferenciar entre a branquitude e a supremacia branca, compreendida esta como um projeto racial, uma ideologia, uma linha divisória e uma posição de vantagem estrutural?”. O artigo foca principalmente nos membros brancos das famílias inter-raciais entre negra(os) e brancas(os) que foram classificados - pelas autoras - como tendo alcançado letramento racial e que tentam arduamente distinguir os significados do racismo e da sua branquitude nas suas vidas privadas.

Sua definição é a seguinte:

“Letramento racial é um conjunto de práticas. Pode ser melhor caracterizado como uma “prática de leitura”, *uma maneira de perceber e responder ao contexto racial e às estruturas raciais que os indivíduos encontram*. [...] Incluem o seguinte:

- 1) O reconhecimento do valor simbólico e material da Branquitude;
- 2) A definição de *racismo* como um problema social atual e não como um legado histórico;
- 3) O entendimento de que identidades raciais são *aprendidas* e são resultados de práticas sociais;
- 4) Possuir uma gramática racial e um vocabulário que facilitem a discussão sobre raça, racismo e antirracismo;
- 5) A capacidade de traduzir (interpretar) códigos raciais e práticas racializadas;
- 6) Analisar as maneiras pelas quais o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade.

Letramento racial é uma prática cotidiana - uma postura analítica que facilita a autoeducação contínua e permite que membros de famílias inter-raciais traduzam códigos raciais, decifrem estruturas raciais e gerenciem o clima racial em suas comunidades locais e nacionais. No entanto, letramento racial não opera exclusivamente entre pais transraciais ou membros de famílias inter-raciais. [...] Letramento racial pode gerar uma visão sociopolítica específica por meio de um diálogo contínuo sobre o significado e o valor da raça com a pessoa e com seus familiares, amigos e colegas.”⁷¹

⁷⁰ Du Bois, apud Ibidem, p. 345. Tradução livre minha, assim com as que vem a seguir.

⁷¹No original em inglês: “*Racial literacy is a set of practices. It can best be characterized as a “reading practice” - a way of perceiving and responding to the racial climate and racial structures individuals encounter*. [...] include the following: 1) a recognition of the symbolic and material value of Whiteness; 2) the definition of *racism* as a current social problem rather than a historical legacy; 3) an understanding that racial identities are *learned* and an outcome of social practices; 4) the possession of racial grammar and a vocabulary that facilitates a discussion of race, racism, and

A dimensão de letramento racial como uma prática que se desenvolve no dia a dia dessas famílias em uma escala microcultural é exemplificado por meio dos estudos de casos analisados. Os perfis relacionam o desenvolvimento do letramento racial da pessoa com diferentes nuances e aspectos da consciência e negociação da identidade racial branca. Os casos demonstram que o sujeito branco passa a perceber a si mesmo como uma pessoa racializada como branca e como a condição da branquitude lhe confere vantagens, mesmo comparadas a pessoas negras com mesmo nível econômico. Também aprendem a enxergar as variadas manifestações de racismo cotidiano que antes não viam, assim como percebem que branquitude pode ser algo positivo ou negativo (com ativos e passivos) dependendo do contexto geográfico e demográfico em que está e como isso se intersecciona com classe social, orientação sexual, idade, nível de instrução e origem.

Contudo, a percepção de que a pessoa branca tenha desenvolvido letramento racial não é a tônica da maioria das famílias e apesar de que o foco do artigo seja evidenciar as estratégias, percepções e deslocamento de brancas(os) que adquiriram letramento racial, há também a análise do caso de uma mulher que não desenvolveu letramento racial. Das duas amostras etnográficas empreendidas pelas autoras, Twine nas pesquisas no contexto britânico e Steinbugler nos EUA, apenas uma minoria das pessoas brancas alcançaram letramento racial, cerca de 1/4 das(os) participantes, mesmo resultado mostrado no artigo de 2004.

O não desenvolvimento de letramento racial pode se manifestar nos seguintes padrões de comportamentos e reflexões, dentre eles: a inabilidade de analisar sua posição em uma estrutura social racializada, ou seja, perceber sua condição racial enquanto branca(o) e os privilégios raciais decorrentes disso; a

antiracism; 5) the ability to translate (interpret) racial codes and racialized practices; and 6) an analysis of the ways that racism is mediated by class inequalities, gender hierarchies, and heteronormativity. Racial literacy is an everyday practice - an analytic stance that facilitates ongoing self-education and enables members of interracial families to translate racial codes, decipher racial structures, and manage the racial climate in their local and national communities. Yet racial literacy does not operate exclusively among either transracial parents or members of interracial families. [...] Racial literacy can generate a particular sociopolitical vision through an ongoing dialogue about the meaning and value of race with one's self and one's family members, friends, and peers." Ibidem, p. 344. Os grifos em itálico estão como no original.

insistência na inocência racial; a adoção de uma perspectiva de cegueira racial (*color-blindness*), isto é, que não vê como a raça influencia e determina comportamentos; não educar seus filhos negros a se protegerem do racismo, visto como um problema estrutural; ser incapaz de mudar suas lentes e colocar sua posição racial no centro da análise, ao ser membro de uma família inter-racial; não refletir criticamente sobre sua própria racialização ou conseguir se localizar em uma estrutura racial mais ampla e não modificar comportamentos, estilo de vida e se manter agarrados em uma zona de conforto branca.

Um aspecto que chamou atenção em relação ao uso do termo *racial literacy* no texto são os verbos que acompanham os substantivos. Em diversos momentos usa-se verbos como “desenvolver” (*to develop*) letramento racial e “alcançar, conquistar, aprender” (*to acquire*) ferramentas/habilidades (*skills*) de letramento racial no sentido de consciência racial. Uma outra forma de empregar o termo é o de “tornar-se letrada(o) racialmente”. Tais verbos enfatizam a dimensão processual, constante e pedagógica do letramento racial:

“Tratamos as identidades raciais dos membros brancos de casais inter-raciais como um processo de negociação, e não como uma identidade fixa. Tentamos demonstrar que o letramento racial não é uma consequência automática de estar em um relacionamento inter-racial comprometido. Antes, o letramento racial é aprendido. É uma prática analítica intensa que exige uma análise contínua de como os corpos são racializados e os recursos são distribuídos através de diversos lugares como na família, regionalmente e nas instituições.”⁷²

De tal forma, compreende-se que o desenvolvimento de letramento racial por pessoas brancas é construído como um processo cotidiano, que envolve o desaprendizado de uma leitura de mundo que reproduza e naturalize o racismo. Letramento racial demanda, nesse sentido, o reconhecimento de como raça e racismo estruturam lugares sociais atualmente, assim como de aprender a ver e combater o racismo cotidiano e a negociar as ambivalências e ambiguidades da

⁷² No original em inglês: “We have treated the racial identities of White members of interracial couples as a process of negotiation, rather than a fixed identity. We have attempted to demonstrate that racial literacy is *not* an automatic consequence of being in a committed interracial relationship. Rather, racial literacy is learned. It is an intensive analytical practice that demands an ongoing analysis of how bodies are racialized and resources are distributed across various familial, local, and institutional sites.” Ibidem, p. 358.

branquitude tanto no contexto familiar como também nas relações sociais de grupo, na família expandida e nos ambientes de trabalho. É uma forma de responder individualmente, a partir das relações íntimas e afetivas com pessoas negras, às tensões e conflitos raciais existentes, que despertam na pessoa branca uma postura ativa para aprender a enxergar as possíveis e reais violências que o racismo causa e assim letrar-se em uma perspectiva antirracista.

Ao concluírem o artigo, as autoras reconhecem como que tal projeto de letramento racial focalizando os sujeitos brancos, que é articulado em uma escala individual e familiar, pode parecer limitado e um modo não convencional, mas é abordado como uma forma de preparar o terreno no qual outros projetos antirracistas de maiores proporções podem se desenvolver.

A palavra *branco* - *White* - é escrita sempre em maiúsculo e itálico ao longo do texto e há uma nota ao final do artigo em que se explica o motivo da rasura na grafia da palavra. O uso do termo *White* nesse artigo se justifica como uma maneira econômica de se referir a pessoas de diferentes heranças europeias e enfatizam que esse termo não se refere a um grupo culturalmente homogêneo, assim como as experiências sociais que partilham são diversas e seus fenótipos variados.

São variados os fatores que podem contribuir ou não para que pessoas brancas em relações inter-raciais desenvolvam ou não letramento racial e mudem sua percepção sobre racismo e consequentemente, o modo como se colocam a partir de seu lugar de privilégio racial em sua vida pública e privada. São muitos os “pontos de virada” que fazem com que pessoas brancas mudem sua forma de ver o mundo racializadamente e criem fissuras e rasuras nos pactos narcísicos da branquitude ou que se mantenham em uma zona de conforto branca. É enfatizado que estar em relacionamento com uma pessoa negra ou ter filhas(os) negras(os) não são uma condição que garanta uma mudança automática da percepção e atitude. Contudo, a maneira com que o letramento racial tem sido praticado e desenvolvido em diferentes contextos geográficos e culturais dialoga com uma percepção crítica do racismo, mas também adquire outros significados e contornos.

Desenvolver letramento racial no sentido trabalhado por Twine e Steinbugler significa adquirir letramento racial *crítico e antirracista*. Parece-me necessário acrescentar mais duas palavras, explicitando o projeto a que se liga tal letramento racial. Quando uma pessoa branca reproduz o racismo e não percebe seu

lugar racial, significa que ela possui um tipo de letramento racial, mas em termos racistas. Afirmar que alguém não possui letramento racial por si só, como se letramento racial se referisse necessariamente à práticas antirracistas, pode corroborar para a concepção de que o racismo, tal como o conhecemos, não seja também um habilidoso e perverso projeto de letramento em sua dimensão prática e discursiva.

Essa diferenciação me pareceu necessária sobretudo depois de assistir online à masterclass ministrada por Júlio Tavares intitulada *Letramento racial no campo audiovisual*. Nessa palestra Tavares ao discorrer sobre letramento racial a partir de uma abordagem anticolonialista em diálogo com Frantz Fanon, realiza a distinção entre um projeto de *letramento racial libertador* de um *letramento racial restaurador e colonial*. Ao ampliar a compreensão de letramento enquanto uma prática pedagógica que pode servir a diferentes propósitos, Tavares falou

“O letramento ele vai operar sempre, ele é a forma de alfabetizar, a forma de tornar possível em uma linguagem pedagógica o processo seja de libertação ou um processo de dominação. [...] Nós temos que interromper as blindagens cognitivas que foram promovidas pelo letramento colonial e promover este letramento racial libertário, emancipador, descolonizar”.⁷³

A manutenção do racismo demanda a atualização dos projetos de letramento racial que naturalizam e normalizam a supremacia, o paradigma de superioridade e a hegemonia branca em sua dimensão política, cultural, estética, simbólica e geográfica. Quando pessoas brancas cometem atos racistas na presunção de impunidade ou quando o Estado legitima e incentiva o genocídio de pessoas negras e indígenas, significa que essas pessoas e as instituições são letradas racialmente em uma gramática racista. Quando a polícia militarizada mata pessoas negras significa que essa instituição é muito bem letrada racialmente, mas em um paradigma racista. O que significa compreender os discursos racistas vigentes também como projetos de letramento raciais em curso e que são atualizados cotidianamente.

⁷³ TAVARES, Julio. *Masterclass: Roteiro, com Prof. Dr. Julio Tavares – Cinema e Pensamento: Narrativas Negras*. Facebook, Centro Afro Carioca de Cinema Zózimo Bubul. 17.07.2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=649246055675486> – Acesso em 27.07.2020. O trecho transcrito aconteceu aproximadamente em 1h39min do vídeo gravado. Importante ressaltar que a fala transcrita decorre da oralidade em uma relação virtual.

Pois os racismos – nas formas mais evidentes ou nas dissimuladas sutilezas – também podem ser compreendidos como projetos de letramento que se reproduzem e atualizam de acordo com o contexto e o tempo histórico. Nesse sentido, afirmar que uma pessoa ou instituição não tenha letramento racial - sem especificar a que tipo de letramento estamos nos referindo, se antirracista e contra hegemônico ou se restaurador do racismo e antidemocrático – me parece uma estratégia que não nomeia os processos de produção e reprodução de privilégios, mortes, hierarquias e violência também como projetos de *letramento racistas* em curso.

Desenvolver letramento racial antirracista é um processo individual, mas que só é possível em relação. Entretanto, letrar-se racialmente não é um caminho pronto, pavimentado, bem sinalizado e com um destino seguro. É um caminho que demanda escuta ativa, observação e comprometimento para entender de que ponto se parte e onde se está. Se pensamos que o objetivo da luta antirracista é abolição da raça como uma categoria que hierarquize grupos humanos, provavelmente minha geração não chegará nesse destino. Em sendo lida(o) como branca(o) pela sociedade e racializada(o) como tal, desenvolver letramento racial é uma ferramenta importante na luta antirracista e que demanda um constante revisão, deslocamentos, conflitos e desconfortos. Reconhecer como que a maioria das pessoas brancas são educadas para produzirem e reproduzirem o racismo é um passo importante, que muda a maneira como olhamos o mundo e percebemos o nosso lugar racial. Entretanto, não é suficiente. Desenvolver letramento racial é um processo que nunca termina. Talvez não haja um suficiente. Nós brancos talvez nunca estaremos suficientemente letrados para não reproduzir o racismo em algum momento, em alguma esfera. Não há cartilha ou manual que possa dar conta disso, mas é a partir do paradoxo e das contradições que talvez seja necessário comprometer-se cotidianamente com uma outra forma de estar no mundo.

Se a branquitude representa um lugar hegemônico de privilégio e vantagem em um contexto de violência e desigualdade de poder, o desenvolvimento do letramento racial antirracista para sujeitos racializados como brancos apresenta ferramentas práticas e teórico-analíticas que podem ser necessárias na tentativa de forjar outros processos de subjetivação para esse grupo. Em sendo branca(o), letrar-se racialmente de modo antirracista é um processo ativo que passa por salientar o

desconforto de ocupar ou representar a condição daquele que domina, oprime e subalterniza. O lugar de pertencimento ao grupo opressor é um ponto de conflito, desconforto e autocrítica que brancas(os) antirracistas precisam rever e negociar. Como afirma Lourenço Cardoso ao salientar os conflitos do branco antirracista:

“a branquitude crítica segue mais um passo em direção à reconstrução de sua identidade cultural com vistas à abolição do seu traço racista. A primeira tarefa talvez seja uma dedicação individual cotidiana e, depois, a insistência da crítica e autocritica quanto aos privilégios do próprio grupo.”⁷⁴

Como raça é uma categoria social e política, que não tem nada de essencial em si mesma, ser racializada(o) como branca(o) no atual contexto racista é uma prática que se relaciona, de maneiras distintas e em variados graus, com presunção de poder, autoridade e impunidade. Nesse sentido, o letramento racial antirracista - que não é crise de consciência de branca(o) que se percebe na condição de opressor(a) – nos oferece ferramentas para um exercício crítico e autorreflexivo sobre o lugar racial. Tal exercício, como apontado por Twine, inclui enxergar como as engrenagens do racismo constroem os privilégios e oportunidades, criar fissuras nos pactos racistas e consistentemente criar políticas de coalisão e aliança para a construção de pautas em comum em diversos e distintos campos de atuação.

Desenvolver letramento racial no sentido de transformação de práticas cotidianas e estruturais do grupo racial branco em uma perspectiva antirracista varia de acordo com o contexto social e o tempo histórico. Os desafios e arapucas para que pessoas racializadas como brancas mudem ou arraiguem suas práticas no Brasil tem contornos com algumas semelhanças em relação às pesquisas conduzidas nos EUA e Reino Unido, mas também enfrenta outros desafios culturais, ficcionais e sociais. O desenvolvimento de letramento racial antirracista daqui do Brasil demanda léxico e sotaques próprios, pois os fiéis escudeiros da branquitude são outros, sejam a mestiçagem⁷⁵, a meritocracia, o isolamento e segregação racial e outros que ainda não tem nome, mas cumprem funções parecidas.

⁷⁴ CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008, p.177

⁷⁵ SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009, p.15

Sobre as possibilidades de antirracismo branco Joyce Souza Lopes realizou um estudo muito relevante em sua dissertação de mestrado⁷⁶ que dialoga com essas questões, no qual investigou as possibilidades de antirracismo da branquitude no contexto dos fóruns institucionais do Movimento Negro em Salvador, Bahia. Ao referir-se às práticas efetivas de pessoas brancas que construíram uma rede de colaboração com o Movimento Negro (MN), seus processos de letramento racial e alianças inter-raciais, Lopes faz uma síntese de atitudes práticas de pessoas brancas que se dispuseram a participar da luta antirracista em um movimento civil organizado:

“sobre o papel de antirracismo podemos dimensionar entre a maioria expressiva da/os entrevistada/os branca/os: o entendimento de seu lugar de fala, representatividade e poder no MN, sabendo esta/es que não devem se colocar na condição de agente central, liderança ou crítica/os dotada/os de um saber especializado; o empreendimento de práticas tanto de reprensão do racismo, quanto de formação crítica entre seu grupo racial, seja na família, entre amiga/os, colegas de trabalho, ou nos locais de branca/o em geral; a disposição para utilizar dos seus privilégios socioeconômicos em prol de uma relação contributiva à causa antirracista, como angariando fundos entre seus pares raciais, traduzindo textos, articulando espaços sob o seu domínio ou sob o domínio da sua rede de contatos, fazendo da sua popularidade ou função social (sendo professor/a, por exemplo) um meio para circular certas informações, etc”⁷⁷

Como observado na pesquisa, as alianças com pessoas brancas no Movimento Negro não são automáticas e devido ao histórico de formação racial no Brasil, muitas vezes essas alianças vem com ressalvas ou desconfiança. O receio de formação de outras “Princesas Isabéis” que possam levar a fama e o prestígio às custas da resistência negra, onde o engajamento na luta antirracista se torna um canal para a ascensão político/social ou acadêmica é colocado como alerta e desenvolvido pelas falas dos integrantes do Movimento Negro⁷⁸. Outra questão apontada é também a demanda por redenção e a performatividade de culpa branca. A pesquisa de Joyce traz uma grande contribuição sobre as nuances cotidianas, os embates, os constrangimentos e a política do desconforto que se torna necessária

⁷⁶ LOPES, Joyce Souza; Rosane Aparecida Rubert, orientadora; Vera Regina Rodrigues da Silva, coorientadora. *Lugar de branca/o e a/o “branca/o fora do lugar”*: representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

⁷⁷ Ibid., p. 219

⁷⁸ Ibid., p. 221-223

para a formação de alianças com pessoas brancas no movimento negro organizado. Para tal é demandado que brancas(os) que desejem estar na posição de aliadas(os) na luta antirracista revejam seu lugar estrutural de privilégio para que possam consistentemente contribuir para a equidade racial e formar alianças possíveis.

Desenvolver letramento racial, seja através de um relacionamento inter-racial afetivo amoroso em âmbito privado ou através do engajamento da luta antirracistas na esfera pública, seja na universidade ou no âmbito institucional ou virtual, é um processo longo e interminável, que demanda constante revisão teórico crítica, assim como a abertura para o exercício autocrítico e reflexivo. Letramento racial antirracista é um tema que ainda demanda muita pesquisa empírica de campo, assim como no âmbito da crítica cultural, para que possamos compreender localmente e no tempo presente os significados mutantes das dinâmicas de resistência ou deslocamento em relação à presunção/negociação/revogação da “dominância branca”⁷⁹.

Em sendo branca(o) - e não apesar de ser branca(o) - o racismo nos afeta e estrutura nossas vidas enquanto privilégios a que temos acesso, sejam eles evidentes e não nomeados, individuais ou coletivos, reais ou imaginários. Aprender a encarar e articular criticamente o racismo a partir desse lugar social de privilégio, em primeira pessoa, e enxergar as desigualdades raciais, é um exercício importante para o letramento racial antirracista.

Compreender a complexidade desse ponto me parece importante, pois na minha vivência é muito comum ouvirmos pessoas brancas progressistas dizerem frases do tipo: “Eu não posso falar de racismo porque esse não é meu lugar de fala”. Como se o racismo apenas existisse em sua dimensão de violência, morte, extermínio, desigualdade referentes a pessoas negras e indígenas. Como se que o lucro, o capital acumulado e o privilégio racial à que pessoas brancas têm acesso não fosse decorrente dessa mesma hierarquização de pessoas negras, indígenas ou de outros grupos subalternizados pelo racismo. Se há exploração de um lado, há

⁷⁹ RANKINE, Claudia. *Eu queria saber o que os homens brancos pensavam de seu privilégio. Então perguntei*. Revista Serrote #33. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/06/eu-queria-saber-o-que-os-homens-brancos-pensavam-de-seu-privilegio-entao-perguntei-por-claudia-rankine/> - Acesso em 21.07.2020

lucro do outro. Só existe privilégio branco porque há desprivilégio para não brancos. Ou seja, política e historicamente o racismo é e tem sido um lugar de fala que pessoas brancas ocupam na posição de beneficiários e “ser um/a branco/a antirracista incide sobre a criticidade dos sujeitos em relação a sua posição racialmente privilegiada e a propensão à desconstrução, à destruição objetiva desse lugar.”⁸⁰

Entretanto, no momento em que nós, pessoas brancas, que nos despertamos há relativamente pouco tempo para o racismo e estamos começando um processo de letramento racial crítico, é importante termos em vista que também precisamos nos responsabilizar pelo nosso próprio letramento. Com isso quero dizer que ao buscarmos acessar outros referenciais epistêmicos e desenvolvermos um repertório intelectual e cultural antirracista, é preciso em paralelo desenvolver cuidado, atenção e escuta para não criar ou reproduzir uma expectativa branca de que pessoas negras ou indígenas estarão dispostas, com tempo e desejo para nos educar ou letrar racialmente.

“Não sou wikipreta de branca(o)” é uma frase que já ouvi de algumas mulheres negras em espaços feministas negros para se referirem a casos de abuso e falta de noção⁸¹ de pessoas brancas ao requisitarem conhecimento, disposição, paciência, afeto sem intimidade ou colaboração de pessoas negras para educá-las sobre racismo ou antirracismo. Eu faço aqui uma generalização proposital de muitas situações que já vi e vivi em organizações e espaços políticos de mulheres negras, pois penso que para desenvolver um processo de letramento racial que seja construído a partir de uma política de aliança e cooperação entre pessoas negras, indígenas e brancas nas lutas antirracistas, é importante que as pessoas brancas aprendam a exercitar uma ética do cuidado e da escuta. O que implica responsabilizar-se com autonomia sobre seu processo de transformação e desonerar pessoas não-brancas de terem de educar pessoas brancas sobre isso.

⁸⁰ LOPES, Joyce Souza. Op. cit. p. 232

⁸¹ A *falta de noção* de alguém ou de um grupo é uma categoria que é muito utilizada cotidianamente para nos referirmos a comportamentos pejorativos ou que sejam passíveis de repreensão. Contudo, creio que analisar os significados da *falta de noção branca* pode ser revelador dos *habitus* e da zona de conforto racial de nós branca(os).

Ser consciente do racismo, reconhecer os privilégios sua própria e relacional branquitude, ser politicamente correto não evitam que o racismo permaneça e se reproduza, mas talvez seja um primeiro pequeno passo. Pois como disse Claudia Rankine, ao referir-se ao seu companheiro, que é um homem branco ciente dos privilégios a que tem acesso nos EUA por ser branco e possuidor de um vocabulário que inclui o reconhecimento dos “privilégios brancos”, da “fragilidade branca”, da “inocência branca”: “Não importa que essa capacidade de se deslocar do padrão da dominância do homem branco seja o privilégio. Não é possível escapar do reino, do poder e da glória.”⁸²

As práticas de letramento racial crítico para nós, brancas(as) demandam e estimulam reprogramações mentais coletivas, que envolvem mudanças de comportamentos racistas naturalizadas, assim como sair da zona de conforto e solidariedade branca, que é bastante extensa em sua territorialidade. São processos contínuos e envolvem modos de subjetivação complexos, com nuances, tropeços, arapucas, assim como ressentimento a ser analisado, como podemos ver no discurso branco de extrema-direita atualmente.

Meu objetivo ao apresentar o conceito, as possíveis práticas e os enfrentamentos que um processo de letramento racial crítico demanda para pessoas brancas, é principalmente ampliar o vocabulário para que possamos reconhecer os significados múltiplos que decorrem do pertencimento a esse grupo racial (que é heterogêneo e distinto) e consistentemente realizar deslocamentos e fissuras na supremacia branca política, econômica e social.

A categoria de letramento racial crítico tem sido evocada enquanto uma estratégia para articular práxis antirracista no tempo presente. Mas é importante lembrar que a circulação e divulgação deste conceito não inaugura a luta antirracista ou uma nova práxis. Muito já se pensou, escreveu e lutou contra o racismo antes desta formulação. Letramento racial, nesse sentido, pode ser compreendido como um esforço de sistematização de práticas discursivas que se insurgem contra o racismo, tanto na sua dimensão epistêmica, como simbólica e letal.

⁸² Ibidem.

Apontamentos sobre letramento racial em *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*

O desenvolvimento de letramento racial é um processo que se dá ao longo do tempo e nas práticas cotidianas, no qual os modos de tornar-se sujeito são aprendidos, internalizados assim como podem ser modificados. A categoria de letramento racial (*racial literacy*), tal como foi desenvolvida por France Winddance Twine, faz referência ao desenvolvimento de consciência do racismo e da ativação de um conjunto de práticas antirracistas por pessoas brancas em relacionamentos afetivos inter-raciais. Contudo, esse é um dos possíveis aspectos pra trabalhar esse conceito. Essa categoria também tem sido formulada a partir de outros referenciais e campos de conhecimento.

Aparecida de Jesus Ferreira em 2015⁸³ publicou um livro em que trabalha a categoria de letramento racial crítico a partir do campo da linguística aplicada à área de ensino de línguas. Ela é uma das referências em abordar e ampliar os sentidos e usos do conceito de “letramento racial crítico” no Brasil. Ferreira estabelece diálogo com o arcabouço teórico da Teoria Racial Crítica de matriz estadunidense a partir de Derrick Bell e Alan Freeman e Milner e Howard. Como uma das estratégias para aprender, ensinar ou utilizar o *letramento racial crítico* em sala de aula, Ferreira argumenta que o uso de narrativas, histórias, crônicas, autobiografias e narrativas contra-hegemônicas (*counterstorytelling*) em atividades pedagógicas são importantes ferramentas para desenvolver questões sobre raça e racismo no ambiente escolar.

Nesse sentido, a utilização do letramento racial aplicado às práticas pedagógicas pode atuar como uma lente analítica que possibilita ampliar os referenciais teóricos e metodológicos para abordar racismo e as relações étnico-raciais. Pensando no contexto escolar, Ferreira afirma:

“Vale dizer que, para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades, ou seja, a identidade racial branca e a identidade racial negra para refletir sobre raça, racismo e

⁸³ FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: Com atividades reflexivas [livro eletrônico]*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. Edição Kindle

possíveis formas de letramento racial crítico e fazer um trabalho crítico no contexto escolar em todas as disciplinas do currículo escolar”.⁸⁴

Desenvolver letramento racial crítico, a partir dessa formulação, portanto, como afirma Ferreira, significa realizar um debate sobre o racismo, seja no ambiente escolar e ou universitário, que possa capacitar os sujeitos a reconhecerem o racismo, desenvolver um vocabulário antirracista e modificar suas práticas cotidianas. Em termos coletivos, Ferreira aponta para a importância de formar profissionais que tenham letramento racial crítico para que possam reconhecer as incidências do racismo estrutural e endêmico. Segundo ela, educar profissionais na área do direito ou da saúde é um processo de extrema relevância na formação de uma cultura antirracista.⁸⁵

Em diálogo com essa formulação de “letramento racial crítico”, referências mais gerais ao “letramento racial” também têm sido utilizadas no debate público contemporâneo enquanto ferramenta analítica que possibilita e estimula sujeitos negros, indígenas e brancos a terem acesso a distintos referenciais históricos, culturais, literários e formativos que “construam narrativas afirmativas [acerca dos sujeitos historicamente discriminados] e não somente baseadas em dor ou exclusão”⁸⁶.

Tal sentido, por exemplo, faz referência às possibilidades de criar outras narrativas sobre a História a partir de gestos, recortes, sensibilidades e processos teórico-práticos que tenham como bússola abordagens contra hegemônicas e que tenham como objetivo a descolonização do conhecimento. Portanto, letramento racial também pode ser concebido como o acesso ao conhecimento, aos saberes e a outros referenciais epistemológicos, histórico, culturais, teóricos e literários que positivem e narrem outras versões acerca do amplo espectro das negritudes, das culturas indígenas e quilombolas enquanto potência, assim como situem a condição da branquitude a partir de um lugar específico de enunciação e não enquanto norma ou sinônimo de condição humana.

⁸⁴ Ibid., 485-487

⁸⁵ FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Letramento Racial Crítico: Profa. Dra. Aparecida de Jesus Ferreira - Live Profa. Dra. Helenice Faria*. Canal Aparecida Ferreira de Jesus. 16.04.2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GWYacgctATc> – Acesso em 01.08.2020

⁸⁶ GARCIA, Cecília. *Letramento racial é um ato anticolonialista*”, explicam Diva Guimarães e Diane Sousa. Disponível em <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/10/22/letramento-racial/> - Acesso em 15.08.2020

Na direção de se pensar as identidades raciais, os processos de racialização dos sujeitos e as possibilidades de letramento racial antirracista, analiso a contribuição de Grada Kilomba no seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* nesse tema. Letramento racial não é uma categoria utilizada por Kilomba em nenhum momento do livro, contudo, a maneira como constrói sua análise sobre racismo cotidiano traz relevantes ferramentas e vocabulários para compreendermos as engrenagens e armadilhas psicológicas construídas pelo racismo estrutural, institucional, cotidiano e subjetivo.

A partir de 2016 o trabalho de Grada Kilomba começou a ganhar maior projeção no Brasil devido a sua participação como artista na 32ª Bienal Internacional de Artes de São Paulo. Seu livro, *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*⁸⁷, ainda não havia sido traduzido e lançado no Brasil. Apenas o seu primeiro capítulo *A máscara* havia sido traduzido por Jéssica Oliveira e publicado online nos *Cadernos de Literatura em Tradução*⁸⁸ em 2016. Essa tradução já circulava amplamente nos ambientes acadêmicos e políticos de militância.

Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano foi originalmente publicado em 2008 na Alemanha e escrito em inglês, como fruto do doutoramento de Kilomba em Filosofia na Freie Universität Berlin, que foi concedido com *summa cum laude* – máxima distinção. Onze anos depois, em 2019, o livro foi traduzido para a língua portuguesa e lançado simultaneamente em Portugal, pela editora Orfeu Negro⁸⁹, e no Brasil, pela editora Cobogó⁹⁰. A edição em inglês em agosto de 2020 já estava na sexta edição.

Em 2020 *Memórias da Plantação* é um livro de grande circulação em diferentes campos do conhecimento nas Humanidades. No ambiente acadêmico o

⁸⁷ KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster : Unrast Verlag, 2010

⁸⁸ DE JESUS, Jessica. *A Máscara*. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, 10 maio 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286/112968> - Acesso em 02.05.2020

⁸⁹ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2019

⁹⁰ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

livro tem se tornado bibliografia recorrente em disciplinas nas áreas de Comunicação, Psicologia, Letras e esteve presente como indicação de leitura em diversos processos de seleção de pós-graduação já em 2019.

Grada Kilomba é o nome que escolheu para si, em homenagem aos nomes de suas duas avós, Grada e Quilomba⁹¹. Ela nasceu em Lisboa em 1968 e sua família tem raízes em Angola, São Tomé e Príncipe e Portugal. Vive atualmente em Berlim. Em seu site oficial⁹², ela se define como “artista interdisciplinar”, escritora e teórica. Em julho de 2019 no seu perfil no Instagram⁹³, rede social que utiliza com frequência para divulgar seu trabalho, ironizou a tentativa fálica de organização do conhecimento ao tentarem descrevê-la através de uma sucessão de títulos: “(escritora, pesquisadora, professora universitária, psicóloga, doutora em filosofia, pensadora, etc...)”, afirmando que prefere ser reconhecida como “Artista interdisciplinar”.

Nos últimos dois anos Grada Kilomba se tornou um nome cada vez mais citado e sua obra artística e teórica conquistou uma grande repercussão internacional. A partir de 2019, com a publicação do livro no Brasil, sua primeira exposição individual, *Grada Kilomba: Desobediências Poéticas*, na Pinacoteca do Estado de São Paulo e a projeção que teve na FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty), Grada Kilomba vem se tornando uma referência cada vez mais importante aqui no Brasil, no debate político acerca do racismo e das políticas de silenciamento. *Memórias da Plantação* foi o livro mais vendido da FLIP de 2019.

Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano é um livro escrito por uma mulher negra portuguesa que, partir desse lugar reflete, e analisa as violências e os traumas causados pelo racismo, assim como as possibilidades de cura e transformação. Ela realiza uma crítica à construção do conhecimento centrado exclusivamente na branquitude, valendo-se de diálogos com a psicanálise, a teoria pós-colonial e o feminismo negro. É também um livro escrito em primeira pessoa, alternando entre o singular e o plural, no qual analisa as experiências de racismo institucionalizado, nas práticas culturais cotidianas e os significados de

⁹¹ ROLNIK, Suely. *A descolonização do pensamento na obra de Grada Kilomba*. 08.05.2019. Artebrasileiros. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/a-descolonizacao-do-pensamento-na-obra-de-grada-kilomba-2/> - Acesso em 02.02.2020

⁹² <http://gradakilomba.com/bio/> - Acesso em 2019.09.12

⁹³ <https://www.instagram.com/p/B0It-jho-P/> - Acesso em 2019.09.12

tornar-se o sujeito que narra sua própria história e reivindica sua humanidade e individualidade plenas. Os capítulos abordam práticas de recuperar e reinventar o passado, mas sobretudo um desejo de se opor ao lugar de “alteridade” que foi destinado aos negros e negras⁹⁴. O processo de descolonização do conhecimento na trajetória teórica e artística de Kilomba se refere à criação de outras configurações de saber e poder, expondo como as violências são performadas no âmbito artístico e acadêmico.

O livro é composto por debates que implicam os estudos culturais, psicanálise, feminismo negro, teoria pós-colonial, estudos críticos sobre branquitude (*critical whiteness studies*), onde o paradigma de debate é também negro. A maioria de suas interlocuções analítico-teóricas se dão com intelectuais e pensadoras(es) das diásporas africanas nas Américas e Europa, como bell hooks, Frantz Fanon, Stuart Hall, Audre Lorde, e do continente africano, como Felly Nkewto Simmonds. O paradigma da branquitude como norma silenciosa e silenciadora é analisado e rasurado em termos históricos, teóricos e culturais. Em muitos momentos no livro a branquitude é problematizada como um lugar hegemônico de poder que se reflete enquanto trauma na experiência cotidiana e subjetiva dos sujeitos negros através de comentários, gestos, olhares, atitudes e estruturas racistas.

O foco de análise do livro *Memórias da plantação* são as experiências subjetivas de mulheres negras com o racismo. Segundo Kilomba:

“Aqueles que falam neste livro são “*sujeitos* incompletos” no sentido de que são excluídas de possuir certas esferas de subjetividade reconhecidas, a saber: a política, social e individual. Essa compreensão idealizada de “sujeito” ecoa nesse estudo em ambos os níveis, empírico e teórico. Este trabalho é um espaço para performar a subjetividade, para reconhecer mulheres *negras*, em particular, e pessoas *negras* em geral, como sujeitos desta sociedade - em todos os sentidos reais da palavra.”⁹⁵ Grifos como no original.

Evidencio essa passagem pois enfatiza de maneira contundente o propósito primordial do livro, no qual pessoas negras estão como sujeitos de sua própria história e não como objetos de análise.

⁹⁴ Ibid., p. 12

⁹⁵ Ibid., p. 81

Quando Kilomba enfatiza a importância da autodeterminação e de ser sujeito do conhecimento nesse livro, isto é elaborado como posicionamento político, epistemológico e poético que se insurge contra os vários projetos epistemicidas do passado e do presente. Escrever se torna um ato político que conjura os processos de subjetivação marcados pela violência racista e abre espaço para outras possibilidades de cura e reparação. Tendo em vista a perspectiva histórica relacionada aos estudos nas ciências sociais no Brasil em que pessoas negras foram teorizadas e ficcionalizadas por brancos confinadas na condição “*objetos de ciência*”⁹⁶, enquanto *negro-tema*, para tomar a formulação de Guerreiro Ramos, tal posicionamento político de Kilomba cria rasuras profundas nas muitas violências legitimadas pelo dispositivo da ciência e das teorias racialistas e eugênicas.

O livro é composto por quatorze capítulos e 244 páginas, em que são abordados diversos aspectos da experiência traumática do racismo e suas vias de transformação, enfrentamento e ressignificação. Nos quatro primeiros capítulos, que são ensaios autônomos, Kilomba aborda as políticas de silenciamento contra sujeitos negros utilizadas no período colonial e escravista e a atemporalidade do racismo como uma flecha que rasga o tempo, das *plantations* aos dias atuais; reflete sobre as disputas narrativas e como as violências simbólicas e epistemológicas que são performadas no ambiente universitário, assim como propõe outras políticas de enunciação e possibilidades de descolonização do conhecimento; apresenta o conceito de “racismo genderizado”⁹⁷, a propósito do qual reflete sobre o patriarcado branco e a relutância do feminismo branco ocidental hegemônico em realizar uma crítica antirracista.

Em sua pesquisa de doutorado, Kilomba entrevistou seis mulheres negras que moravam na Alemanha e escolheu duas entrevistas para analisar em detalhe, recortando-as na forma de episódios. Como metodologia optou por entrevistas não diretivas, nas quais privilegiou as narrativas biográficas das mulheres, o que “permite às entrevistadas definir sua realidade subjetiva e a experiência com o

⁹⁶ “O negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência.” Trecho de pronunciamento de Silvio Romero (1851-1914) grifado por Sueli Carneiro em CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005, p.58

⁹⁷ KILOMBA, Op. Cit., p. 97

racismo em suas vidas.”⁹⁸. A partir dos relatos de Alicia, uma mulher afro-alemã de 33 anos e Kathleen, uma mulher afro-estadunidense de 27 anos, são evocados e analisados os episódios de racismo cotidiano que perpassam toda a vida dessas mulheres, desde a infância à vida adulta.

Do quarto ao décimo quarto capítulo, as análises são construídas a partir dos relatos de racismo cotidiano vividos pela própria Grada Kilomba, Alicia e Kathleen. Em termos gerais, são analisados nos capítulos as “Políticas espaciais”, “Políticas do cabelo”, “Políticas sexuais”, “Políticas da Pele”, os insultos raciais, histórias de isolamento social e suicídio em ambientes de maioria branca e as performances de negritude presentes nos relatos biográficos, assim como alternativas de cura e análise dos traumas.

Por racismo cotidiano se compreende o conjunto de violências discursivas e físicas que são inscritas pelo consenso branco nas subjetividades e nos corpos negros, presentificando assim violências e conquistas coloniais. São as violências, traumas e assédios em termos micro estruturais que acontecem na vida corrida, no ambiente doméstico, pelos pais e amigos brancos, na esfera afetiva com namorados brancos ou por desconhecidos brancos que se sentem autorizados a realizar perguntas que atualizam e atribuem ideias de sujidade ou animalidade às mulheres negras. Contudo, racismo cotidiano não é apenas um ato isolado que ocorre repetidamente, mas como afirma Kilomba, se refere ao “acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial.”⁹⁹

A partir dos relatos, Kilomba elucida e analisa a formação das ocorrências e as “dramaturgias” do racismo cotidiano, que o torna possível através de uma triangulação, na qual os sujeitos estão dispostos da seguinte forma¹⁰⁰: 1) O sujeito branco racista de um lado; 2) O sujeito negro isolado de outro; 3) O consenso branco, a plateia branca ou o público branco que confirme e afirme a ofensa racista. Ou quando não há o consenso branco operando como terceiro elemento desta triangulação, Kilomba também identificou a estratégia de evocação pelo sujeito branco racista da opinião/posição de uma pessoa negra ou de cor que confirme a

⁹⁸ Ibid., p. 86

⁹⁹ Ibid., p. 231

¹⁰⁰ Ibid., p. 163 e 200

ofensa racista, entrando assim em competição e oposição com o que o sujeito negro contesta.

Estes são alguns dos temas abordados no livro, que trazem relevantes contribuições para compreendermos as evidências ou nuances acerca dos mecanismos psicológicos e subjetivos com os quais o racismo renova seus discursos e práticas no presente.

De onde eu leio o livro ou apontamentos sobre meu lugar de leitura, escuta e diálogo

A racialidade branca constitui um centro de poder a partir do qual as(os) Outras(os) são nomeadas(os), hierarquizadas(os), diferenciadas(os), exotizadas(os) e subjulgadas(os). Isto se evidencia de diversas formas no cotidiano e nos usos da língua, como por exemplo, no estatuto de universalidade e humanidade que não precisa ser adjetivado ou localizado - ou como reflete Kilomba a partir de uma anedota durante uma Palestra-Performance:

“Há esta anedota: uma mulher Negra diz que ela é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa. Branquitude, como outras identidades no poder, permanecem sem nome. É um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. Em geral, pessoas brancas não se veem como brancas, mas sim como pessoas. A branquitude é sentida como a condição humana.”¹⁰¹

Ainda que a branquitude no debate contemporâneo sobre racismo no Brasil seja uma posicionalidade que vem sendo cada vez mais questionada e nomeada a partir de um viés crítico, trago a anedota porque ela é bastante exemplar e eficaz sobre como a hegemonia branca se presentifica nos processos de subjetivação enquanto um dispositivo de poder normalizado. Durante muito tempo pensei assim e me via como uma *mulher*, não *mulher branca* atravessada por tais e tais identidades. Conjugas as identidades brancas como identidades e não enquanto

¹⁰¹ KILOMBA, Grada. *Descolonizando O Conhecimento - Uma Palestra-Performance De Grada Kilomba*. Tradução de Jessica Oliviera. Disponível em <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf> - Acesso em 13.08.2020

transparência, reconhecer, nomear e falar “branca e branco” são formas de evidenciar o paradigma de poder a partir da qual a categoria do “humano” foi historicamente constituída em termos raciais.

Fora de uma zona de conforto racial branca, a experiência de ser colocada(o) pelos grupos historicamente discriminados como o agressor ou a agressora, como colonizador ou colonizadora, como aquela ou aquele que silencia e comete violências, como quem usufrui dos privilégios e não de direitos compartilhados por todos, geralmente é recebida por sujeitos brancos com muito desconforto, reatividade, medo, ressentimento e fragilidade.

Durante nossas vidas brancas refletir criticamente sobre racismo e o que temos a ver com isso não é uma estratégia de sobrevivência, ao contrário, é um assunto que se evita e fazemos pouco. Eu branca, a partir de um letramento racial racista, ao ser apresentada à violência, barbárie e desumanização que o racismo causa muitas vezes sou compelida a me defender, dizer que não sou racista, que foi um mal-entendido ou que não tive a intenção de dizer uma frase ou fazer um gesto racista. O que me faz ver como é justamente através dessas estratégias discursivas que se efetivam a raça e o racismo, operando no campo da ambiguidade, da obscuridade, do mal-entendido e da contradição.¹⁰²

Escrevo isso pois quando li pela primeira vez *Memórias da Plantação* em 2017, em inglês, a sensação que tive foi a de um deslocamento do meu lugar racial, o que provocou um reconhecimento primário, ainda que tardio, do racismo em sua complexidade e matéria viva. Pela primeira vez senti que fui impelida a me responsabilizar e reconhecer como o racismo opera na sociedade. E a fazer isto a partir da condição de mulher branca que ocupo.

Acho necessário problematizar meu lugar de leitura dessa obra pela qual tenho tanto apreço e foi tão importante na minha formação porque enquanto lia os episódios de racismo cotidiano vividos pela autora ou pelas mulheres negras que foram entrevistadas, sabia que por ser uma mulher branca tais histórias de racismo não iriam acontecer comigo. Portanto, não é pela identificação com as experiências de racismo que me aproximo do livro e reflito sobre os privilégios da branquitude que atravessam meus próprios processos de subjetivação. Ao contrário, é na inscrição da diferença racial enquanto mulher branca que posso conjugar e conjurar

¹⁰² ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 61

a arquitetura do racismo em um processo contínuo de pensar possíveis políticas de alianças e reparação. Ao ler o livro começava a pensar nos privilégios evidentes e ficcionais que me são proporcionados pelo passaporte da branquitude. *Memórias da plantação* é um livro que me ajuda a ler o presente e a entender nuances dos processos de subjetivação brancas em termos relacionais ao colocar no centro da análise sujeitos negros e as experiências de racismo.

Creio que ao ler esse livro, leitoras e leitores racializadas(os) como brancas e brancos são apresentados à uma oportunidade, necessária, de não ocupar o centro do discurso, de não ser o centro dos holofotes e de exercitar um lugar de escuta ativo, de reflexão e de autocrítica. No livro, os sujeitos negros e as mulheres negras estão no centro da análise, com a palavra e o poder de narrar sua própria história e nós, brancas(os), nos deparamos frontalmente como os privilégios e a supremacia branca são o motor das violências, traumas e feridas cotidianas para pessoas não-brancas.

Pode ser um exercício desconfortável. Ser nomeado como opressora ou opressor causa um conflito pessoal e social. Entretanto, ao mesmo tempo é necessário equacionar que este possível desconforto na leitura não é tão doloroso quanto sofrer as violências reais do racismo.

A partir do percurso analítico que venho desenvolvendo na dissertação sobre letramento racial crítico, *Memórias da Plantação* torna-se um repertório importante na discussão pois é um livro a partir do qual pude ampliar meu vocabulário acerca dos desafios psíquicos, subjetivos e cotidianos. E creio que ampliar este repertório é relevante para desenvolvermos, em termos coletivos e individuais, processos de letramento racial antirracista, tanto para pessoas negras como para pessoas brancas que se beneficiam do racismo.

Apontamentos acerca dos processos de responsabilização e reparação

Uma dimensão do argumento do livro que gostaria de desenvolver e dialogar com se refere às políticas de silenciamento e processos de

responsabilização racial em relação aos sujeitos brancos na manutenção e reprodução do racismo.

No capítulo inicial, intitulado *A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização* Kilomba traz a imagem da máscara de flandres no período de escravização de africanos no ocidente. Tal aparato era colocado na boca dos sujeitos negros escravizados a mando dos senhores brancos para tanto evitar que eles falassem, comessem os alimentos produzidos nas plantações ou cometessem suicídio através da geofagia, mas sobretudo como uma metáfora do silenciamento. Contudo, é importante lembrar que a máscara pode ser lida enquanto uma metáfora para nos referirmos no tempo presente ao seu significado simbólico, pois como escreveu Machado de Assis, para os senhores brancos tratava-se efetivamente de um instrumento.¹⁰³

Kilomba ao analisar a imagem da máscara que a escravizada Anastácia foi obrigada a usar pelos senhores brancos e as políticas de silenciamento, aponta para os processos de negação como um mecanismo de defesa do ego dos sujeitos brancos em relação ao seu projeto de colonização e escravização. O faz, portanto, a partir de uma fundamentação psicanalítica, principalmente de postulações de Freud sobre a negação. A negação funciona como um mecanismo de defesa de um ego cindido, pois opera na projeção no “Outro” de tudo aquilo que não se quer e apenas mantém para si uma parte positiva:

“O *sujeito negro* torna-se então tela de projeção daquilo que o *sujeito branco* teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o, indolente, malicioso. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos.”¹⁰⁴

¹⁰³ “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de- flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.”

ASSIS, Machado. *Pai contra mãe*, 1906. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf> - Acesso em 08.09.2020

¹⁰⁴ KILOMBA, Grada. Op. Cit., p. 37

Os sujeitos brancos têm uma imagem dissociada de si, na qual valores como sexualidade e agressividade são projetados no “Outro” e a branquitude mantém para si uma imagem ilibada, moralmente justa. O que é “ruim” ou valores sociais reprimidos, como a agressividade e a sexualidade, são projetados na(o) “Outra(o)” da branquitude.

Nesse sentido, criam-se fantasias no imaginário branco em relação aos sujeitos negros, como a hipersexualidade e a disponibilidade da mulher negra, consagrada através do estereótipo da “mulata”, ou a fantasia de virilidade e agressividade em relação aos homens negros, que, nesta lógica do medo branco, estão intimamente correlacionados com o encarceramento em massa e o genocídio da juventude negra na contemporaneidade. Entretanto, essas mesmas fantasias da branquitude operam em uma relação de ambivalência. Ao mesmo tempo que os sujeitos negros encarnam para a branquitude a representação do perigo e da ameaça, coincidem com o desejável, o excitante, o exótico, na modulação que passa do desejo ao dejetivo, da negrofobia à negrofilia.

Uma ideia fundamental que Kilomba desenvolve e retoma ao longo do livro é a que “O racismo não é a falta de informação sobre a/o Outra/o - como acredita o senso comum - mas sim a projeção *branca* de informações indesejáveis na/o Outra/o.”¹⁰⁵ O racismo enquanto um processo de desumanização e despersonalização de pessoas não brancas impede que o sujeito branco veja - a partir de um lugar social de poder e dominância, - ou se relacione e se reconheça com a subjetividade, individualidade e identidade do sujeito negros ou não brancos. “O negro”, como afirma Fanon se torna uma invenção do homem branco:

“O branco está convencido de que o negro é um animal; se não for o comprimento de seu pênis, é a potência sexual que o impressiona. Ele tem necessidade de se defender deste diferente, isto é, de caracterizar o Outro. O outro será o suporte de suas preocupações e desejos.”¹⁰⁶

Gostaria de retomar a breve definição de branquitude de Ruth Frankenberg, que se tornou uma formulação chave em muitos estudos sobre branquitude e dialoga também com o mecanismo psíquico na negação em que se cria uma cisão do ego e projeção:

¹⁰⁵ Ibid., p.17. Grifos como no original.

¹⁰⁶ FANON, Frantz. *Pele negras, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 147

“Branquitude é “como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, em uma posição de poder, em uma geografia social de raça, e como lugar confortável e *do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo.*” ¹⁰⁷

Contudo, quando o que se enxerga ou ouve na(o) Outra(o) é uma projeção daquilo que é não se quer, torna-se impossível criar uma relação de escuta ou de reconhecimento. Tendo em vista a complexidade do racismo enquanto fenômeno que incide diretamente na constituição de subjetividades dos sujeitos, Kilomba nos apresenta um processo que envolve diferentes etapas de transformação dos mecanismos de defesa no ego branco e que pode nos ajudar e inspirar a ampliar o vocabulário acerca dos enfrentamentos e possibilidades do antirracismo branco.

A partir de um discurso público de Paul Gilroy na Casa das Culturas do Mundo, em Berlim ¹⁰⁸, Kilomba desenvolve os cinco processos de defesa do ego pelos quais os sujeitos brancos precisam passar para que se torne possível uma relação de escuta. São eles *negação, culpa, a vergonha, reconhecimento e reparação*. Em diversas entrevistas públicas, assim como no livro, Kilomba enfatiza que esse percurso não se refere a uma questão moral, mas de um processo psicológico e um percurso de responsabilização coletiva.

E me chama a atenção como Kilomba articula a importância de atravessarmos tal processo de responsabilização para que se torne possível a nós, sujeitos brancos, desenvolvermos um lugar de escuta, para efetivamente sermos capazes de ouvir, no sentido de reconhecermos os efeitos do racismo na nossa própria vida e atuar contra ele. A escuta é um elemento fundante da partilha do comum. Ainda que as(os) subalternas(os) tenham voz e falem, se não há possibilidade, disponibilidade ou necessidade de sua escuta pela branquitude, uma relação não acontece.

Podemos compreender a condição da branquitude como dispositivo de poder que cria desigualdades agudas entre brancos e não brancos, segundo Lia Vainer Schuman. E essas desigualdades se materializam em termos econômicos,

¹⁰⁷ FRANKENBERG, Ruth. *A miragem de uma branquidade não-marcada*. In: WARE, Vron (org.). *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 316. Grifo meu.

¹⁰⁸ Na edição portuguesa de *Memórias da Plantação* há uma nota de rodapé na página 41 com referência ao pronunciamento de Gilroy: “O Atlântico negro, na Casa das Culturas do Mundo, em Berlim, no ano de 2004.”

materiais, simbólicos, estéticos e subjetivos de modo naturalizado, “em que os sujeitos brancos exercem posições de poder sem tomar consciência deste *habitus* racista que perpassa toda a nossa sociedade.”¹⁰⁹ Nesse sentido, para nós pessoas brancas, desnaturalizar esse lugar de poder e dominância, debater sobre branquitude, ocupar o lugar da escuta e efetivamente escutar pode se colocar então como um processo e uma decisão política de grande relevância no desenvolvimento de práticas antirracistas.

Pensando atualmente nas mudanças dos regimes de autorização discursiva em jogo, em que sujeitos historicamente discriminados conquistam visibilidade e audibilidade, creio que os processos de reconhecimento dos mecanismos de defesa sejam um passo importante rumo a construção de uma partilha do comum de modo antirracista. Pois tem se tornado cada vez mais importante diante de um outro parlamento das vozes e dos corpos, que nós, sujeitos brancos possamos compreender a importância política de praticar e exercitar um “lugar de escuta”, assim como perceber e situar nosso lugar de fala.

A seguir trago os cinco mecanismos de defesa do ego postulados por Kilomba e dialogo com eles, considerando-os enquanto etapas de um possível processo de letramento racial, tanto em termos individuais como coletivos. Para que sujeitos brancos, como na formulação trabalhada por Twine, desenvolvam letramento racial, os cinco mecanismos de defesa do ego apresentadas por Kilomba são elucidativas para que nós possamos nos reconhecer enquanto opressoras(es) e beneficiárias(os) do racismo e que a partir deste reconhecimento possamos adotar ações efetivas para dismantelar o racismo.

Por analogia, também podemos aproximar esse processo de responsabilização, como desenvolvido por Kilomba, pode ser lido como uma estratégia para a criação de fissuras e rasuras nos pactos narcísicos da branquitude, como definidos por Maria Aparecida Silva Bento em *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, de 2002.

¹⁰⁹ SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 29

A reflexão acerca dos mecanismos de defesa do ego e dos processos de conscientização e reparação a partir dos cinco estágios citados permeiam a reflexão de Kilomba em suas obras em diversas linguagens, meios e suportes. Na exposição *Grada Kilomba: desobediências poéticas*¹¹⁰ a artista desenvolveu uma videoinstalação intitulada *O Dicionário [The dictionary]* em que estão presentes diferentes definições de cada etapa deste processo. Colocarei as definições dos cinco termos que constituem *O Dicionário* antes de cada verbete e estabeleço um diálogo sobre como percebo as etapas dos processos de responsabilização enquanto possibilidades de letramento racial crítico e antirracista.

Negação

“negação (latim. negatio, -onis/)*, substantivo, n. 1. a ação de negar algo; sinônimos: repúdio; antônimos: confirmação; n. 2. a afirmação de que algo não é verdade; sinônimos: contradição; antônimos: acordo; n. 3. a recusa de reconhecer a realidade; sinônimos: rejeição; antônimos: aceitação; n. 4. a recusa de admitir ou reconhecer uma emoção, um desejo ou um fato, no consciente – usado como mecanismo de defesa; n. 5. o ato de afirmar ou projectar noutra pessoa ou grupo de pessoas a responsabilidade por essa emoção, desejo ou fato inaceitável. *para diferenciar da negação, na qual uma emoção, desejo ou fato é admitido apenas na sua forma negativa: “Eu não sou (...)”. O ‘não’ com o qual o fato é primeiramente recusado, é imediatamente seguido pela confirmação deste.”¹¹¹

Kilomba a partir do conceito de negação da psicanálise apresenta negação a partir de dois significados. No primeiro, o mecanismo de negação (*denial*), segundo ela, no sentido de recusa da realidade que se dá no inconsciente e o sujeito recusa admitir a verdade. A negação é seguida por outros mecanismos de defesa do ego, como a cisão e projeção, como já foi abordado anteriormente.

A negação do racismo e dos privilégios da branquitude, nessa acepção, são formas de proteger o sujeito branco de ser confrontado com a realidade de racismo cotidiano. Destaco também a importância da negação do racismo enquanto uma

¹¹⁰ *Grada Kilomba : desobediências poéticas* – Curadoria Jochen Volz e Valéria Piccoli; ensaio Djamila Ribeiro. São Paulo : Pinacoteca de São Paulo, 2019. Disponível em: http://pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/2019/07/AF06_gradakilomba_mioilo_baixa.pdf - Acesso em 01.08.2020

¹¹¹ Verbetes “negação” da videoinstalação *O Dicionário [The Dictionary]*, 2017 – 2019, de Grada Kilomba. A referência do texto de todos os verbetes da obra foi obtida a partir da transcrição e da tradução em português disponíveis no catálogo acima. A obra foi originalmente realizada com os verbetes em inglês e para exposição em São Paulo, os verbetes eram exibidos tanto em inglês, como em português.

estratégia de produção e reprodução que perpetuam a hegemonia e superioridade branca em termos culturais e políticos.

O segundo sentido de negação (negation) é no sentido de formulação negativa, como no exemplo “Nós não somos racistas”. No dicionário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis, o verbete *negação* aparece com a seguinte definição: “Processo pelo qual o sujeito, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos até então recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença”.¹¹²

A negação do racismo no Brasil foi e ainda é uma estratégia para manter as estruturas de segregação e poder, atrasar e desautorizar as políticas de ação afirmativa e sobretudo, naturalizar determinados lugares raciais, classe social e gênero, de modo que estas categorias se interseccionam. Lélia Gonzalez em diálogo com a teoria psicanalítica já havia identificado e elaborado essa retumbante característica do racismo brasileiro como “racismo por denegação” na década de 1980.

[...] Racismo não assumido existente na sociedade brasileira, que eu chamo de racismo por denegação. A denegação é uma categoria do pensamento freudiano, em que você nega que alguma coisa faça parte de você, embora aquela coisa faça parte de você. Então nas sociedades da chamada América Latina, esse racismo está muito presente e fundamentalmente nos meios de comunicação.¹¹³

Negar que existe racismo no Brasil são posturas raras no debate acadêmico, entretanto, é possível observar e ouvir estas afirmações na vida cotidiana, sobretudo vindo de pessoas brancas. Já ouvi tantas vezes frases como: “o pior racista é o próprio negro”, “o negro é racista contra o próprio negro”, “eu não sou racista, mas conheço pessoas racistas”, “Eu não sou racista, tenho até amigas(os), namoradas(os) ou pessoas negras próximas”, “isto é mimimi/me me me” ou usar das formulação de que existe “racismo reverso” são muitas das estratégias para o evitamento do debate sobre racismo como um problema estrutural e institucional da cultura brasileira. E são estratégias amplamente exercitadas, elogiadas e

¹¹² LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da psicanálise – Laplanche e Pontalis : sob a direção de Daniel Lagache*. Tradução Pedro Tamen. – 4 ed – São Paulo : Martins Fontes, 2001, p. 293-295

¹¹³ GONZALEZ, Lélia. *CULTNE DOC - Lélia Gonzalez - Pt 2*. Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aiTfzVKhsGw> – Acessado em 28.11.2019. O trecho em questão também compõe o curta-metragem “Em busca de Lélia” (2017), dirigido por Beatriz Santos Vieira. Disponível em <http://www.futuraplay.org/video/em-busca-de-lelia/377100/> - Acessado em 29.11.2019

exaltadas no senso comum racista. Ainda que tais afirmações não tenham nenhum respaldo científico, ainda que a democracia racial já tenha sido desmontada e enterrada sociologicamente, a negação é uma estratégia tanto política como psicológica muito eficaz contemporaneamente e podemos encontrá-la na base dos discursos racistas e fascistas.

Culpa

“culpa (latim. culpo/), substantivo, n. 1. a emoção que se segue a uma infração já cometida; sinônimos: transgressão, criminalidade; antônimos: inocência; n. 2. a resposta emocional a uma ofensa especificada ou implícita; sinônimos: culpabilidade; antônimos: ingenuidade; n. 3. o medo ou a preocupação de ser acusado ou punido pela infração; sinônimos: denúncia, queixa; antônimos: defesa, justificação; n. 4. a sensação de ter cometido um erro ou de ter falha de uma obrigação; sinônimos: desleixo, descuido; *antônimos: cuidado, responsabilidade*; n. 5. o resultado de um conflito entre os próprios desejos agressivos para com os outros e o super-ego implica o processo de projeção, no qual a agressão é projectada nos outros, permitindo ao ego construir-se como ideal; n. 6. a resposta à culpa é a descrença: “Eu não acredito...”, “Eu acho que é um exagero...”, como estratégia para reduzir o sentimento de culpa.”¹¹⁴

A culpa, segundo Kilomba, “é um estado emocional no qual o indivíduo vivencia o conflito de ter feito algo que acredita que não deferia ter feito”¹¹⁵. Conflito que se dá em relação aos erros cometidos no passado e se difere da ansiedade que se relaciona ao que pode acontecer no futuro. A partir da definição elaborada para a videoinstalação *O Dicionário*, chamo a atenção para a definição n.4 em que o antônimo de culpa é a responsabilidade.

Contudo, a culpa é um conceito no ocidente associado à moral judaico-cristã e eu tenho dúvidas se o estágio da culpa no processo de letramento racial crítico de sujeitos brancos é uma etapa necessária ou se tal estágio pode transformar-se em uma arapuca que nos impede de trilhar um percurso de responsabilização histórica e política.

Atualmente, é possível reconhecer o sentimento de culpa branca em muitas formulações de pessoas brancas sobre racismo contemporâneo. Entretanto, sentir ou performar a culpa branca pode ser uma estratégia um tanto ineficaz em termos

¹¹⁴ Verbete “culpa” da videoinstalação *O Dicionário [The Dictionary]*, 2017 – 2019, de Grada Kilomba.

¹¹⁵ KILOMBA, Grada. Op. Cit., Ap. 44

políticos e sobretudo algo que onera muito pessoas negras. tatiana nascimento em *leve sua culpa branca pra terapia* traz a seguinte definição:

“penso culpa branca não como alguma culpa sentida por alguma pessoa branca: mais precisamente o sentimento de ser culpada pela própria branquitude. [...] poucas coisas podem ser tão paralisantes quanto a culpa. No caso da culpa branca, tendo a nota-la ainda mais convenientemente paralisante por (aparente contradição, mais só aparente) movimentar uma forma específica de desresponsabilização racial que tenho assistido com atenção, reflexivamente.”¹¹⁶

Essa reflexão me parece muito necessária porque a culpa branca diante do racismo não leva à possibilidade de reparação e ao ser performada publicamente ou em relações afetivas inter-raciais, a culpa além de recolocar o sujeito branco no centro do debate ou das atenções, muitas vezes vem como um pedido de perdão, redenção e absolvição do racismo. Neste sentido, a etapa da culpa coloca os sujeitos brancos como aqueles que demandam atenção para expiar sua culpa e como aqueles que demandam ser ouvidos.

No ensaio de 1979 *As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande*, Audre Lorde analisa o incômodo sentido diante da tarefa para a qual mulheres são convocadas como educar homens sobre o patriarcado e machismo ou quando às mulheres de cor é demandado que eduquem as mulheres brancas sobre racismos e as diferenças que se colocam entre elas. Sobre esta situação, ela afirma: “Essa é uma das mais antigas e primárias ferramentas usadas pelos opressores para manter o oprimido ocupado com as responsabilidades do senhor. [...] Isso é uma dispersão de energias e uma trágica repetição do pensamento patriarcal racista.”¹¹⁷

Percebo o sentimento e os usos da culpa branca enquanto uma ferramenta que pertence ao léxico do “Senhor” ou da “Sinhá”. Portanto, creio que a “ferramenta da culpa”, para dialogar com a afirmação de Audre Lorde, não será eficaz para destruir a casa-grande ou rasurar as “plantações-cognitivas”, para usar a formulação de Jota Mombaça.¹¹⁸

¹¹⁶ nascimento, tatiana. *leve sua culpa branca pra terapia*. série zami. Brasília: padê editorial, 2019, p. 6 - 7

¹¹⁷ LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p.139

¹¹⁸ MOMBAÇA, Jota. *A plantação cognitiva*. Arte e Descolonização, MASP e Afterall Research Center, 2020. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QYyC0FPJZW0J7Xs8Dgp6.pdf> - Acesso em 02.09.2020

Silvio Almeida traz uma reflexão que dialoga com esse argumento sobre a inutilidade da culpa e da importância de compreender racismo como estrutural, como um processo político, histórico e que atua na constituição de subjetividades: “Pensar o racismo como estrutural é tirá-lo do campo da culpa (e da desculpa) e tratá-lo na dimensão da responsabilidade política. É uma forma de “desnaturalizar” o racismo, compreendendo-o como parte da história e dos conflitos políticos”¹¹⁹.

O racismo não é desculpável. O sentimento de *culpa* e a demanda por *desculpas* tem efeitos muito paralisantes caso o sujeito branco permaneça por muito tempo nessa etapa de defesa do ego. Podemos perceber como o sentimento de *culpa* modula e demanda por um sentimento *desculpa*, alívio e “perdão” diante de um erro apontado. Sentir a *culpa branca* pelo racismo pode ser um confortável e preguiçoso beco sem saída paralisador.

Vergonha

“vergonha ((latim. *verecundia*, -ae/), substantivo, n.1. um sentimento de angústia ou de humilhação causado pela consciência de um comportamento errado ou insensato; sinônimos: indignidade; antônimos: dignidade, orgulho, glória; n. 2. a resposta emocional a uma situação ou ação lamentável ou tola; sinônimos: desconforto; antônimos: honra; n. 3. a emoção que segue ao medo do ridículo; n. 4. o sentimento de não poder viver de acordo com o ideal do ego; sinônimo: embaraço; antônimos: confiança; n. 5. o conflito entre o ego e o super-ego, isto é, entre ‘quem eu sou’ e ‘quem eu desejo ser’; n. 6. o ato de perceber a discrepância entre a própria imagem e a imagem que os outros têm do próprio; n. 7. a vergonha leva ao ato de introspecção, conhecimento ou compreensão.”¹²⁰

Segundo Kilomba, a vergonha é um estágio posterior a culpa no qual há uma relação íntima com o discernimento¹²¹. Vergonha decorre de um sentimento de frustração de não corresponder à imagem ideal que o sujeito branco tem de si mesmo, o que causa desconforto e conflito. Nessa etapa o sujeito branco percebe que as pessoas negras, indígenas e não brancas têm percepções de branquitude muito diferentes dos brancos.

¹¹⁹ ALMEIDA, Silvio. Tweet. 08.03.2020

¹²⁰ Verbete “vergonha” da videoinstalação *O Dicionário [The Dictionary]*, 2017 – 2019, de Grada Kilomba.

¹²¹ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2019, p.43. Para esta passagem em particpar optei pela tradução portuguesa.

Na carta que escreve para a edição brasileira da publicação do livro, Kilomba afirma que saiu de Portugal para doutorar-se na Alemanha com imenso alívio, pois Portugal é um país em estado de negação ou exaltação em relação ao seu passado colonial. Já na Alemanha, devido as consequências do holocausto, encontrou um ambiente social em que as narrativas sobre a história oscilavam entre *culpa e vergonha*.

Na vergonha, para a autora, inicia-se um processo de reflexão que pode ser construtivo, em que se o sujeito branco começa a ouvir como pessoas não brancas enxergam as consequências da branquitude.¹²² Nesse estágio, sujeitos brancos começam a perceber a branquitude pelas lentes de pessoas não brancas e fazem as seguintes perguntas: “Quem sou eu? Como as(os) outros me percebem? O que represento para elas/eles?”.

bell hooks no artigo *Representações da branquitude no imaginário negro* analisa como a condição de dominância da branquitude para pessoas negras é representada como um sinônimo de “terror racial” e símbolo de privilégio e não símbolo de bondade, progresso e civilização, como algumas(uns) brancas(os) poderiam supor. Estudar a branquitude para pessoas negras foi e é uma tática de sobrevivência em sociedades de supremacia branca. hooks comenta a “incredulidade ingênua” demonstrada por estudantes brancos quando entram em contato com a percepção crítica de pessoas negras sobre a branquitude:

“Muitos deles ficavam chocados ao ver que pessoas negras pensam criticamente a respeito a branquitude porque o pensamento racista perpetua a fantasia de que o Outro que é subjugado, que é sub-humano, não tem a habilidade de compreender, de entender, de ver os feitos dos poderosos. Embora a maioria desses estudantes se considere politicamente liberal e antirracista, eles também aderem inconscientemente à ideia da branquitude como mistério.”¹²³

E quando o “mistério” vai se quebrando ou sendo conjurado, mistério esse que está intimamente ligado às políticas da ignorância e silêncio em relação ao racismo e ao passado colonial e escravagista, a percepção dos males do racismo se evidencia, assim como o fato de que sujeitos não brancos não tem acesso às mesmas

¹²² FERREIRA, Elder. *Grada Kilomba: ‘O racism está sempre se adaptando ao contemporâneo’*. 07.04.2016. Revista Cult. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/grada-kilomba/> - Acesso em 02.02.2020

¹²³ hooks, bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019, p. 299

oportunidades, direitos e privilégios que nós, brancas(os) temos. Ao entrar em contato com outras percepções e narrativas como essas, pode vir um sentimento de constrangimento e conflito para o sujeito branco.

Contudo, também creio que seja possível pensar o estágio da vergonha não apenas em termos pessoais, mas em termos sociais e culturais, sobretudo em relação aos discursos hegemônicos em relação à Histórias e às narrativas nacionais vigentes. Cada época cria seu passado. O passado é uma elaboração do presente, daquelas(es) que puderam escrever a história de acordo com seus interesses e referências. Como o olhar contemporâneo enxerga, elabora ou ficcionaliza o passado?

Paul Gilroy, ao comentar o fato de que contemporaneamente as narrativas hegemônicas em relação ao Império Britânico continuam a ser baseadas em uma exaltação e orgulho do passado colonial, sem uma construção crítica no presente em relação às violências e crimes de lesa-humanidade cometidos, afirma:

“Vergonha, é preferível à culpa porque pode ser um catalisador, um estímulo para a ação. Culpa é inútil, contraprodutiva e geralmente apenas uma fonte de ressentimento. Vergonha, por outro lado, é uma resposta apropriada que pode voltar as pessoas para possibilidades de reparação.”¹²⁴

Quando uma nação, um Estado ou uma comunidade desnaturaliza quem ocupa os lugares racializados de poder, reconhece o racismo e outras políticas de subalternização de modo crítico e baseado na vergonha, isso pode representar um passo inicial rumo a uma reparação efetiva. A vergonha diante do racismo, colonialismo, nazismo e outros sistema de opressão, extermínio e subalternização é resultado de um reconhecimento de outras vozes e alteridades. Podemos perceber como que a partir do reconhecimento público e social das violências, saques, extermínios e genocídios desenvolvidos no passado torna-se possível pensar em outros processos e medidas de reparação no presente.

Reconhecimento

¹²⁴ RICHETT, Oscar. *A Inglaterra nunca encarou a vergonha do seu imperialismo*. Tradução Marina Schnoor. VICE Brasil. 24.05.2017. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vb48d9/inglaterra-nunca-encarou-vergonha-imperialismo - Acesso em 20.08.2020

“reconhecimento (rekəgnɪf(ə) n /), substantivo, n. 1. a ação ou processo de reconhecer ou ser reconhecido; sinônimos: conhecimento, identificação; antônimos: desconhecimento; n. 2. o processo de reconhecer a existência, validade ou legalidade de alguém ou de algo; sinônimos: aceitação, admissão; antônimos: exclusão; n. 3. o processo de aceitar, apreciar, validar ou aclamar alguém ou algo pelo seu empreendimento, habilidade, ou conhecimento; sinônimos: gratidão, respeito; antônimos: desprezo, indiferença.”¹²⁵

O processo do reconhecimento é o quarto e penúltimo estágio, que vem depois da vergonha. Aqui, “o indivíduo reconhece a realidade de seu racismo ao aceitar a percepção e realidade de “*Outras/os*”¹²⁶. No reconhecimento, os mecanismos de defesa do ego branco saem da fantasia para a realidade.

No decorrer de *Memórias da Plantação* as fantasias brancas são articuladas aos processos de negação daquilo que a branquitude não quer para si e a projeção desses valores nos sujeitos negros. Nessa hierarquia, os sujeitos negros se tornam depositários dos medos e fantasias brancas, sobretudo no que se refere à agressividade e sexualidade de homens e mulheres. Em diversas situações de racismo cotidiano as fantasias brancas operam de modo a reencenar lugares coloniais e escravistas, em que brancas(os) se tornam “sinhas e sinhôs virtuais” e pessoas negras, “escravas figurativas”, como observa Kilomba.

As fantasias brancas colocam pessoas negras na condição de objetos de desejo, fetiche, observação e exposição para pessoas brancas, o que é uma estratégia que através do discurso e das práticas cotidianas despersonalizam, estereotipam e desumanizam sujeitos negros. Ao longo do livro as fantasias brancas se presentificam na reificação da hegemonia e consenso *branco* em termos interpessoais, culturais e nacionais. Assim como também aparecem nas conversas do dia-a-dia, em relações afetivas, por meio de perguntas invasivas por parte de brancas(os) em relação aos processos de higiene pessoal de mulheres negras com o cabelo ou no “elogio” que reconhece com surpresa a inteligência ou domínio idiomático de uma mulher negra. As fantasias brancas operam em uma relação de ambivalência e ambiguidade em muitos desses casos e são a origem de múltiplas violências e traumas para sujeitos negros.

¹²⁵ Verbete “reconhecimento” da videoinstalação *O Dicionário [The Dictionary]*, 2017 – 2019, de Grada Kilomba.

¹²⁶ KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro : Cobogó, 2019, p.46. Grifos no original.

Há uma definição a partir da psicanálise que concebe a categoria da *fantasia* “na mais estreita relação com o desejo” e dialoga com a maneira como as fantasias brancas atuam nos contextos sociais exemplificados:

“4. Na medida em que o desejo está assim articulado na fantasia, este é igualmente lugar de operações defensivas; dá oportunidade aos processos de defesa mais primitivos, tais como o retorno sobre a própria pessoa, a inversão (de uma pulsão) em seu contrário, a negação, a projeção.

5. Essas defesas estão, por sua vez, indissolivelmente ligadas à função primeira da fantasia – a mise-en-scène do desejo –, mise-en-scène onde a *interdição* está sempre presente na própria posição do desejo.”¹²⁷

Se pensamos na maneira como a branquitude atua enquanto um lugar de poder, tais fantasias são tanto projetadas nos seus “Outros” raciais, como são também constituintes de um autoconceito do que significa ser branca(o). A construção da branquitude como superioridade moral, intelectual, cultural, simbólica e estética pode ser analisada nesse sentido enquanto *fantasias brancas* que são fundamentais para as representações de uma autoimagem positiva que protege e fortalece pessoas brancas, no qual o mito da meritocracia tem um papel importante.

Se o estágio do reconhecimento requer a passagem da fantasia para a realidade, como argumenta Kilomba, prestar atenção às fantasias brancas que atuam em determinado tempo, espaço e cultura pode ser um importante trabalho psíquico e social a ser feito para que seja possível criar mudanças na constituição do imaginário e nos processos de subjetivação dos sujeitos brancos.

O estágio do reconhecimento é a etapa a partir da qual começa a ser possível iniciar um processo de letramento racial para brancas(os), pois, como afirma France Winddance Twine, o reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude, constitui o primeiro tópico do conjunto de práticas de leitura necessárias ao desenvolvimento de letramento racial.

Contudo, apenas o reconhecimento do racismo e da branquitude enquanto sistemas de privilégios por parte dos sujeitos brancos não significa mudanças individuais em relação às desigualdades raciais, nem um despertar de consciência para o dismantelamento do racismo ou efetiva negociação das vantagens

¹²⁷ LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da psicanálise – Laplanche e Pontalis : sob a direção de Daniel Lagache*. Tradução Pedro Tamen. – 4 ed – São Paulo : Martins Fontes, 2001, p. 169-173

simbólicas e materiais proporcionados pela pertença racial ao grupo branco. A seguir trago duas pesquisas sobre branquitude no campo da psicologia social na qual as pessoas brancas entrevistadas demonstraram que reconhecem que ser branca(o) está associado com valores positivos, que é algo que traz privilégios e vantagens na sociedade, mas este reconhecimento não vem acompanhado por uma necessidade de reparação social.

Lia Vainer Schucman em sua pesquisa de doutoramento em 2012 entrevistou brancas(os) na cidade de São Paulo e muitas(os) reconheciam o racismo, admitiam que percebiam as vantagens que tinham por serem brancas(os) e que não gostariam de ser tratados como as pessoas negras são tratadas na sociedade brasileira. Portanto, reconheciam que a branquitude é um sistema que lhes conferia vantagens e privilégios materiais e simbólicos. Porém, quando Schucman perguntava se elas(es) eram a favor das medidas de ações afirmativas como as cotas raciais, elas(es) respondiam que não eram a favor das cotas porque “todos somos iguais”. As pessoas brancas admitiam e reconheciam que tinham privilégios, mas não queriam sua revogação. A partir dessa aparente contradição Schuman comenta:

“A ambiguidade e fragmentação dos discursos dos sujeitos me pareceram algo muito relevante para a compreensão de como se mantém o racismo na sociedade brasileira. A ambiguidade aparece como artifício fundamental para que os sujeitos mantenham os privilégios, eximindo-se da responsabilidade moral.”¹²⁸

Maria Aparecida Bento chegou a conclusões semelhantes em sua tese de doutorado de 2002, em que estudou como os pactos narcísicos de pessoas brancas atuam na manutenção do racismo. A partir das pesquisas que realizou no âmbito institucional em duas prefeituras na região sudeste do Brasil, Bento também enfatiza a ambiguidade presente no discurso das pessoas brancas que reconhecem as desigualdades raciais entre brancos e negros, porém atribuem essas mesmas desigualdades no presente como um legado da escravidão e não as associam à discriminação racial. Assim como também são contra possíveis medidas de

¹²⁸ SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.75
SCHUMAN, Lia Vainer. *Porque queremos olhos azuis?* / Lia Vainer Schucman / TEDxSaoPauloSalon. TEDx Talks, Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EC-IywB3dEA> – Acesso em 22.08.2020

reparação racial voltada para pessoas negras, como cotas raciais, por enxergá-las como assistencialistas.

Bento destaca o argumento de pessoas brancas de que a situação de desigualdades e hierarquias raciais vividas no presente pelas pessoas negras sejam consequência do legado da escravidão ou como culpa dos próprios sujeitos negros. Entretanto, quando brancos falam sobre o legado da escravidão silenciam sobre a herança branca escravocrata que está relacionada ao estado da branquitude no presente como guardiã silenciosa de privilégios:

“Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que não só os nossos entrevistados evitam, mas o país não quer discutir. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Não reconhecer-se como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade.”¹²⁹

Contudo, o racismo não opera como um legado automático da escravidão. Compartilho do gesto de análise de Eneida Leal Cunha¹³⁰ que nos alerta sobre a necessidade de se investigar a equação racial brasileira para além do saldo escravista, tendo em vista como a difusão das políticas eugênicas no início do século XX foram fundamentais na constituição do estado moderno e do racismo contemporâneo. Silvio Almeida¹³¹ também aborda a importância de não se tratar a configuração do racismo estrutural como uma herança da escravidão ou legado histórico, como se o racismo contemporâneo fosse uma “nova escravidão”. Almeida afirma que o racismo contemporâneo deve ser compreendido como uma reconfiguração estrutural do período pós-Abolição e que necessita de instituições como escolas, hospitais, teoria e narrativas históricas para se atualizar.

Tendo em vista que a ambiguidade dos discursos opera como uma estratégia de manutenção do racismo e no evitamento das políticas de reparação, é necessário levar em conta múltiplos fatores para que possamos desenvolver um

¹²⁹ BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 38. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php#referencias> – Acesso em 10.03.2020

¹³⁰ CUNHA, Eneida Leal. *PPGEL Entrevista - "A equação racial brasileira"*. Canal Webtvneeb. Youtube. 12.09.2019. Disponível em: <https://youtu.be/G7MlrRd3hqc> – Acessado em 21.11.2019

¹³¹ ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018 e ALMEIDA, Silvio. *Lili entrevista / Silvio Almeida*. Canal Lili Schwarcz, Youtube. 09.05.2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0TpS2PJLprM> - Acessado em 22.11.2019

reconhecimento coletivo do racismo na sua complexidade estrutural e sistêmica. O racismo não é apenas um sistema estrutural que causa mortes, genocídio, violências irrestritas e privação para pessoas negras, indígenas e/ou não brancas. O racismo é também um sistema que gera lucro, acumulação de riqueza, concentração fundiária, vantagens em termos jurídicos, institucionais, sistêmicos, simbólicos, estéticos e imaginários para o grupo racial branco. Ou dito de outra forma, compreender que os privilégios *brancos* não são atributos naturais, mas que foram socialmente forjados, construídos e são reproduzidos às custas de desvantagem, processos de subalternização e inferiorização de pessoas negras, indígenas e não brancas é importante para que as políticas de reconhecimento do racismo tenham outra capilaridade e efetividade no presente.

Reparação

“reparação (repəreɪʃ (ə) n /), substantivo, n.1. a ação de compensação por parte de uma pessoa ou de um grupo de pessoas (país) por um feito errado, fornecendo pagamento ou outra forma de assistência a quem foi injustiçado; sinônimos: reparações, compensação, recompensa; antônimos: afligir, causar danos, trauma; n. 2. o ato de reparar ou de compensar alguém ou um grupo de pessoas por danos individuais ou coletivos; sinônimos: restituição, reembolso; antônimos: penalização, atribuir uma desvantagem ou sanção; n. 3. o ato de estender direitos ou privilégios a uma pessoa ou a um grupo de pessoas aos quais, historicamente ou socialmente, o acesso a estes foi negado; sinônimos: igualdade, justiça, inclusão; antônimos: desigualdade, diferença, exclusão. n. 4. o ato de interromper e transformar instituições, estruturas, leis, práticas, e vocabulários de forma a consertar o mal cometido; sinônimos: igualitarismo, imparcialidade, igualdade; antônimos: desvantagem, parcialidade, desigualdade.”¹³²

Compensar, reparar, estender direitos e privilégios, incluir, interromper, transformar, restituir, indenizar. Reparação financeira, econômica, histórica, simbólica, ficcional, espiritual, psíquica. As feridas, traumas e ruínas do racismo não podem ser cicatrizados sem estratégias de efetiva reparação.

Na reparação, que sucede o reconhecimento dos racismos, das hierarquias e das desigualdades existentes, é o momento de negociação dos privilégios, pois apenas o reconhecimento ou a hesitação diante de privilégios não modifica as estruturas e configurações de poder. Segundo Kilomba, esse é o estado em que se

¹³² Verbete “reparação” da videoinstalação *O Dicionário [The Dictionary]*, 2017 – 2019, de Grada Kilomba.

repara o mal causado pelo racismo através de mudanças estruturais na sociedade, nas agendas políticas, culturais, curriculares, nos processos de subjetivação, com transformação no nível da linguagem e na revogação de privilégios.

Relembro de como Kilomba elabora esse percurso e analisa as etapas para que o sujeito branco seja capaz de “ouvir” e desenvolver consciência da sua própria branquitude. Nesse sentido, para reparar as violências do racismo é preciso aprender a ouvir de maneira implicada e ativando outras políticas de audibilidade, negociando a fala e a escuta.

Pensar em reparação histórica pelos crimes coloniais e escravistas no passado e no presente, e de fato reparar, restituir e indenizar são caminhos de responsabilização e estratégias políticas. Elas estão intimamente associadas às pautas e lutas por justiça racial e social, de redução e eliminação das desigualdades étnico-raciais e de desmonte dos mecanismos que perpetuam as exclusões de cunho racial. Diante de uma dívida impagável, as políticas de reparação desenvolvidas por parte dos estados nacionais ou organizações das sociedades civis são um caminho que não podemos prescindir para o desmantelamento efetivo do racismo e para criar possibilidades de imaginar e fabular outros projetos de partilha do comum no presente.

Um outro aspecto a considerarmos: o caminho da reparação torna-se imprescindível para que nesse mundo em que estamos - e como Achille Mbembe¹³³ nos lembra, só há um - seja possível criar e reinventar outras subjetividades, outras noções de comunidade, possibilidades de viver junto e forjar um outro *em comum*:

“Para construir este mundo que é nosso, será necessário restituir àqueles e aquelas que passaram por processos de abstração e coisificação na história, a parte da humanidade que lhes foi roubada. Nesta perspectiva, o conceito de reparação, para além de ser uma categoria econômica, remete para o processo de reunião de partes que foram amputadas, para a reparação de laços que foram quebrados, reinstaurando o jogo da reciprocidade, sem o qual não se pode atingir a humanidade. [...] Reparação há que explicar, porque a história deixou lesões e cicatrizes. O processo histórico foi, para a grande parte da nossa humanidade, um processo de habituação à morte do outro – morte lenta, morte por asfixia, morte súbita, morte delegada. Esta habituação à morte do outro,

¹³³ Muitos dos argumentos e referências aqui citadas no verbete sobre reparação decorrem e tecem diálogo com as análises desenvolvidas pela Profa. Fátima Lima durante as aulas online sobre o livro *Memórias da Plantação* e a exposição *Desobediência Poéticas*. Agradeço e referencio as contribuições de Fátima Lima na divulgação e análise das obras de Grada Kilomba, que foram muito importantes para o desenvolvimento dessa dissertação. Conferir LIMA, Fátima. *Aula 1 - Grada Kilomba, "Memórias da Plantação" - Módulo 2 - Profa. Fátima Lima*. 28.07.2020. Canal NETAJ UFF. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zgRav28p2Tg> – Acesso em 20.10.2020

daquele ou daquela com quem se crê nada haver para partilhar, estas formas múltiplas de enfraquecimento das fontes vivas da vida em nome da raça ou da diferença, tudo isso deixou vestígios muito profundos, quer no imaginário e na cultura, quer nas relações sociais e econômicas. Tais lesões e cicatrizes impedem de fazer comunidade. De fato, a construção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade.¹³⁴

Mbembe desenvolve e aproxima a ideia de como o trauma colonial e escravista cria lesões, cicatrizes e feridas que nos impossibilitam de criar comunidade e de construção do comum. Nesse sentido, refundar uma ética da restituição e da reparação torna-se fundamental para um processo de justiça universal.

Não é possível reparar o passado, mas há maneiras de reparar como se narra o passado, do que iremos lembrar ou o que iremos silenciar. Kilomba no capítulo final do livro e em diálogo com Jenny Sharpe argumenta que a história da escravidão nos persegue porque esta história não foi bem sepultada, então o presente se torna assombrado por esses fantasmas brancos, fantasmas como o racismo. “Nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente. Escrever é, neste sentido, uma maneira de ressuscitar um trauma coletivo e enterrá-la adequadamente”¹³⁵ Reunir as partes que foram separadas pelas empreitadas coloniais e escravistas dialoga com o processo de enterrar nossos mortos e ancestrais, oferecer-lhes um funeral digno e reparar a história ao narra-la devidamente, ativando políticas de memória com outras vozes e silêncios.

Como reparar? Como reparar quando a violência não cessou? Como reparar os traumas provocados pela escravização negra? Como reparar as violências e feridas dos genocídios negros e indígenas quando eles ainda estão em curso? E o que não é possível reparar, o que fazer diante dessa impossibilidade? Como criar outras políticas de memória? Como restituir e reinventar a partilha do comum? O que vem depois da reparação?

Apesar da reparação de ser a última etapa do processo de conscientização do sujeito branco ou de uma nação em que a hegemonia branca seja supremacia, superioridade e consenso branco, a ideia de reparação traz consigo um movimento

¹³⁴ MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Marta Lança. Lisboa : Antígona, 2014, págs. 304 e 305

¹³⁵ Ibid, p.223-224

interminável tanto em relação ao futuro, na construção de outros possíveis ou de outras comunidades, como na convocação e constituição de outros passados. Se a atemporalidade do racismo é uma das características que atualiza o trauma, a condição da reparação também demanda um processo de conjurar atemporalmente os racismos. Portanto, a ideia de reparar enquanto um movimento contínuo, enquanto um vai e vem nos tempos me remete à ideia de um movimento que uma vez iniciado não possa cessar – ou que talvez um processo de reparação nunca se conclua porque os crimes e hierarquias de cunho racista não cessaram de acontecer, mas é necessário atuar na complexidade da tarefa das lutas por justiça racial.

Percebo a reparação como uma etapa em que mais que respostas ou caminhos seguros a percorrer (sobre como reparar e indenizar) seja também um movimento propício para que possamos criar e ouvir outras e novas/velhas perguntas, pautas, utopias, estéticas e desejos, convocar outros nomes, outros deuses e deusas e outros modos de conhecer a partir de um exercício de imaginação política acerca de outros paradigmas do humano.

Pensar com essas palavras e etapas é um exercício de fazer emergir os desafios, armadilhas e conflitos que nos ajudam a ampliar o vocabulário acerca de dos processos de subjetivação produzidos pelo racismo e dos desafios políticos para o desenvolvimento de letramento racial para sujeitos brancos, considerando o tempo histórico em que vivemos. Da negação do racismo à reparação, esses processos não são uma fórmula ou uma cartilha, mas são caminhos importantes e elucidativos em direção a responsabilização e construção de horizontes antirracistas.

Este “programa de letramento racial”, como podemos interpretar esta formulação de Kilomba, traz importantes reflexões a partir do diálogo com a psicanálise. Tenho dúvidas em relação a importância de sentir culpa do racismo, como Kilomba afirma, pois dentro da cultura em que vivemos, a culpa assim como a vergonha, são emoções e conceitos trabalhados sobretudo no campo da moral. Creio um bom uso da sistematização que Kilomba apresenta é que ela nos incita ao debate e à averiguação sobre como cada uma das etapas pode ser experienciada ou

ressignificada de acordo com o contexto, abrindo um espaço importante para o diálogo sobre racismo e seus percursos para as reparações.

Compreendo que estas etapas da negação à reparação, não sejam uma progressão linear, que uma vez superadas cada etapa teremos certeza que não voltaremos à elas. Mais que passar pela negação, culpa, vergonha e superar estas etapas, que sempre estarão disponíveis para que voltemos a elas, compreendo que as possibilidades, os sentimentos e as atitudes das cinco etapas estão permanentemente e até contraditoriamente presentes, onde podemos oscilar entre elas e novamente a vigília se necessária. E novamente, assim como a vigília, para pessoas brancas que despertam para o reconhecimento e o desmantelamento do racismo, é também importante reconhecer e nos motivar para os encontros que se tornam possíveis enquanto e durante se caminha na luta antirracista, encontros estes que são cotidianamente interditados pelo racismo, seja através da morte ou do que não vemos ou escutamos. Da negação à reparação e o que possa vir depois da reparação, utopias de humanidades plenas, utopias de antirracismo, cidadania e democracia, os exercícios de letramento racial antirracista e crítico podem ser compreendidos como passos salutares rumo a construção e fabulação de comunidades onde seja possível um bem-viver coletivo.

Letramento racial e o campo audiovisual: apontamentos acerca das disputas de narrativas a partir de *Vazante* (2017)

*Ao olhar corajosamente, declaramos em desafio:
'Eu não só vou olhar. Eu quero que meu olhar mude a realidade'.
bell hooks, "O olhar opositor: mulheres negras espectadoras"*

Como as imagens que circulam no cinema e na televisão podem nos ajudar a pensar sobre os processos de subjetivação? Como aprendemos e internalizamos os estereótipos raciais e os racismos com e através das imagens? Como a branquitude atualiza sua hegemonia e supremacia cotidiana através das imagens? Como eu aprendo a ser branca(o) ou negra(o) através das imagens que consumi da infância até o tempo presente? Como a política das imagens e o imaginário criado a partir da circulação pública das imagens contribuem diretamente nos processos de letramento racial dos diversos atores raciais?

Ser negro, ser indígena, ser juruá, ser napëpë ou ser branco são categorias relacionais forjadas historicamente através dos processos de hierarquização da diferença pelo racismo. Como aprendemos o que pode vir a significar ser negro, ser indígena, ser juruá¹³⁶, ser napëpë ou ser branco através, com e a partir das imagens que consumimos ou que nos consomem? Como aprendemos a modalizar os desejos ou a provocar/estimular rasuras e deslocamentos de poder com as imagens?

O cinema é um campo que ativa e onde estão inscritas as políticas de raça, etnia, de gênero e a produção dos afetos daquelas(es) que detém o poder de realização e distribuição dos filmes. Sobretudo quando nos atentamos para a relação íntima entre os domínios da representação no campo audiovisual e os processos de subjetivação, isto é, a maneira como nos constituímos enquanto sujeitos, analisar as políticas das imagens e as políticas dos olhares pode ser um terreno fértil para lermos como são efetivados os processos de letramentos raciais e de gênero de uma sociedade.

¹³⁶ POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. *Quem são os brancos?* Disponível em: <https://mirim.org/quem-sao-os-brancos> - Acesso em 02.09.2020

A cultura audiovisual, tendo como recorte o cinema, constrói narrativas e modos de vida que forjam e influenciam modos de subjetivação de grande relevância e capilaridade na formação e transformação das identidades culturais contemporâneas. As identidades culturais, segundo a análise de Stuart Hall, são mutáveis e localizadas no tempo e no espaço, não são fixas com origens e destinos estabelecidos, mas são formadas por narrativas,

“[...] Tem suas histórias - e as histórias, por sua vez, tem seus efeitos reais, materiais e simbólicos. O passado continua a nos falar. Mas já não é como um simples passado factual que se dirige a nós, pois nossa relação com ele, como a relação da criança com a mãe, é sempre já ‘depois da separação’. É construído sempre por intermédio da memória, fantasia, narrativa, mito. As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos e da história.”¹³⁷

A partir desses questionamentos e considerando o cinema e a cultura audiovisual (televisão, internet, redes sociais) um campo privilegiado onde podemos ler como as inscrições da racialidade e os conflitos raciais se atualizam na contemporaneidade, analiso a seguir o filme e a repercussão de *Vazante*¹³⁸, longa metragem dirigido por Daniela Thomas, lançado em 2017.

Faço o exercício de considerar o cinema e nesse caso, um filme em específico, como um arquivo privilegiado no qual podemos visualizar as narrativas de uma época. Um filme não é somente um arquivo do tema e do assunto que narra, é também um arquivo da nossa atualidade onde é possível ler, procurar, fazer perguntas e medir silêncios. Tomo o cinema como um arquivo da imaginação política de um tempo no qual, a partir da pluralidade de olhares e perspectivas, podemos ler os conflitos e disputas de narrativas. Daí o interesse ao analisar esse filme não se refere unicamente a capacidade fabulativa de sua autora, mas pensar o cinema enquanto arquivo das performances de pensamento e representação de uma época e dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos que se colocam como autores.

Ao abordar um recorte do período colonial e escravista brasileiro, *Vazante* pode ser analisado como uma narrativa audiovisual significativa na formação do

¹³⁷ HALL, Stuart. *Identidade Cultural e diáspora*. Tradução: Regina Helena Fróes e Leonardo Fróes. Revisão técnica: Marília de Andrade. [S.l.]: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 24. 1996, p. 70

¹³⁸ Filme *Vazante*, dirigido por Daniela Thomas, ficção, 1h57min, preto e branco, Brasil, 2017. Globo filmes.

imaginário sobre as violências raciais, sexuais e de gênero no Brasil. Como um filme que cria e mobiliza modos de ver-ouvir-sentir-tocar e imaginar um passado histórico, ampliando algumas vozes e silenciando outras. Meu interesse no filme procura compreender o que sua repercussão crítica nos diz sobre as disputas e partilhas de narrativas do presente quando se narra uma história que aborda e recria o passado traumático que foi a escravidão negra no Brasil.

Por que me aproximei desse evento-discursivo

Quando se discutem os conflitos raciais atualmente no debate público, as abordagens que priorizam discutir o racismo tendo como chaves-interpretativas as noções de lugar de fala e lugar de escuta, o privilégio branco e letramento racial têm se tornado categorias de análise relevantes no pensamento e no vocabulário contemporâneo. Para desenvolver estas questões, faço o recorte de estudo de caso de um objeto estético e sua recepção e repercussão crítica no debate público no ano de 2017.

Estou em 2020 abordando um debate acerca de um filme recente, três anos após uma profusão de críticas. Desejo compreender se *Vazante* e sua repercussão crítica podem ser considerados um marco em termos da centralidade de debate racial no campo do cinema e porque sua repercussão crítica pode nos ajudar a sondar as mudanças e rasuras no debate sobre uma política da representação de corpos brancos e negros do cinema.

Foi a partir do fenômeno cultural e discursivo do impacto do debate no 50º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro que me aproximei do filme. Para mim pela primeira vez emergiu do debate público uma série de termos e análises que eu desconhecia e que colocavam em evidência, assim como questionavam, os processos de racialização de pessoas brancas, como eu, e os privilégios da branquitude. Pela primeira vez na vida ouvi essas formulações ao acompanhar o debate. Privilégios esses que apenas aos 27 anos pude começar a compreender que existiam. Privilégios que em termos estruturais e não apenas em uma esfera individual, nós brancas(os) não saibamos e podemos até não querer conhecer, refletir sobre e analisar ou articular o modo como o racismo estrutura violências, ignorâncias, genocídios e privilégios em um mundo racializado.

Pelo fato de trabalhar com montagem audiovisual no Rio de Janeiro e por ter familiaridade com as políticas e modos de produção do cinema autoral brasileiro, quando o “evento-*Vazante*” aconteceu em 2017, em uma área na qual a maioria das(os) artistas e prestadoras(es) de serviço com quem trabalhei são majoritariamente brancas e brancos, esse debate me chamou muito a atenção. Grande parte do meu interesse em relação ao filme *Vazante* decorreu de um vocabulário que racializava e questionava as práticas, os consensos e modos de ver das pessoas brancas, que emergia (para mim) num acontecimento artístico e político-cultural. Vale ressaltar que tive primeiro o contato com o debate, os textos e as críticas e só posteriormente com o filme, que entrou em circuito comercial nas salas de cinema cerca de dois meses depois da sua estreia nacional no Festival de Brasília, em novembro de 2017.

Daniela Thomas (Brasil, 1959), diretora de *Vazante*, é cineasta, cenógrafa, diretora de arte, dramaturga e figurinista branca. Assinou a cenografia e direção de arte de mais de 50 espetáculos, pelos quais recebeu inúmeros prêmios e possui uma extensa carreira artística trabalhando em diversos suportes, como teatro, artes plásticas, cinema e instalações. Seus principais trabalhos no cinema são a codireção dos filmes *Terra Estrangeira*, de 1996, e *Linha de Passe*, de 2008 com, Walter Salles e a codireção do longa-metragem *Insolação*, de 2009, com o diretor teatral Felipe Hirsch. Em 2016 foi uma das diretoras das cerimônias de abertura e de encerramento das Olimpíadas e das Paralimpíadas no Rio de Janeiro. *Vazante*, de 2017, é o primeiro longa metragem em que assina sozinha a direção. Depois dele lançou o longa-metragem *Banquete*, de 2018 e os curtas *Metade do Céu*, de 2018 e *Olhos D'Água*, de 2019.

O filme de Daniela Thomas faz uma interpretação da história colonial brasileira a partir do ponto de vista e do lugar de fala daquelas(es) que ocuparam a Casa Grande. O filme se passa no interior do atual estado de Minas Gerais em 1821, em uma fazenda no contexto da *plantation*¹³⁹, como classificamos hoje, durante a

¹³⁹ *Plantation* é um regime de propriedade e se refere a um sistema de exploração econômica colonial agrícola, principalmente escravista, amplamente utilizado no território das colônias europeias nas Américas, nas chamadas colônias de exploração, entre os séculos XV e XIX. As *plantations* eram

decadência econômica do ciclo de exploração de diamantes. Os protagonistas são Antônio, um tropeiro português (proprietário de terras e de pessoas escravizadas), que tem em torno de quarenta anos de idade, e Beatriz, menina branca de cerca de 12 anos de idade e sobrinha de sua mulher recém-falecida, que foi negociada por conta de uma dívida familiar para se casar com ele, antes mesmo de menstruar. A narrativa é estruturada a partir do ponto de vista desses personagens. No decorrer da trama Beatriz se envolve sentimentalmente com Virgílio, menino negro da mesma faixa etária, que por sua vez é filho de Feliciano, mulher negra que é estuprada sistematicamente por Antônio.

O filme expõe uma visão sobre a brutalidade da violência patriarcal e extrativista branca como estruturante de todas as relações e conflitos sociais. Além disso, a trama aborda a violência sexual contra mulheres brancas, através da negociação de casamentos infantis sob a tutela da lei e mostra a base da economia sexual colonial e escravista, que decorreu do estupro de mulheres brancas empobrecidas e mulheres negras escravizadas por homens brancos.

Vazante foi lançado em festivais de cinema internacionais a partir do início de 2017. A estreia do filme no Brasil, em setembro do mesmo ano, no prestigiado 50º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, foi marcada por uma grande repercussão no debate público, no âmbito cultural e audiovisual.

Por meio de textos e debates presenciais, questionamentos foram levantados sobretudo pelas(os) espectadoras(es), críticas(os) de cinema e realizadoras(es) negra(os), e também alguns brancas(os). Os debates e textos críticos problematizaram reiteradamente a representação das personagens negras escravizadas no filme, por não apresentarem complexidade dramática, assim como criticavam o excesso de protagonismo das personagens brancas e, no geral, a histórica hegemonia branca na produção audiovisual brasileira.

Gerou-se um debate público e plural, que tanto questionava as escolhas e composições cênicas e narrativas do filme e os modelos e estereótipos na representação de pessoas negras. Em contrapartida, foram publicados argumentos

composta por quatro pilares: latifúndio, monocultura, mão-de-obra escravizada e produção voltada para exportação. Os principais símbolos da *plantation* são a Casa Grande e a Senzala.

de espectadoras(es) e críticas(os) brancas(os) que defendiam o filme e as decisões composicionais da diretora e se colocavam contrários ao clima de tensão e questionamento instaurado durante o debate desde a estreia, e qualificavam os argumentos que criticavam o filme como “impertinentes” e “exteriores” ao cinema.

Muitos textos foram publicados em plataformas online, tanto pela diretora defendendo seu filme das críticas recebidas durante o Festival de Brasília¹⁴⁰, como por parte da crítica de cinema, dentre os quais destaco os artigos de Juliano Gomes¹⁴¹, crítico que participou do debate inicial e em seguida analisou extensamente o filme e os deslocamentos que o debate provocou acerca do lugar racial de brancas(os) na sociedade brasileira. Além disso, artigos sobre o filme e sua repercussão foram publicados em jornais de grande circulação, como em *Folha de São Paulo*, por Lília Schwarcz¹⁴², Valeska Silva¹⁴³, Guilherme Genestreti e Marco Rodrigo Almeida¹⁴⁴, e em blogs e sites pessoais, como as de Viviane Ferreira¹⁴⁵ e Heitor Augusto¹⁴⁶, tanto dentro como fora do Brasil.

Nesse sentido, as críticas a *Vazante* geraram um marco de repercussão que extrapolaram o circuito dos festivais de cinema, apontando para estruturais problemas históricos, raciais e de gênero, configurando um debate salutar sobre

¹⁴⁰ THOMAS, Daniela. *O Lugar Do Silêncio: Diretora de Vazante comenta os ataques feitos ao filme*. Revista Piauí. 2017. 04.10.2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-lugar-do-silencio/> - Acesso em 04.01.2020

¹⁴¹ GOMES, Juliano. *O Movimento Branco: Juliano Gomes responde ao texto da diretora de Vazante, Daniela Thomas*. Revista Piauí, 2017b. Publicado em 19.10.2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-movimento-branco/> e <https://archive.ph/RVbGs> - Acesso em 02.01.2020

GOMES, Juliano. *A fita branca*. Revista Cinética, 2017a. Publicado em 18.09.2017. Disponível em <http://revistacinetica.com.br/nova/a-fita-branca/> e <https://archive.ph/xhn7E> - Acesso em 02.01.2020

GOMES, Juliano. *Quem controla os silêncios? (resposta a Daniela Thomas)*. Site pessoal, 2017b. Publicado em 12.12.2017. Disponível em: <https://juliano-gomes.com/2017/10/12/quem-controla-os-silencios-resposta-a-daniela-thomas/> - Acesso em 16.02.2020

¹⁴² SCHWARCZ, Lília Moritz. *'Vazante' mostra um presente repleto de passado*. 12.10.2017. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1926284-vazante-mostra-um-presente-repleto-de-passado.shtml> e <https://archive.ph/DXUrK> - Acesso em 01.02.2020

¹⁴³ SILVA, Valeska. *Há espaço no cinema brasileiro para os filmes?*. 02.10.2017. Estadão. Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/ha-espaco-no-cinema-brasileiro-para-os-filmes/> - Acesso em 03.07.2019

¹⁴⁴ GENESTRETI, Guilherme; ALMEIDA, Marco Rodrigo. *'Vazante', filme sobre a escravidão no Brasil, vira alvo de críticas*. 12.10.2017. Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1926283-vazante-filme-sobre-a-escravidao-no-brasil-vira-alvo-de-criticas.shtml> e <https://archive.ph/1dbLm#selection-5283.0-5283.68> - Acesso em 02.02.2020

¹⁴⁵ FERREIRA, Viviane. *O assombro que vaza da simples existência...* Geledés. 05.10.2017. Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-assombro-que-vaza-da-simples-existencia/> - Acesso em 02.02.2020

¹⁴⁶ AUGUSTO, Heitor. *Vazante, uma abjeção atualizada*. Urso de Lata. 14.11.2017. Disponível em: <https://ursodelata.com/2017/11/14/vazante-uma-abjecao-atualizada/> - Acesso em 02.02.2020

racismo, branquitude e representação. Se o filme tivesse sido lançado no início dos anos 2000, sem dúvida sua repercussão crítica teria sido outra, porque o panorama político, racial e social era outro, menos tensionado, muito distinto de 2017. O evento e as discussões suscitadas pela recepção de *Vazante* podem nos ajudar a entender, no Brasil contemporâneo, as mudanças no debate racial e estético-político e as rasuras no contrato racial. O que o filme nos diz sobre o sistema de distribuição das vozes? Como a violência racial e de gênero foram tematizadas e problematizadas no filme e a partir dele? Como o filme-evento pode contribuir ou suscitar para deslocamentos analíticos sobre o racismo no Brasil, em todas as suas dimensões?

Realizei um mapeamento através de mecanismos de busca no Google com diversas palavras-chave e pude mapear críticas relacionadas ao *Vazante* desde fevereiro de 2017, quando o filme estreou no Festival de Berlim, até outubro de 2019. Ao longo de mais de dois anos, tanto em domínios virtuais no Brasil, como Portugal, Inglaterra e Estados Unidos foram identificadas mais de 50 matérias na qual o filme foi diretamente citado, um programa de TV em canal aberto, debates universitários filmados e resenhas escritas, tanto em língua portuguesa como em inglês.

A maioria dessas críticas abordam e comentam a repercussão do filme, algumas de maneira mais extensa, analisando o debate provocado desde o lançamento, outras apenas o citam e comentam rapidamente as críticas que o filme recebeu. Mas foram raras as matérias que se ativeram ao filme, sem dialogar ou mencionar a repercussão crítica. O documento com as críticas mapeadas está disponível neste [link](#).

Para muitas(os) cinéfilas(os), cineastas e pessoas que acompanham os lançamentos de filmes nacionais em festivais de cinema pelo país, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro é um dos mais tradicionais, prestigiados e politizados, além de ser o mais antigo festival do gênero, em sua 50ª edição em 2017. É também o festival com as maiores premiações em dinheiro e dentre as regras de participação, os filmes devem ser preferencialmente inéditos em festivais nacionais. Este é um festival icônico no campo do cinema brasileiro.

Em 2017, pela primeira vez na história do festival¹⁴⁷ duas diretoras negras participaram das mostras competitivas tanto de curta-metragem como de longa-metragem, respectivamente Jéssica Queiroz com *Peripatético*, e Glenda Nicácio com *Café com Canela*, codirigido com Ary Rosa. A maior parte das(os) realizadoras(es) que participaram das mostras competitivas eram brancas ou brancos e nessa edição um terço das(os) diretoras(es) da mostra de curta-metragem eram negras ou negros – dos doze curtas selecionados, quatro foram dirigidos por diretoras(es) negras(os). Já na mostra competitiva de longa metragem, dos nove filmes selecionados, apenas dois deles foram dirigidos por uma pessoa negra e sete por brancas. A prevalência branca também acontece na seleção de juradas(os) do festival. Para a mostra competitiva de longa-metragem o júri foi composto por sete pessoas, sendo apenas uma pessoa negra e seis pessoas brancas. Em relação aos curtas-metragens, das(os) cinco juradas(os), apenas uma delas era negra¹⁴⁸.

Reforço a importância das duas realizadoras negras nessa edição do festival porque o cinema é um campo artístico e um mercado de trabalho onde as desigualdades raciais e de gênero são patentes. Em toda história do cinema brasileiro, até 2018 apenas dois filmes de longa-metragem de ficção foram exclusivamente dirigidos e/ou codirigidos por mulheres negras, *Amor Maldito* (1983), de Adélia Sampaio e *Um dia com Jerusa* (2018), de Viviane Ferreira.¹⁴⁹

Segundo uma pesquisa publicada em 2017 pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa), verificou-se que nas funções de direção, roteiro e elenco principal de filmes de longa-metragem que obtiveram público acima de 500.000 espectadores entre os anos de 1970 e 2016, quando se faz uma análise tendo como recorte gênero e raça, os homens brancos são maioria absoluta nas funções e as mulheres negras estão sub representadas:

“Em quase 50 anos de inúmeras mudanças políticas e sociais, o mesmo padrão se mantém para o cinema brasileiro de maior circulação: intensa desigualdade de gênero e, sobretudo, de raça. A produção cinematográfica do país é mais um campo em que a gravidade da questão racial se evidencia, e com particular intensidade para as

¹⁴⁷ ALMEIDA, Carol. *Belíssima máquina de manutenção do status quo*. Revista Continente. 18.09.2017.. Disponível em: <http://www.revistacontinente.com.br/coberturas/festival-de-brasilia-2017/rbelissima-maquina-de-manutencao-do-status-quo/> - Acesso em 30.08.2020

¹⁴⁸ G1, *Saiba quem são os jurados do 50º Festival de Brasília*. G1. Brasília. 15.09.2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/saiba-quem-sao-os-jurados-do-50-festival-de-brasilia.ghtml> - Acesso em 30.08.2020

¹⁴⁹ Carta Capital. *Conheça Viviane Ferreira, a segunda negra a dirigir um longa no Brasil*. 01.09.2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/viviane-ferreira-a-segunda-negra-a-dirigir-um-longa-no-brasil/> - Acesso em 20.01.2020

mulheres negras. Elas sofrem uma dupla exclusão, de gênero e de raça – fenômeno que a literatura especializada denomina interseccionalidade. O aumento de recursos estatais direcionados ao setor não pode estar dissociado da análise crítica sobre o bem público gerado pela atividade financiada.”¹⁵⁰

A partir destes breves dados e uma análise racializada das possibilidades de acesso e produção que chegam ao festival de cinema mais competitivo no Brasil, é possível perceber que para além e apesar da evidente predominância branca e masculina, cada vez mais diretoras(es) negras(os) estão conseguindo ter acesso a recursos e realizar seus filmes, devido sobretudo às políticas de ação afirmativa tanto nas universidades como nos editais públicos de incentivo a produção audiovisual. O que significa também que uma disputa de narrativas nesse campo se intensifica, sobretudo se consideramos os filmes de curta-metragem.

O debate em torno do filme *Vazante* no Festival de Brasília, sua repercussão na imprensa e o extenso desdobramento público, há muito não se viam no cinema nacional. Um debate público anterior com semelhante notoriedade ocorreu por ocasião da crítica de Ivana Bentes¹⁵¹ ao “Cinema da Retomada”¹⁵². Sua crítica elaborava a noção de “cosmetização” da pobreza, da miséria e violência tanto no sertão rural como nas periferias urbanas, tendo como alvo um conjunto de filmes produzidos no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com destaque para *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meireles.

¹⁵⁰ CANDIDO, Márcia Rangel et al. *Raça e Gênero eo Cinema Brasileiro 1970 – 2016*. Boletim gemma. N. 2, 2017. Disponível em http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Boletim_Final7.pdf - Acessi em 30.08.2020

¹⁵¹ BENTES, Ivana. *Da Estética à Cosmética da Fome*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 08/07/2001. p. 1- 4. (Caderno B). Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/40157 - Acesso em 20.01.2020

BENTES, Ivana. *Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome*. Revista ALCEU - v.8 - n.15 - p. 242 a 255 - jul./dez. 2007. Disponível em http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Bentes.pdf - Acesso em 20.01.2020

¹⁵² Segundo Melina Izar Marson (2006), o Cinema da Retomada se refere ao ciclo da história do cinema brasileiro, compreendido entre 1995 e 2002. Surgido graças às novas condições de produção que se apresentaram a partir da década de 1990, viabilizadas através de uma política cultural baseada em incentivos fiscais para os investimentos no cinema. Não se trata de um movimento com diretrizes estéticas definidas. O Cinema da Retomada apareceu como um sinônimo de cinema da diversidade, numa estratégia que aceitou a rotulação, desde que entendida como “tudo o que for produzido a partir de meados dos anos 90 é Cinema da Retomada, cuja característica principal é a diversidade”, reforçando a ideia de cinema autoral.

Insisto na palavra debate, ao invés de polêmica ou celeuma, como muitos críticos utilizaram para questionar e desqualificar a natureza das críticas endereçadas ao filme. Tais debates, para além da análise do filme *per se*, como obra artística, evidenciam a emergência de questionamentos em relação ao regime racializado de concentração ou distribuição de vozes no campo artístico do cinema autoral, historicamente marcado, como já dito, por uma prevalência masculina, branca, cisgênera, heterossexual e de classe média (alta).

Além disso, indica como a questão racial e o privilégio branco, negligenciada ou abordada como uma exterioridade por cineastas brancas e brancos, era e é premente. Ficou evidente para mim a falta de letramento racial crítico da maioria das pessoas brancas no campo do cinema, na qual me incluo. Esta falta de preparo ou costume de discutir racismo e privilégio branco pôde ser observada em diversas situações e principalmente através das reações de susto, choque ou até mesmo de espanto que pessoas brancas demonstravam quando eram questionadas frontalmente por pessoas negras sobre as desigualdades raciais existentes na sociedade e reproduzidas no cinema.

O racismo não é um debate novo, o privilégio branco e as desigualdades raciais não são uma novidade em termos teóricos e reais. Contudo, o que me chamou atenção a partir do evento-*Vazante* foi a emergência de vozes negras que traziam questionamentos, como a invisibilização e exclusão histórica de pessoas negras no cinema em posições de poder e prestígio.

É um debate que força uma abertura para que o silêncio e os pactos narcísicos da branquitude, como formulou Cida Bento (2002), sejam nomeados e desnaturalizados, um debate que propõe e afirma outros lugares de fala e de escuta, provocando constrangimento para situações e falas onde o racismo se evidencia e que historicamente eram protegidas por outros parâmetros de decoro, respeito, hierarquia e status. Contudo, creio que uma análise sistemática e mais atenta de como os pactos narcísicos da branquitude são atualizados no cinema sejam um recorte importantes para pesquisas futuras.

Meu interesse de análise de *Vazante* e do debate público que aconteceu a partir das questões, tensões e narrativas contra-hegemônicas que o filme desencadeou desde sua estreia caminha para refletir sobre como esse evento cultural

e político, no campo da crítica, pode ser lido como uma insurgência contra uma modalidade de letramento racial que desloca a invisibilidade da branquitude. Compreendendo letramento racial como uma partilha de um conjunto de signos comunitários, como construção cultural, que diz respeito aos hábitos, traumas e vivências do tornar-se, de um processo no qual aprendemos a ser brancos ou negros. Trazer a categoria de letramento racial crítico implica também a saída do campo de naturalização dos *habitus* raciais que nos constituem e a tomada de consciência que tira a identidade branca da invisibilidade ou universalidade.¹⁵³

Nesse sentido, o evento *Vazante*, estimulou um vocabulário e uma modulação de letramento racial no qual vieram à tona divergentes análises e formulações sobre racismo, branquitude e poder. Portanto, me interessa em compreender como esse debate causou deslocamentos, reações e levantou questionamentos que expandiam e criavam pontos de tensão e torção nas partilhas discursivas em jogo, no qual o debate sobre racismo, desigualdade e privilégio racial são um ponto fundamental.

Esse é um debate que é fruto do tempo presente, no qual muitas vozes, corpos e epistemologias que foram silenciadas e preteridas conquistam espaço, representação e representatividade na produção artística e acadêmica contemporânea. Ao mesmo tempo, ganha força um cinema produzido para além do imperativo eixo Rio de Janeiro - São Paulo e realizado por jovens cineastas periféricas(os), negras(os) e mulheres. Este movimento de enegrecimento do cinema nacional cria uma outra iconografia que rasura as imagens estereotipadas, que constroem e reafirmam a “Outridade” de corpos-vidas-biografias-famílias negras, de mulheres, LGBTQIA+ e que vivem nas periferias das grandes cidades ou no interior.

Como breves exemplos, cito em primeiro lugar a produtora “Filmes de Plástico”¹⁵⁴ que realiza filmes em Contagem, região periférica de Belo Horizonte, que é composta majoritariamente por cineastas negros e criam narrativas que se

¹⁵³ Essa formulações que conjugo aqui no texto sobre letramento racial foram discutidas durante a disciplina de pós graduação intitulada “Inscrições da racialidade na arte e no pensamento social: exercícios de letramento racial”, ministrada por Eneida Cunha, Felipe Machado e Julio Tavares em 2020.2

¹⁵⁴ Para mais informações sobre a produtora “Filmes de Plástico”: <https://www.filmesdeplastico.com.br>. Acessado em 01.12.2019

passam nessa região com muita delicadeza e complexidade. Em segundo, destaco os filmes que surgiram como desdobramento da criação do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em 2008, tendo como expoente a “Rosza Filmes”¹⁵⁵, que produziu entre outros o longa-metragem *Café com Canela*, de Glenda Nicácio e Ary Rosa, que também estreou no Festival de Brasília de 2017.

Michelle Salles ao analisar a repercussão de *Vazante* afirma como o debate acerca do filme está inserido em um contexto maior de profundas mudanças na ordem do discurso da produção cinematográfica brasileira:

“É nesse sentido que o filme de Thomas está contido no interior de um complexo debate que se move em direção a novos rearranjos identitários e históricos do nosso cinema contemporâneo: um confronto entre um cinema do tipo imperialista industrial com cada vez mais imagens contra-discurso. *Vazante* tornou-se um filme-chave na compreensão de tais antagonismos.”¹⁵⁶

Atualmente no panorama de produção e da crítica cinematográfica, é expressivo como outros sujeitos políticos ocupam e reescrevem o campo, trazendo outras questões e proposições críticas e estéticas. Nos últimos anos, há um notório fortalecimento do cinema negro e realizado por mulheres, através de festivais com curadorias perspectivadas em equidade racial e de gênero¹⁵⁷ ou editais de incentivo a produção audiovisual com medidas de ação afirmativas.

A partir da presença e protagonismo de cineastas negras(os), indígenas e mulheres, atuando tanto no campo no cinema, como no debate político em diversos setores da produção intelectual e artística contemporânea, outras retóricas, epistemologias, lógicas são propostas e experimentadas. O crítico Heitor Augusto¹⁵⁸, em uma entrevista para o Festival de Tiradentes, analisa os

¹⁵⁵ Para mais informações sobre a produtora “Rosza Filmes”: <https://vimeo.com/roszafilmes> Acessado em 01.12.2019

¹⁵⁶ SALES, Michelle. *Uma extensão da busca política por novas perspectivas, entrevista a Juliano Gomes sobre Vazante*. Buala. 16.10.2018. Disponível em <https://www.buala.org/pt/a-ler/uma-extensao-da-busca-politica-por-novas-perspectivas-entrevista-a-juliano-gomes-sobre-vazante> - Acessado em 02.12.2019

¹⁵⁷ Como por exemplo, o “Cachoeira DOC”, que acontece no município de Cachoeira-BA e em 2020 irá para sua quarta edição e o “Encontro de Cinema Negro Zózimo Bulbul: Brasil, África, Caribe e Outras Diásporas”, que acontece no Rio de Janeiro e em 2019 chegou à sua 12ª edição.

¹⁵⁸ AUGUSTO, Heitor. *20ª Mostra de Tiradentes - Heitor Augusto fala sobre crítica, festivais e representação*. Publicado pelo canal Cine Festivais, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ha3XBvg5wrw> – Acesso em 02.01.2020

deslocamentos que acontecem quando outros sujeitos entram na discussão e na produção cultural e cinematográfica. Ele argumenta que as questões estéticas, políticas, metodológicas no campo do cinema ganham outro corpo e outra práxis porque passam a propor “outros pontos de partida, com outros lugares históricos, outros olhares de gênero e raça para se observar cinema”. Tais mudanças provocam disputas narrativas e tensionamentos nos regimes de autorização discursiva e convocam os sujeitos privilegiados pelo regime hegemônico de distribuição das vozes a se enunciarem a partir suas posicionalidades e “lugares de fala”.

Das políticas do olhar

Imagens em preto e branco, formato de tela 16x9. Chove torrencialmente sob um pequeno pedaço de terra. Em cima da imagem surge um letreiro branco que indica: “Minas, Serra Diamantina, 1821”, portanto, um ano antes da Independência do Brasil. Vemos em close o rosto suado de uma mulher branca parindo enquanto uma parteira negra diz: “força, força”, mas a mulher e o bebê morrem, seus braços não se movem. Eles serão enterrados e esta será a única morte no filme que terá uma cerimônia fúnebre, enterro e luto. Na mata fechada em um dia chuvoso vemos um homem branco, em postura de comando, montado em seu cavalo e sem sapatos. Ele usa chapéu e uma capa para se proteger da chuva. Entre patas de cavalos, surgem pés negros descalços e mulas de carga. Há uma fila de homens negros com inscrições no rosto que caminham acorrentados uns aos outros e com grossas correntes nas mãos, nos pés e no pescoço. Todos andam tremendo de frio, a maioria sem camisa e de cabeça baixa, exceto um. Numa lama semelhante, talvez não muito distante, uma jovem menina branca brinca na chuva e esfrega seus delicados pés.

Antonio é o homem branco, português, tropeiro, colono e comerciante de africanos na condição de escravos, que leva sua mercadoria humana para a sua fazenda. Ao chegar descobre que sua esposa e a criança morreram no parto e sai de casa para vagar sozinho pelas matas, a cavalo. A notícia é dada por Joana, uma escrava doméstica da fazenda, ambiente onde há uma grande quantidade de escravizados de diferentes idades.

Estas são algumas das imagens iniciais da abertura do filme, quando são apresentados os elementos primordiais da narrativa. Já temos pistas e evidências para saber quais personagens serão as protagonistas e quais serão as coadjuvantes, que é ambientada em meio a uma natureza inóspita. Quase não há diálogos. Os personagens se olham, se encaram, mas não é necessário falar palavras para que os acontecimentos se desenvolvam. Em uma atmosfera de desencanto e brutalidade, as engrenagens do sistema patriarcal, escravista e colonial dispensam o verbo. Também não há música extra-diegética e a paisagem sonora tem um preciso trabalho de composição de ruídos e sons ambientes.

A seguir, recorto cinco fragmentos do filme que foram emblemáticos, primordiais e impactantes e que me interessa explorar e interpretar.

1.

Instaura-se uma insurreição dos homens negros recém-chegados. Eles continuam acorrentados em fila e falam um idioma que, informa o Capital do Mato, não é bantu e, portanto, ele não consegue traduzir. O idioma em que falam também não é traduzido nem identificado. Não há legendas. Eles se comunicam entre si, mas sua fala é incompreensível aos brancos e aos outros negros da fazenda e ao(à) espectador(a). Uma fala que permanecerá não traduzida na narrativa. Ao partir deste ponto de vista no qual esse idioma não é traduzido e ao optar por tratar este idioma como uma língua “Outra” a dicotomia entre um “nós” e “eles”, é reforçada. Homens trazidos a força à uma terra estrangeira e hostil, despossuídos de seus bens e silenciados em sua língua, que permanece perigosa e ameaçadora.

Nos créditos finais e na ficha técnica disponível no site oficial do filme¹⁵⁹, o líder deste grupo, o que fala esta língua que não sabemos, é um personagem que não tem um nome próprio. Ele é identificado como “Líder” na ficha técnica ao final do filme. Os demais negros recém-chegados na ficha técnica do filme são identificados como “Figuração Africanos: Burkina Faso | Costa do Marfim | Mali”.

¹⁵⁹ <https://globofilmes.globo.com/filme/vazante/> - Acessado em 01.12.2019

VAZANTE. Berlinale. Disponível em:

https://www.berlinale.de/en/archive/jahresarchive/2017/02_programm_2017/02_filmdatenblatt_2017_201712282.html#tab=filmStills – Acessado em 02.02.2020

A partir do nome indicado na ficha técnica irei me referir a eles, pois durante a narrativa não é feita nenhuma indicação nome próprio que pudesse ser atribuído a eles.

A menina branca da abertura, Beatriz, é sobrinha da mulher que faleceu. A família mora em uma propriedade próxima e está financeiramente falida devido ao declínio do ciclo da exploração do diamante na região. O pai de Beatriz, Bartolomeu, é chamado para controlar a insurreição na ausência de Antonio e decide que os levaria para entrega-los aos seus donos, junto com o capitão do mato. Nós, espectadoras(es), acompanhamos o trajeto a partir do ponto de vista de Bartolomeu em cima do cavalo.

No meio do caminho o grupo de homens que caminhavam acorrentados, em uma ágil emboscada, imobilizam Bartolomeu em um momento de descanso e conseguem fugir sem as correntes. Eles correm por uma paisagem inóspita cheia de pedras. Entretanto, após conseguirem sua liberdade, o mesmo “líder” que antes havia organizado a emboscada, avista Antonio (que estava desaparecido até então) desmaiado na relva com seu cavalo ao lado, e o coloca sobre seu cavalo e volta por conta própria para a fazenda.

Este é um dos raros momentos em que os personagens negros protagonizam uma cena e se insurgem contra a opressão escravista. Durante quase todo o tempo os negros e negras da fazenda, em uma posição de coadjuvância, não se insurgem diante das violências. Contudo, a rebelião deste grupo recém-chegado é um elemento que cria agência através da resistência e nesta sequência eles são os sujeitos da cena e conseguem se libertar. Mas na arquitetura do roteiro, a principal função desta sequência acaba por servir à um propósito distinto. Pois, o “líder” que havia organizado a emboscada, encontra Antonio desacordado na mata e volta com ele para a fazenda. A insurreição do “líder” funciona na estrutura narrativa como um gancho para o retorno de Antonio à fazenda, que aparecera desacordado na mata ao lado de seu cavalo.

2.

Antônio, o português embrutecido, que fala pouco e tem uma atuação contida, é um personagem cuja presença e autoridade prevalecem no filme. Seu olhar é quase tímido, suas expressões faciais são retraídas e compostas sem exagero

ou vilania. Entretanto, como é comum entre os senhores da casa grande, ele estupra reiteradamente Feliciano.

Para mostrar a prática colonial e escravista que forjou tanto da cultura brasileira, a sequência que mostra o primeiro estupro é construída de maneira silenciosa a partir de uma troca de olhares entre Antonio e Feliciano, no qual todo o desfecho está previsto, sem a possibilidade de escolha de Feliciano. Jeremias, um negro forro que cumpre a função de capitão do mato na fazenda, está sentado na beira da parte de baixo da casa grande que dá para a senzala e olha para Feliciano, que está com seu filho, Virgílio, ao lado. Jeremias calça botas grandes e bem cuidadas. Ele esboça um sorriso para Feliciano. Antônio, descalço, surge atrás e olha imperativamente para Feliciano. Ela olha para Antonio com um sutil e avassalador olhar, que demonstra a resistência e resignação diante da violência. Sem nada falar, ela sobe as escadas rumo a casa grande. Amanhece e eles estão dormindo juntos na esteira no chão. Quando Feliciano acorda e sai da casa grande passa pela cozinha, onde Joana está. Joana olha para Feliciano e esboça uma expressão que evoca um sinal de reprovação.

Não vemos a cena do estupro, há uma elipse temporal do momento em que Feliciano sobe as escadas e corta para a manhã seguinte onde os dois dormem. O que constrói a convivência e os conflitos raciais é a marca da violência irrestrita e absoluta, contudo, é construída enquanto uma violência que por ser tão enraizada e absoluta que não precisa ser mostrada, sua sugestão basta. A personagem de Feliciano é construída na narrativa como a escrava sistematicamente estuprada pelo senhor. Nada mais saberemos sobre a subjetividade dessa personagem.

3.

O Líder, por diversas vezes aparece acorrentado a uma parede ou à uma árvore em uma conduta que desafia a condição que lhe foi imposta. Da segunda vez que há chuva e lama o Líder comete suicídio comendo lama (geofagia), prática assídua nas *plantations*. Vemos seu rosto em close enquanto engole vagarosamente a lama. Seu corpo morto é encontrado por Beatriz e Virgílio enquanto caminhavam pela mata. O capitão do Mato Jeremias, anuncia para todas(os) na senzala:

“Ninguém morre aqui sem eu mandar.” Esta morte não tem luto, velório ou enterro. Não é lembrada ou comentada por nenhum dos personagens.

4.

Ao saber que Beatriz menstruou, Antonio passa a estuprá-la. Ter um herdeiro legítimo e branco é uma exigência fundamental para a manutenção da ordem patriarcal escravista. Na sequência do primeiro estupro, Antonio se aproxima de Beatriz na cama com uma voz terna e diz a ela, “não tem medo não”. O estupro não é mostrado. Mostra-se o depois, quando Antônio dorme de bruços e Beatriz, suada, permanece insone e desolada. Dentro da brutalidade e violência do contexto, Antonio é um personagem que complexifica o estereótipo de um senhor colonial. É um personagem que dentro do contexto tem uma atitude seca, porém ambigualmente delicada, tem rosto sereno e olhar terno.

5.

Feliciano engravida e pariu uma criança de pele mais clara que a sua, filha(o) bastarda(o). Beatriz também engravida e no momento do parto nasce uma criança não branca, fruto de seu envolvimento com Virgílio, filho de Feliciano e de quem se aproximou sentimentalmente enquanto Antonio viajava.

Quando Antonio vê que a criança que Beatriz acabara de parir não é seu filho, mata a tiros a criança recém-nascida, mata Virgílio e Feliciano. Ele anuncia: “Ninguém chega perto, ninguém toca neles a não ser os urubus”. É um assassinato exemplar e os corpos mortos devem ser vistos. Dos seios de Beatriz vemos jorrar leite. Diante dos corpos estendidos no chão ouvimos um choro de criança. Em seguida Beatriz vai até a cabana onde Feliciano morava, pega a criança filha de Antonio e Feliciano para amamentar. O filme termina com um grito de Antonio que é interrompido em corte seco.

Nos créditos ouve-se a música “A Noite do meu bem”, composta por Dolores Duran e interpretada por Tom Zé, cuja letra é um lamento romântico. Depois dos créditos das funções principais há um letreiro “em memória de Vilma Gontijo Alves Pinto”, que vem a ser a mãe de Daniela Thomas.

Recepção e repercussão crítica de *Vazante*

A partir da análise a seguir de um recorte das críticas publicadas sobre *Vazante*, me interessa perceber como as inscrições da racialidade são pensadas ou evitadas num debate crítico que é amplamente político e estético, como o racismo e posicionamentos antirracistas são elaborados – ou não- na repercussão deste filme e como o privilégio da branquitude são articulados.

Até o lançamento no Brasil a maioria das críticas publicadas antes de setembro de 2017, que repercutiam a exibição em Berlim, abordavam a competência técnica do filme, a austeridade do ambiente em decadência, intensificada pelos poucos diálogos, com elogiada direção de arte e principalmente o rigor da fotografia em preto e branco de forte contraste do diretor de fotografia peruano Inti Briones e o desenho sonoro do português Vasco Pimentel.

De modo geral, nas críticas e resenhas escritas durante e a partir da exibição no 67º Festival Internacional de Cinema de Berlim – Berlinale na sessão “Panorama”, que tradicionalmente exhibe filmes internacionais contemporâneos, um ponto recorrente foi comentado: a beleza da construção técnica do filme. Também foram publicadas críticas que apontavam o fato do idioma do personagem nomeado como Líder não ter sido legendado, construindo assim uma visão ou audição desumanizadora em relação ao personagem escravizado¹⁶⁰.

Vazante no Festival de Berlim foi divulgado como um filme sobre escravidão no Brasil oitocentista. Algo que eu notei nas fotos de divulgação é que todos integrantes da equipe que estiveram presentes na estreia mundial do filme eram brancos.¹⁶¹ Do elenco, somente a atriz e o ator que interpretam Beatriz (a estreante Luana Nastas) e Antônio (Adriano Carvalho) estiveram presentes no

¹⁶⁰ GAMBLE, Patrick. *Berlin 2017: Vazante review*. Cine Vue. 12.02.2017. Disponível em: <https://cine-vue.com/2017/02/berlin-2017-vazante-review.html> - Acesso em 02.04.2020
IDE, Wendy. 'Vazante': Berlin Review. Screen Daily, 10.02.2017. Disponível em: <https://www.screendaily.com/reviews/vazante-berlin-review/5114801.article> - Acesso em 02.04.2020

¹⁶¹ Be220, *Berlinale 2017 :Vazante: Uma História Muito Brasileira Em Berlim*. Papo de Cinema. 13.02.2017. Disponível em <https://www.papodecinema.com.br/especiais/berlinale-2017-vazante-uma-historia-muito-brasileira-em-berlim/> - Acesso em 20.01.2020

Festival. Um outro fato, ao olhar a filha técnica percebi que a maioria dos profissionais que participaram do processo criativo do filme - para além do elenco - como o roteirista, a produtora, a historiadora, a equipe de fotografia e direção de arte era composta por pessoas brancas. Tais comentários não foram abordados nas críticas, mas a configuração exclusivamente branca em um filme que aborda a escravidão negra no Brasil realizado em 2017 me chamou a atenção.

Sete meses depois *Vazante* foi exibido na prestigiada primeira noite do Festival de Brasília, em 16.09.2017, e antecedido pelo curta-metragem *Peripatético*, de Jéssica Queiroz. No dia seguinte aconteceu o debate com as equipes dos dois filmes, que na programação estava descrita como conversa livre, com o título de “Corpos indóceis. Uma ética da diferença e da não conformidade”, a qual, devido à repercussão, rapidamente foi disponibilizada online.¹⁶² É a partir dos arquivos dos vídeos que analiso e comento o debate, pois não estive presente no festival.

Foi um debate tenso no qual espectadoras(es) negras(os) e algumas(uns) brancas(os) questionaram frontalmente a diretora Daniela Thomas. Dentre os argumentos colocados pelo público, na intervenção da atriz Mariana Nunes, ela afirmou que o filme teria um “final conformado”, frisando como que nos filmes de época de diretores brancos “os personagens negros são só escravos, não são pessoas” e alertava para a importância de pensar sobre a subjetividade das pessoas escravizadas.

Juliano Gomes fez uma intervenção extensa na qual argumenta que o filme seria uma espécie contemporânea de “Sinhá Moça Ostentação”, que reproduz uma impotência consciente dos brancos. Ele argumentou com Daniela Thomas “que a voz do filme é associada a si e reclama para si um lugar de isenção, como se o filme não fosse militante. Ele é político sim, e está a serviço do status quo.” Outros pontos criticados foram que os personagens escravizados são representados sem uma subjetividade desenvolvida, sem nomes, sem legendas para seu idioma surdo ao ouvido contemporâneo.

¹⁶² O debate de *Vazante* e *Peripatético* está disponível em 12 partes no Youtube, no canal oficial do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. https://www.youtube.com/playlist?list=PL4TPIoSv5S-_IVpSelbnHp4VG9OpCv0wO – Postado em 02.10.2017. Acesso em 02.01.2019. Como o debate filmado não está disponível na íntegra e sem cortes, aponto uma fonte complementar com trechos do áudio do debate, que foi gravado e disponibilizado na conta de Luiz Joaquim na plataforma online de publicação audios SoundCloud: <https://soundcloud.com/search?q=vazante%20Daniela%20thomas> - Acesso em 20.01.2020

Ao receber as críticas, sem dúvida surpresa com o tom frontal do debate, Daniela Thomas, afirmava em uma atitude de defesa do filme e ao mesmo tempo atenta ao conteúdo das críticas, que reconhecia que talvez não realizasse o filme novamente naquele momento e explicitou que “Meu objetivo não era fazer um filme de um perfeito retrato do balanço de forças... um filme cota.”

Ao final do debate, com postura acuada, Daniela Thomas é perguntada por alguém da plateia se faria novamente o filme. Ela responde que não faria o filme agora, e recebe algumas palmas da plateia por esta declaração. Continua dizendo que gostaria de ver, enquanto espectadora, o filme feito a partir da senzala, mas que ela não poderia fazer este filme. Ela critica a violência sádica do rasgar de peles negras presentes em filmes de Tarantino e reforça que tentou evitar isso, que tentou dar um passo adiante. No seu discurso de defesa também relembra a história de militância política da sua família durante a ditadura civil-militar-empresarial (1964-125) no Brasil, quando seu pai, o cartunista Ziraldo, foi preso. Transcrevo a seguir fala de Thomas, na parte 10 do debate filmado, quando ela faz uma autocrítica relevante em relação ao filme e do caráter inédito da intensidade do debate em relação a questão racial no cinema:

“Eu fiz um filme político, representando a minha própria visão do que teria sido este momento lá. Eu não me senti no direito de tentar imaginar, me colocar no lugar do outro. [...] Esse filme que eu faço, como eu te falei, há quarenta anos, é um filme que caducou no sentido das discussões que estão no presente, gente. Mas é um filme que faz um pequeno passo em relação... [interrompe a frase] *E também, o fato de vocês estarem aqui, com essa tensão... Eu nunca vivi isso, eu nunca vivi tanta tensão na minha vida, entendeu? Eu nunca... polarizei, eu nunca trouxe tanto à tona, questões tão importantes para se discutir.* Estou apanhando, vou apanhar muito, já estou apanhando desde o dia em que eu conversei com a Camila. Estou aqui, estou disposta, ficarei palco atrás de palco “*apanhando*”. Em seguida “Se eu tivesse feito um filme sob o ponto de vista de um personagem negro, eu acho que *teria sido morta aqui.*” Grifos meus.

Thomas manteve uma postura aberta ao diálogo, reconhecendo os argumentos muito bem embasados que criticavam a representação de seu filme. Foi um debate que repercutiu em pouco tempo nas redes sociais, no qual uma cineasta experiente, recebeu um conjunto de críticas que traziam à tona questões com as quais o campo do cinema branco não estava acostumado a lidar. Questionamentos sobre modos de representação dos personagens negros na condição de escravos e sobre a demanda de se criar outras possibilidades de imaginação política para

ficcionalizar o passado colonial e escravocrata, trazendo para o campo da representação no cinema modos de ver que possam descolonizar as imagens de estereótipos fixadas pelo racismo.

As primeiras críticas publicadas logo após o debate presencial foram de Juliano Gomes ¹⁶³ no qual ele comenta o tom do debate acontecido após a exibição do filme e argumenta como os modos de ver, mostrar e silenciar do filme reafirmam um posicionamento que contribui a manutenção do *status quo* em relação ao escravismo. Ele critica a declaração de Thomas ao afirmar que não teria feito um filme militante, questionando que não existe atualmente a possibilidade da criação de um discurso fora de uma esfera política e mostra como o regime de circulação das vozes brancas (hegemonia histórica na produção cinematográfica brasileira) foi tensionado neste dia:

“Entretanto, a conversa coletiva se tornou justamente uma pequena performance anticolonial, *na medida em que a política parece ter aparecido ali mesmo, pois consiste numa alteração sobre quem e como se fala*. Talvez a posição a partir da qual tentei intervir junto a outras pessoas lá possa ser resumida na forma da compreensão do colonialismo como algo que contagia tudo – desde a formação de equipe, coproduções, foco narrativo, decupagem, e tudo mais. O arranjo colonial consiste em certos tipos de alinhamento, dos quais o que resulta afinal é somente manutenção do *status quo*.” ¹⁶⁴ Grifo meu.

Outro ponto desenvolvido na crítica de Gomes é que a chave discursiva do filme ao mesmo tempo em que constrói uma “empatia heroicizante” com a jovem Sinhá Beatriz e continua a se alinhar e atualizar as posições de “auto-indulgência” e proteção moral das pessoas brancas, sem tomadas de posições ou construções narrativas que façam alterações em regimes de poder. Assim ele interpreta a diferença de recepção do filme a partir de um recorte racial dos espectadores, no qual brancos e negros tendiam a reagir de maneira distintas: o incômodo que o filme gerou em plateias negras é muito diferente do tom elogioso que muitos brancos atribuíram ao filme.

Carol Almeida, na retrospectiva que faz Festival de Brasília, comenta *Vazante* tendo no horizonte o diálogo com dois curtas de diretoras(es) negras(os), “Nada”, de Gabriel Martins, integrante da produtora mineira “Filmes de Plástico”

¹⁶³ GOMES, Juliano. *A fita branca*. Revista Cinética. 18.09.2017. Disponível em <http://revistacinetica.com.br/nova/a-fita-branca/> e <https://archive.ph/xhn7E> - Acesso em 02.01.2020

¹⁶⁴ Idem, Ibidem

e “Peripatético”, de Jessica Queiroz, que são dois filmes de ficção que se passam no tempo presente, ambientado no contexto de grandes metrópoles a partir de duas jovens protagonistas negras. Diante da diversidade de vocabulário fílmico do Festival, Almeida em diálogo com Juliano Gomes, também questiona *Vazante* pela centralidade que os conflitos do português têm na narrativa e como a dor e opressão da jovem branca é construída às custas da opressão dos corpos negros de homens e mulheres no filme:

“O protagonismo do filme começa e termina com o mesmo homem branco de sempre: um português que estupra porque essa é a parte que lhe cabe no latifúndio do patriarcado. Mas eis que, para construir essa história, Daniela Thomas usa de uma opressão ao corpo feminino usando, ela mesma, de uma outra opressão a todo e qualquer corpo negro em seu filme.”¹⁶⁵

Em muitas críticas ficou evidente o exercício de por à prova e esvaziar a legitimidade dos questionamentos críticos do debate através de uma disputa discursiva, a partir de um modo de pensar que classifica apenas como “problemas identitários” posicionamentos que concernem na defesa de setores minorizados, como negros, mulheres, além de subtraírem sua relevância política. Além de atribuir às críticas contrárias ao filme um teor de censura artística, ativando um vocabulário que tem como origem a repressão que regimes políticos autoritários ditatoriais exerceram sobre artistas, a partir de um deslocamento impróprio do termo.

O uso da palavra linchamento foi sistematicamente usada para se referir à tensão gerada durante o debate, no qual de fato, uma diretora experiente foi incisivamente questionada no aspecto que interseccionava raça, gênero e poder no campo do cinema. Em algumas críticas publicadas foi escrito que *Vazante* “foi crucificado num momentoso debate em que Daniela Thomas carregou todas as culpas pelo histórico predomínio dos brancos no cinema brasileiro”¹⁶⁶; que o debate

¹⁶⁵ ALMEIDA, Carol. “*Belíssima máquina de manutenção do status quo*”. Revista Continente. 18.09.2019. Disponível em <http://www.revistacontinente.com.br/coberturas/festival-de-brasilia-2017/rbelissima-maquina-de-manutencao-do-status-quo> e <https://archive.ph/W7GmV> - Acesso em 02.02.2020

¹⁶⁶ MATTOS, Carlos Alberto. “*Vazante*” é mais sobre gênero do que sobre raça. Blog do autor. 08.11.2020 Disponível em: <https://carmattos.com/2017/11/08/vazante-e-mais-sobre-genero-do.-que-sobre-raca/> - Acesso em 02.03.2020

teria sido violento, “com exageros e irracionalidades”¹⁶⁷, “quase um humilhante interrogatório com requintes de inquérito policial, diante da ira, da grosseria e da falta de civilidade dos inquisidores”¹⁶⁸, no qual “a diretoria foi literalmente massacrada por determinada parte do público”¹⁶⁹, compondo um cenário de intensas emoções.

É de se notar como a gramática associada à violência foi realocada publicamente para descrever o tom do debate, que talvez pudesse ser caracterizado como um tensionamento, como escreveu o cineasta Joel Zito Araújo¹⁷⁰. Historicamente a palavra linchamento é usada para manifestações de justiciamento popular ou do ódio racial, quando está associada à violência contra pessoas negras e indígenas. É uma palavra que carrega uma semântica muito forte, sobretudo quando lembramos da prática de linchamento de homens negros no Sul dos Estados Unidos, que como afirma Achille Mbembe¹⁷¹ ao analisar os medos racistas, tem origem em parte no desejo de castração dos homens negros pelos homens brancos racistas, que na obscenidade de tal gesto procurava-se “proteger a suposta pureza da mulher branca”.

Com isso observamos como ativar a imagem do “linchamento” para descrever o tom de um debate público presencial filmado tenso e intenso, quando pessoas negras se posicionam de maneira enfática ou frontal sobre o racismo, toda uma episteme da violência, que no Brasil é direcionada ao genocídio negro em suas múltiplas formas (física, mental, social e simbólica) é realocada para proteger e sair em defesa das pessoas brancas que são questionadas incisivamente no plano do debate das ideias.

¹⁶⁷ ARAÚJO, Inácio. *Festival de Brasília é palco de embates em seu 50º aniversário*. Folha de São Paulo. 25.09.2017. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1921457-festival-de-brasilia-e-palco-de-embates-em-seu-50-aniversario.shtml> e <https://archive.ph/PoEM5> - Acesso em 02.01.2020

¹⁶⁸ JORGE, Carlos. E. L. *A questão racial explode no Festival de Brasília*. Folha de Londrina, 18.09.2017. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/a-questao-racial-explode-no-festival-de-brasilia-988645.html?fbclid=IwAR0964Txcqr_G_I3lvVFgcGH6nQZwEA-xe4Sn_6ZbqDgxneIcsUkwowzi8s – Acesso em 03.01.2020

¹⁶⁹ RAMOS, Luciano. *Festival de Brasília – Comentários*. ABRACCINE. 06.10.2017. Disponível em <https://abraccine.org/2017/10/06/festival-de-brasilia-comentarios/> - Acesso em 04.02.2020

¹⁷⁰ ARAÚJO, Joel Zito. *O tenso enegrecimento do cinema brasileiro*. Buala. 04.04.2018. Disponível em <https://www.buala.org/pt/afroscreen/o-tenso-enegrecimento-do-cinema-brasileiro> - Acesso em 01.02.2020

¹⁷¹ MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017, p.183

Em 04.10.2017 na coluna de Eduardo Escorel chamada “questões cinematográficas” na Revista Piauí, Daniela Thomas¹⁷² publicou um texto onde realiza um *mea culpa*, como escreve, por “ter capitulado diante das críticas recebidas no debate”. O título de seu texto foi *O lugar do silêncio - Diretora de Vazante comenta os ataques feitos ao filme*. O lugar do silêncio é uma referência ao conceito de lugar de fala, que foi amplamente evocado durante o debate e durante o festival. Ela se desculpa por ter dito no debate que não faria o filme e volta atrás e afirma que sim, este é o filme que quis fazer e o faria novamente. Escrito em primeira pessoa usando uma retórica que cria uma dicotomia em entre “eu/nós” e “eles” (os críticos e citando nominalmente Juliano Gomes), Thomas reforça a configuração da violência durante o debate, colocando as críticas direcionadas ao filme como ataques (“violentos ataques”, “que não estava preparada para tanto ódio”, “censura e linchamento”). Ela afirma: “Eu não fiz *Vazante* num espírito de militância, nem com o intuito de empoderar esse ou aquele personagem, ou com o objetivo de produzir avanços na questão da representação dos afro-brasileiros no cinema brasileiro.”¹⁷³

O texto de Thomas parte de uma posição que reivindica para si um lugar de enunciação fora do que chama de militância, onde militância tem um significado neste contexto de algo que seria menor, com um caráter panfletário e depreciativo. Onde, contudo, sua construção argumentativa busca se colocar como universal, neutra e transparente dentro da produção artística. E utiliza um vocabulário associado a moral judaico-cristã para se desculpar por ter cometido perjúrio em relação próprio filme durante o debate. Quando assistimos ao debate filme em Brasília, entretanto, percebemos que Thomas na defesa de seu filme, manteve uma postura atenta e aberta diante das críticas, diferente do tom ressentido do texto publicado na Piauí, como se estivesse saindo em defesa da honra de seu filme. Outro aspecto do texto, que se atém ao debate de Brasília, e não ao filme, é que ela se coloca como vítima dos “ataques sofridos”.

Em outra entrevista Thomas reconhece, mas nega as críticas recebidas:

G1 – Como você responde a quem diz o filme mostra de modo superficial os personagens negros e faz uma abordagem enviesada da escravidão?

¹⁷² THOMAS, Daniela. *O LUGAR DO SILÊNCIO Diretora de Vazante comenta os ataques feitos ao filme*. Revista Piauí. 04.10.2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-lugar-do-silencio/> - Acesso em 04.01.2020

[Thomas] - Não foi minha intenção e não acredito nisso. Mas ouvi, muito vocalmente e expressivamente, que isso é o caso. A partir de algumas pessoas que fizeram essa leitura num determinado lugar, num determinado momento. Eu desafio – com graça, com felicidade – as pessoas a verem o filme sobre um grupo de seres humanos que moravam nesse lugar, nesse momento, contados a partir de variáveis pontos de vista. O filme não tem exatamente protagonistas, não é convencional. Tentei mesmo realizar um filme em que cada pessoa que aparecesse tomasse o filme para si.”¹⁷⁴

Do discurso de Thomas reforça-se uma dicotomia entre prática política e produção estética, onde existiriam questões que são sobre os filmes e questões alheias aos filmes. Como se no debate sobre “Cinema” não fosse pertinente um questionamento sobre a gramática racial que institui as normas acerca parâmetros de análise podem ser ativados na leitura de um filme. Como no caso, quando o debate sobre racismo é desenvolvido no âmbito da representação visual entre realizadores e críticos.

Quinze dias depois na mesma revista foi dado o direito de resposta ao crítico Juliano Gomes, que escreveu dois textos de resposta, um na *Revista Piauí*, cujo título foi *O Movimento Branco - Juliano Gomes responde ao texto da diretora de Vazante, Daniela Thomas*¹⁷⁵, que por exigência da *Piauí*, necessitou ter mesma extensão do texto de Daniela e outro em seu blog pessoal *Quem controla os silêncios? (resposta a Daniela Thomas)*.¹⁷⁶

No texto de Juliano Gomes publicado na *Piauí* não há comentários sobre o filme, pois ele já havia realizado uma análise extensa do filme na *Revista Cinética*. Gomes analisa o discurso de Thomas de modo a evidenciar a manobra discursiva da diretora de caracterizar a violência com que o debate foi descrito e veiculado, e desenvolve a ideia de “desresponsabilização” a partir do conceito de “Fragilidade Branca”, da autora estadunidense Robin DiAngelo.

¹⁷⁴ MURARO, Cauê. *Daniela Thomas fala da polêmica ao retratar escravidão e violência sexual em 'Vazante': 'Não é um filme militante'*. G1. Publicado em 13.11.2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/daniela-thomas-fala-da-polemica-ao-retratar-escravida-e-violencia-sexual-em-vazante-nao-e-um-filme-militante.ghtml> - Acesso em 05.01.2019

¹⁷⁵ GOMES, Juliano. *O Movimento Branco - Juliano Gomes responde ao texto da diretora de Vazante, Daniela Thomas*. Revista Piauí, 2017b. 19.10.2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-movimento-branco/> e <https://archive.ph/RVbGs> - Acesso em 02.01.2020 Acesso em 04.01.2020

¹⁷⁶ GOMES, Juliano. *Quem controla os silêncios? (resposta a Daniela Thomas)*. Site pessoal, 2017b. 12.12.2017. Disponível em: <https://juliano-gomes.com/2017/10/12/quem-controla-os-silencios-resposta-a-daniela-thomas/> - Acesso em 16.02.2020

Gomes faz uma reflexão mais abrangente sobre a forma como pessoas brancas utilizam a narrativa do desconforto quando são questionadas sobre poder e privilégio, reagindo com o desejo de controle das formas discursivas e dos modos de expressão de pessoas historicamente em uma posição de assimétrica de poder. A fragilidade branca é acionada para descrever o comportamento de Thomas, por ser um comportamento recorrente quando pessoas brancas são confrontadas a se posicionarem em relação racismo. Gomes conclui com o seguinte alerta e previsão:

“Mas Daniela, não se preocupe. Em breve, virá uma horda de intelectuais e articulistas, poderosos e elegantes, nas mais ornadas janelas, em defesa de você e do teu filme – não faltará crédito, nem publicidade. Todo esse episódio tende a se apagar, como tem sido por todos estes séculos. Entretanto, essa conversa é de todos. Tal experiência pode ser desdobrada em caminhos reais. Passou da hora dos brancos se engajarem frontalmente nessa questão. Assumir claramente suas posições e cuidar de seus dejetos é o mínimo que se espera. Não há debate sem história. Não há arte sem embate. E o abate dos de sempre continua aqui fora.”

A partir desta crítica de Gomes, o conceito de “fragilidade branca” também foi utilizado pela escritora Ana Maria Gonçalves para se referir à “polêmica em relação ao filme”. Gonçalves analisa extensamente o artigo publicado por DiAngelo, no qual são descritos e analisados comportamentos típicos de pessoas brancas quando experienciam algum tipo de estresse racial. Sobre *Vazante* Gonçalves comenta: “no filme, a escravidão vira mera moldura, plano de fundo, com personagens negros sem voz, sem nome, sem profundidade, sem desenvolvimento, servindo de escadas para os personagens brancos.”¹⁷⁷

Vazante em pouco tempo se transformou em um “filme evento”, acompanhado de uma intensa e por vezes apaixonada crítica, tendo uma ampla divulgação em redes sociais e plataformas de grande circulação e dividindo opiniões, abordagens e pontos de vista, em um contexto político polarizado.

A cineasta Viviane Ferreira, que assistiu ao filme no Festival de Brasília, no texto *O assombro que vaza da simples existência...* analisa a movimentação no campo audiovisual sobre a representação de existência de pessoas negras. Ela elogia

¹⁷⁷ GONÇALVES, Ana Maria. *O que a polêmica sobre o filme 'Vazante' nos ensina sobre fragilidade branca*. The Intercept Brasil. 16.11.2017. Disponível em <https://theintercept.com/2017/11/16/o-que-a-polemica-sobre-o-filme-vazante-nos-ensina-sobre-fragilidade-branca/> - Acesso em 02.02.2020

o trabalho das imagens do filme que se parecem pinturas, devido às condições de produção com seis milhões de reais e coloca muitas questões, dentre elas, sobre o consumo de imagens contemporâneas de corpos negros executados e porque a presença cada vez maior de artistas negros no festival incomoda mais que a ausências históricas. Ela traz um olhar que me parece muito preciso em termos das questões estéticas e simbólicas sobre racismo que este evento suscitou, é a imagem do “rito de passagem”, que podemos formular enquanto o desencadeamento de um processo coletivo de letramento racial crítico:

“Porque será tão difícil para alguém enfrentar o processo de *Vazante* como um rito de passagem? Sim, um rito de quem passa da fase da vida de quem só enxergava a existência negra pelo imaginário construído nas veias do colonialismo para a de quem se dispõe a contribuir com a reconstrução desse imaginário coletivo sob a perspectiva da decolonialidade. Seria a não sapiência do que a assombra?”¹⁷⁸

Da estreia do filme em Brasília até sua estreia em circuitos comerciais, em 09.11.2017 pude catalogar mais de 20 críticas publicadas online. Nessa mesma semana em que o filme estreou, foi ao ar no dia seguinte na Rede Globo, no programa de entrevistas “Conversa com Bial” (o programa foi gravado em 01.11.2017), um programa sobre a repercussão de *Vazante* com Daniela Thomas, o cineasta Joel Zito Araújo - que participou do júri da mostra competitiva de longas do 50 Festival de Brasília, no qual *Vazante* concorreu - e a escritora Ana Maria Gonçalves.¹⁷⁹ O descrição da chamada, a partir do filme, enfatizava um diálogo sobre a representação do negro no cinema brasileiro.

No programa, Thomas explica a origem do argumento de construção do filme, que deriva de uma lenda familiar contada por seu pai, na qual um tataratio de mais de 50 anos havia se casado com uma menina de 12 anos, antes dela menstruar. Esta história teria acontecido no início do século XX, que ela decide ambientar no século XIX. A hipótese da autora é “se poderia o afeto vencer a brutalidade, independente de cor e lugares sociais no contexto escravagista?”, ao que ela mesma responde que não e que o filme é sobre o fracasso dessa possibilidade.

¹⁷⁸ FERREIRA, Viviane. *O assombro que vaza da simples existência...* Geledés. 05.10.2017. Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-assombro-que-vaza-da-simples-existencia/> - Acesso em 02.02.2020

¹⁷⁹ *Conversa com Bial* / *Conversa com Bial – Programa de sexta-feira*, 10/11.2017, na íntegra. 01.11.2017 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6281654/programa/> - Acesso em 20.10.2020

A partir do debate e do filme (nesta ordem pois ela primeiro acompanhou o debate e depois assistiu ao filme) Ana Maria Gonçalves comenta o perigo da premissa do filme ao romantizar as relações do período escravagista entre brancos e negros, escravizados e livres. Ela faz um alerta de como a tentativa de colocar o amor no meio pode fazer um recuo à conversa sobre a miscigenação brasileira, que deriva do estupro de mulheres negras escravizadas por homens brancos livres.

Joel Zito Araújo avalia o contexto em que o filme foi lançado e a sua recepção e críticas por parte das(os) artistas negras(os) como consequência de uma mudança nas políticas públicas, fruto das ações afirmativas no qual sujeitos negros assumem o protagonismo no mundo do cinema, que é o setor no mercado de trabalho com altos índices de desigualdade racial, que não querem ver no cinema um filme sobre a escravidão que negue o protagonismo negro. E questiona que no filme não há menção de que neste mesmo período e região em que o filme se passa, há inúmeros quilombos e movimentos de resistência contra a escravidão surgindo.

Thomas admite que não estava preparada para o tom do debate e que escorregou no debate de Brasília, que não sabia que os debates sobre questões raciais, nas universidades, por exemplo, são sempre “acalourados”. Ana Maria Gonçalves comenta que o debate sobre racismo é um debate tenso mesmo porque este é um assunto que incomoda, argumentando como que para a comunidade negra este é um assunto há muito tempo debatido e que a comunidade branca, por falta de interesse ou necessidade, não acompanhou. Daí, trazendo a questão da fragilidade branca para o debate racial, ela comenta a percepção para pessoas brancas, de que esta seja uma conversa violenta, agressiva ou intimidadora, por falta de abertura para um diálogo honesto, em que as(os) brancas(os) não fujam da conversa ou tentem virar o jogo se fazendo de vítima.

Juliano Gomes, que foi convidado e não pode estar presente ao programa, enviou um vídeo em que descreve positivamente a importância do debate que o filme suscitou, ao tornar visível profissionais negros no cinema que trazem novas questões para o debate público sobre racismo. E também ressalta como estas novas vozes que entram em evidência são vozes que existem há muito tempo, como do próprio Joel Zito Araújo, mas que naquele momento se tornaram mais visíveis.

As relações raciais brasileira são profundamente marcadas e constituídas pelas dimensões da violência simbólica e literal. O debate sobre o filme *Vazante* fez emergir no campo da crítica de cinema e da crítica cultural uma dimensão importante sobre como se pensa o campo das "relações raciais". Fez emergir no debate sobre racismo, representações visuais da escravidão e dos privilégios da branquitude a dimensão que é o confronto, o conflito, tensão e disputa acerca da equação racial brasileira no momento histórico presente.

Dentre as questões levantadas em outras críticas, como a representação, a agência e o protagonismo dos personagens negros no filme, há um outro ponto que surge no debate, sobretudo nos textos de críticos negros: a importância da reflexão sobre os modos como cineastas brancas(os) (desde o processo de produção do filme até o filme pronto) representam cenas de sujeição do corpo negro na condição de escravizados.

Em muitos dos textos escritos por cineastas e críticos fica evidente o sentimento de desconforto, incômodo e angústia¹⁸⁰; podendo ser uma experiência dolorosa, sobretudo para plateias negras¹⁸¹. Heitor Augusto aborda perversidade e da abjeção construídas que negam autonomia e agência não só aos personagens negros, mas ao espectador negro. Sobre a abjeção que as imagens provocaram, Augusto elege alguns pontos da escrita da câmera:

“A câmera que olha, e da maneira que olha, o corpo do africano escravizado (Toumani Kouyaté) que se mata. A câmera que ressalta os olhares de julgamento da negra escravizada da cozinha contra a negra estuprada pelo senhor branco. A câmera que mostra a menina branca na relva. Os incontáveis planos em que, tomados pelo afã da reconstituição, o preto é pano de fundo, igualado na dramaturgia a uma tapeçaria na parede. O olhar que nos convoca à empatia com a menina branca estuprada, ao mesmo tempo que não faz o mesmo com a mulher negra. O olhar que filma as correntes despreocupado de que para um negro elas são tão massacrantes quanto uma Máscara de Flandres.”¹⁸²

¹⁸⁰ ARAÚJO, Joel Zito. *O tenso enegrecimento do cinema brasileiro*. Buala. 04.04.2018. Disponível em <https://www.buala.org/pt/afroscreen/o-tenso-enegrecimento-do-cinema-brasileiro> - Acesso em 01.02.2020

¹⁸¹ MATTOS, Hebe. *Passados sensíveis (sobre a polêmica em torno de Vazante, filme de Daniela Thomas)*. Blog Conversa de Historiadoras. 01.10.2017. Disponível em <https://conversadehistoriadoras.com/2017/10/01/passados-sensiveis-sobre-a-polemica-em-torno-de-vazante-filme-de-daniela-thomas-contem-spoilers/> - Acesso em 09.09.2020

¹⁸² AUGUSTO, Heitor. *Vazante, uma abjeção atualizada*. Urso de Lata. 14.11.2017. Disponível em: <https://ursodelata.com/2017/11/14/vazante-uma-abjecao-atualizada/> - Acesso em 02.02.2020

Como representar a violência de um passado distante, próximo ou presente? Como abordar as construções, representações e narrativas de violência, dor e opressão? Ou, como escreve Saidiya Hartman quando analisa os arquivos da escravidão Atlântica nos EUA:

“Quais são os protocolos e limites que moldam as narrativas escritas como contra-história, uma aspiração que não é profilática contra os riscos decorrentes da reiteração de um discurso violento e da representação de rituais de tortura? Como revisitar a cena da sujeição sem replicar a gramática da violência? [...] Como se reescreve a crônica de uma morte predita e antecipada, como uma biografia coletiva de sujeitos mortos, como uma contra-história do humano, como a prática da liberdade?”¹⁸³

Esse é um questionamento de certa forma inadiável, principalmente quando levamos em consideração que leitoras(es), espectadoras(es) ou quem irá receber ou consumir tais imagens, estudos e textos, teses podem ser pessoas que vivem ou viveram a violência da qual se fala, lidando assim com uma esfera traumática da memória: ou descendentes de pessoas que viveram diretamente a violência sobre a qual se trata. Ou seja, talvez seja necessário ter no horizonte da pesquisa, seja artística e/ou acadêmica, que as(os) receptoras(es) de tal construção podem estar diretamente implicados na história de violências, violências estas que se estendem no presente e tem consequências reais.

Como mobilizar tais histórias de barbárie para além de uma narrativa que apenas constate e diagnostique uma perspectiva comungada de uma história hegemônica, sem oferecer ou apontar rotas de fuga para dores tão reais? É possível? Devemos ter isso em mente? Devo eu, como mulher branca, ter isto em meu horizonte quando produzo algo? Como falar de traumas e “passados sensíveis (expressão da historiadora Hebe Mattos) sem revive-los? Como a partir de uma convocação de outra imaginação política especular e fabular outras possibilidades e pontos de vista para o passado e do futuro?

¹⁸³ No original: “What are the protocols and limits that shape the narratives written as counter-history, an aspiration that isn’t a prophylactic against the risks posed by reiterating violent speech and depicting again rituals of torture? How does one revisit the scene of subjection without replicating the grammar of violence?” [...] how does one rewrite the chronicle of a death foretold and anticipated, as a collective biography of dead subjects, as a counter-history of the human, as the practice of freedom?”

HARTMAN, Saidiya. *Venus in two acts*. Small Axe, Number 26 (Volume 12, Number 2), June 2008, pp. 1-14. Disponível em <https://read.dukeupress.edu/small-axe/article/12/2/1/32332/Venus-in-Two-Acts> - Acesso em 05.12.2019

Agradeço a crítica Kênia Freitas que me apresentou a referência durante a oficina de crítica de Cinema Negro durante o 12^a Encontro de Cinema Negro Zózimo Bubul em 2019.

São perguntas que não me proponho responder, mas também são perguntas que não podemos ignorar e talvez precisemos procurar outras formas de elaborar estas questões. Ou como aponta Pablo Gonçalo, “Mais do que perguntar se as imagens são, em si, violentas, deve-se investigar a quem, a qual lugar, elas potencialmente violentam.”¹⁸⁴

Qual é a função do personagem negro em um filme cuja diegese se passa no período escravocrata brasileiro e o protagonismo é branco? *Vazante* pode ser analisado como uma tragédia que confina seus personagens negros a um beco sem saída, sem possibilidade de resistência efetiva, sem contradição ou múltiplas camadas. Em *Vazante* quase todos os personagens negros que tem algum tipo destaque na dramaturgia morrem ou desaparecem sem deixar explicações, como acontece com o capitão do mato Jeremias.

Os personagens negros estão confinados às políticas do olhar e do desejo branco e modulados em uma estrutura narrativa que cria uma mais valia dramática para os personagens brancos. Ao meu ver e da maneira que vi, é um filme que sufoca um exercício de imaginação histórica e política por reinscreverem as vidas de pessoas negras escravizadas ao paradigma da senzala, sem menção ao quilombo, às estratégias de resistência em vida, outras rotas e alternativas imaginativas à violência.

Tenho ciência de que se os questionamentos críticos desenvolvidos por artistas e intelectuais negros(os) a partir do debate em Brasília não tivessem tomado a proporção pública, certamente eu não leria o filme a partir das políticas da violência e subalternização dos corpos negros. Entrar em contato com o debate público antes de assistir ao filme mudou radicalmente a forma como me aproximei da obra. A minha relação e leitura do filme não é a partir de uma experiência estética. Não consegui assistir ao filme com *olhos livres*¹⁸⁵, como disse Oswald de

¹⁸⁴ GONÇALO, Pablo. *Qual é a ética diante das imagens violentas e perversas?*. Revista Cinética. 17.10.2017. Disponível em <http://revistacinetica.com.br/nova/qual-e-a-etica-diante-das-imagens-violentas-e-perversas/> - Acesso em 02.05.2020

¹⁸⁵ ANDRADE, Oswald de. *O manifesto antropófago*. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas.

Andrade. As críticas que problematizavam a forma como o filme elabora o protagonismo branco e a coadjuvância negra durante e escravidão transformaram-se para mim em lentes analíticas das quais não pude tirar e que de certa forma, me letraram visualmente para ler o filme.

Vazante veio como uma gota d'água que evidenciou e fez emergir um léxico sobre uma nova partilha discursiva que se constitui a partir de um deslocamento do paradigma da dominância branca e naturalização das desigualdades raciais no Brasil.

Considerações finais

Entrar em contato com a fortuna crítica do “evento-*Vazante*” e a leitura do livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* de Grada Kilomba em 2017 teve a função de um abalo sísmico inicial a partir de onde pude começar a enxergar a complexidade do racismo. A partir de Kilomba fui percorrendo e entrando em contato com outros textos e formulações anteriores que fazem parte do protagonismo negro contra o racismo no Brasil.

Enquanto pessoa branca, desenvolver letramento racial é um processo de aprendizado para toda a vida. Passa por uma abertura ativa e intencional para desenvolver habilidades emocionais, analíticas e interpessoais que descentralizem a fragilidade branca, como DiAngelo elabora, como a principal forma de reagir ao aviso de racismo e principalmente para criar outras políticas de aliança, reparação e mudança social.

É um processo sem fim que passa por reaprender, desaprender, analisar, interpretar e manter-se atenta e disposta a ver como o racismo cotidianamente constitui nossa subjetividade. Reconhecer o racismo, aprender a falar sobre este assunto tabu com pessoas brancas é um processo que causa desconforto e constrangimento nós brancas(os) pois colocam em xeque muitas práticas internalizadas e naturalizadas que repousam sobre uma segurança que o racismo nos traz.

A escrita da dissertação é parte do meu processo pessoal de letramento racial crítico, é o início desse processo que foi provocado a partir de deslocamentos de causados por vozes e epistemologias negras e vozes brancas antirracistas em busca de uma outra partilha do comum. Desejei aqui compartilhar início do meu processo de letramento racial crítico em curso.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. **O manifesto antropófago**. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3a ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em <https://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf> - Acesso em 07.09.2020

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. **Defesa Das Cotas Como Estratégia Política Do Movimento Negro Contemporâneo**. Estudos Históricos, n. 37, p. 143–166, 2005.

ALMEIDA, Carol. **Belíssima máquina de manutenção do status quo**. 18.09.2017. Revista Continente. Disponível em: <http://www.revistacontinente.com.br/coberturas/festival-de-brasilia-2017/rbelissima-maquina-de-manutencao-do-status-quo> - Acesso em 30.08.2020

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018

ALMEIDA, Silvio. Tweet. 08.03.2020

ALMEIDA, Silvio. **Lili entrevista | Silvio Almeida**. Canal Lili Schwarcz, Youtube. 09.05.2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OTpS2PJLprM> - Acessado em 22.11.2019

ARAÚJO, Joel Zito. **O tenso enegrecimento do cinema brasileiro**. Buala. 04.04.2018. Disponível em <https://www.buala.org/pt/afroscreen/o-tenso-enegrecimento-do-cinema-brasileiro> - Acesso em 01.02.2020

ARAÚJO, Inácio. **Festival de Brasília é palco de embates em seu 50º aniversário**. Folha de São Paulo. 25.09.2017. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/09/1921457-festival-de-brasilia-e-palco-de-embates-em-seu-50-aniversario.shtml> e <https://archive.ph/PoEM5> - Acesso em 02.01.2020

ASSIS, Machado. **Pai contra mãe**. 1906. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf> - Acesso em 08.09.2020

AUGUSTO, Heitor. **20ª Mostra de Tiradentes - Heitor Augusto fala sobre crítica, festivais e representação**. Publicado pelo canal Cine Festivais, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ha3XBvg5wrw> – Acesso em 02.01.2020

AUGUSTO, Heitor. **Vazante, uma abjeção atualizada**. Urso de Lata. 14.11.2017. Disponível em: <https://ursodelata.com/2017/11/14/vazante-uma-abjecao-atualizada/> - Acesso em 02.02.2020

Be220, **Berlinale 2017 :Vazante: Uma História Muito Brasileira Em Berlim**. Papo de Cinema. 13.02.2017. Disponível em <https://www.papodecinema.com.br/especiais/berlinale-2017-vazante-uma-historia-muito-brasileira-em-berlim/> - Acesso em 20.01.2020

BENTES, Ivana. **Da Estética à Cosmética da Fome**. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 08/07/2001. p. 1- 4. (Caderno B). Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/030015_12/40157 - Acesso em 20.01.2020

BENTES, Ivana. **Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome**. Revista ALCEU - v.8 - n.15 - p. 242 a 255 - jul./dez. 2007. Disponível em http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/Alceu_n15_Bentes.pdf - Acesso em 20.01.2020

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php#referencias> – Acesso em 10.03.2020

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, I. BENTO, M. A. A. (Orgs.) In Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2009

BECK, Ceres Grehs; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. **As múltiplas faces da comodificação e a constituição da crítica acerca das práticas de consumo contemporâneas**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 53, N. 1, p. 136-147, jan/abr 2017, p. 137. Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2017.53.1.14/5970 - Acesso em 02.09.2020

CANDIDO, Márcia Rangel et al. **Raça e Gênero eo Cinema Brasileiro 1970 – 2016**. Boletim gemma. N. 2, 2017. Disponível em http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Boletim_Final7.pdf - ACESSI em 30.08.2020

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. [Dissertação de mestrado], Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** (Tese de doutorado) Feusp, 2005

CARREIRA, Denise. **O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista.** Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 28, 2018, p. 134. Disponível em: <https://sur.conectas.org/o-lugar-dos-sujeitos-brancos-na-luta-antirracista/> - Acesso em 02.07.2020

Carta Capital. **Conheça Viviane Ferreira, a segunda negra a dirigir um longa no Brasil.** 01.09.2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/viviane-ferreira-a-segunda-negra-a-dirigir-um-longa-no-brasil/> - Acesso em 20.01.2020

CANDIDO, Márcia Rangel et al. **Raça e Gênero eo Cinema Brasileiro 1970 – 2016.** Boletim gemma. N. 2, 2017. Disponível em http://gemma.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Boletim_Final7.pdf - ACESSO em 30.08.2020

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2018.** Ipea, Rio de Janeiro: 2018, p.04

Conversa com Bial | Conversa com Bial – Programa de sexta-feira, 10/11.2017, na íntegra. 01.11.2017 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6281654/programa/> - Acesso em 20.10.2020

COALISÃO NEGRA POR DIREITOS. **Manifesto Enquanto houver racismo, não haverá democracia.** Disponível em <https://comracismonaohademocracia.org.br> – acesso em 24.06.2020

COROSSACZ, V. R. **Entre cor e classe: definições da branquitude entre homens brancos no Rio de Janeiro.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN, v. 6, n. 13, p. 201-222, mar./jun., 2014

CUNHA, Eneida Leal. **A emergência da cultura e da crítica cultural.** Cadernos de Estudos Culturais, v. 1, 2009, p. 73-82.

CUNHA, Eneida Leal. **PPGEL Entrevista - A equação racial brasileira.** Canal Webtvuneb. Youtube. 12.09.2019. Disponível em: <https://youtu.be/G7MIrRd3hqc> – Acessado em 21.11.2019

DE JESUS, Jessica. **A Máscara.** Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, 10 maio 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286/112968> - Acesso em 02.05.2020

FANON, Frantz. **Pele negras, máscaras brancas.** Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 147

FARIAS, Erica. **Pesquisadora explica conceito de branquitude como privilégio estrutural.** Agência Fiocruz de Notícias. 17.05.2019. Disponível em <https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural> - Acesso em 27.07.2020

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: Com atividades reflexivas [livro eletrônico]**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. Edição Kindle

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento Racial Crítico: Profa. Dra. Aparecida de Jesus Ferreira - Live Profa. Dra. Helenice Faria**. Canal Aparecida Ferreira de Jesus. 16.04.2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GWYacgctATc> – Acesso em 01.08.2020

FERREIRA, Elder. **Grada Kilomba: 'O racismo está sempre se adaptando ao contemporâneo**. 07.04.2016. Revista Cult. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/grada-kilomba/> - Acesso em 02.02.2020

FERREIRA, Viviane. **O assombro que vaza da simples existência...** Geledés. 05.10.2017. Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-assombro-que-vaza-da-simples-existencia/> - Acesso em 02.02.2020

FRANKENBERG, Ruth. **A miragem de uma branquidade não-marcada**. In: WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 314

FRANKENBERG, Ruth. **White women, race matters : the social construction of whiteness**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994 apud Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de março de 1976**. In Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005

G1, **Saiba quem são os jurados do 50º Festival de Brasília**. G1. Brasília. 15.09.2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/saiba-quem-sao-os-jurados-do-50-festival-de-brasilia.ghtml> - Aceso em 30.08.2020

G1, **No Em Pauta, jornalistas relatam experiências com racismo**. 03.06.2020 Disponível em <http://g1.globo.com/globo-news/videos/v/no-em-pauta-jornalistas-relatam-experiencias-com-racismo/8601095/> - Acesso em 09.06.2020

GAMBLE, Patrick. **Berlin 2017: Vazante review**. Cine Vue. 12.02.2017. Disponível em: <https://cine-vue.com/2017/02/berlin-2017-vazante-review.html> - Acesso em 02.04.2020

GARCIA, Cecília. **'Letramento racial é um ato anticolonialista', explicam Diva Guimarães e Diane Sousa**. Disponível em <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/10/22/letramento-racial/> - Acesso em 15.08.2020

GENESTRETI, Guilherme; ALMEIDA, Marco Rodrigo. **'Vazante', filme sobre a escravidão no Brasil, vira alvo de críticas**. 12.10.2017. Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1926283->

[vazante-filme-sobre-a-escravidao-no-brasil-vira-alvo-de-criticas.shtml](#) e
<https://archive.ph/1dbLm#selection-5283.0-5283.68> – Acesso em 02.02.2020

GOMES, Juliano. **O Movimento Branco: Juliano Gomes responde ao texto da diretora de Vazante, Daniela Thomas**. Revista Piauí, 2017b. Publicado em 19.10.2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-movimento-branco/> e <https://archive.ph/RVbGs> - Acesso em 02.01.2020 Acesso em 04.01.2020

GOMES, Juliano. **A fita branca**. Revista Cinética, 2017a. Publicado em 18.09.2017. Disponível em <http://revistacinetica.com.br/nova/a-fita-branca/> e <https://archive.ph/xhn7E> - Acesso em 02.01.2020

GOMES, Juliano. **Quem controla os silêncios? (resposta a Daniela Thomas)**. Site pessoal, 2017b. Publicado em 12.12.2017. Disponível em: <https://juliano-gomes.com/2017/10/12/quem-controla-os-silencios-resposta-a-daniela-thomas/> - Acesso em 16.02.2020

GONÇALVES, Ana Maria. **O que a polêmica sobre o filme ‘Vazante’ nos ensina sobre fragilidade branca**. The Intercept Brasil. 16.11.2017. Disponível em <https://theintercept.com/2017/11/16/o-que-a-polemica-sobre-o-filme-vazante-nos-ensina-sobre-fragilidade-branca/> - Acesso em 02.02.2020

GONZALEZ, Lélia. **CULTNE DOC - Lélia Gonzalez - Pt 2**. Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aiTfzVKhsGw> – Acessado em 28.11.2019.

GUIMARÃES, Victor. **O silêncio ruidoso de uma faca em riste**. 20.09.2018. Disponível em <https://www.horizontedacena.com/o-silencio-ruidoso-de-uma-faca-em-riste/> - Acesso em 02.09.2020

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e diáspora**. Tradução: Regina Helena Fróes e Leonardo Fróes. Revisão técnica: Marília de Andrade. [S.l.]: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 24. 1996, p. 70

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... [et al]. Belo Horizonte : Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Raça, o significante flutuante**. Liv Sovik (tradução) em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VIII, 2, 2015, p. 2. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/> - Acesso em 07.07.2020

HARTMAN, Saidiya. **Venus in two acts**. Small Axe, Number 26 (Volume 12, Number 2), June 2008, pp. 1-14. Disponível em <https://read.dukeupress.edu/small-axe/article/12/2/1/32332/Venus-in-Two-Acts> - Acesso em 05.12.2019

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019, p. 44-63

IDE, Wendy. **'Vazante': Berlin Review**. Screen Daily, 10.02.2017. Disponível em: <https://www.screendaily.com/reviews/vazante-berlin-review/5114801.article> - Acesso em 02.04.2020

JESUS, Camila Moreira de; FIGUEIREDO, Angela. **O Privilégio da Brancura na Escola Pública: Uma Etnografia No Colégio Estadual Edvaldo Brandão Correia em Cachoeira – BA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014

JORGE, Carlos. E. L. **A questão racial explode no Festival de Brasília**. Folha de Londrina, 18.09.2017. Disponível em: https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/a-questao-racial-explode-no-festival-de-brasilia-988645.html?fbclid=IwAR0964Txcqr_G_13lvVFgcGH6nQZwEA-xe4Sn_6ZbqDgxneIcsUkwowzi8s – Acesso em 03.01.2020

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster : Unrast Verlag, 2010

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Nuno Quintas. Lisboa : Orfeu Negro, 2019

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro : Cobogó, 2019

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o Conhecimento - Uma Palestra-Performance De Grada Kilomba**. Tradução de Jessica Oliveira. Disponível em <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf> - Acesso em 13.08.2020

Grada Kilomba : desobediências poéticas – Curadoria Jochen Volz e Valéria Piccoli; ensaio Djamilia Ribeiro. São Paulo : Pinacoteca de São Paulo, 2019. Disponível em: http://pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/2019/07/AF06_gradakilomba_mio_lo_baixa.pdf - Acesso em 01.08.2020

GONÇALO, Pablo. **Qual é a ética diante das imagens violentas e perversas?**. Revista Cinética. 17.10.2017. Disponível em <http://revistacinetica.com.br/nova/qual-e-a-etica-diante-das-imagens-violentas-e-perversas/> - Acesso em 02.05.2020

LABORNE, A. A. de P. **Branquitude e colonialidade do saber**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN, v. 6, n. 13, p. 148-161, mar./jun., 2014

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise – Laplanche e Pontalis : sob a direção de Daniel Lagache**. Tradução Pedro Tamen. – 4 ed – São Paulo : Martins Fontes, 2001

LIMA, Fátima. **Aula 1 - Grada Kilomba, "Memórias da Plantação" - Módulo 2 - Profa. Fátima Lima.** 28.07.2020. Canal NETAJ UFF. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zgRav28p2Tg> – Acesso em 20.10.2020

LIMA, Fátima. **Aula 2 - Grada Kilomba, "Desobediências Poéticas" - Módulo 2 - Profa. Fátima Lima.** 04.08.2020. Canal NETAJ UFF. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p1ypgDbUgOM> – Acesso em 20.10.2020

LOPES, Joyce Souza; Rosane Aparecida Rubert, orientadora; Vera Regina Rodrigues da Silva, coorientadora. **Lugar de branca/o e a/o “branca/o fora do lugar”: representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA.** Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider.** Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p.139

MALOMALO, B. **Branquitude como dominação do corpo negro: diálogos com a sociologia de Bourdieu.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN, v. 6, n. 13, p. 175-200, mar./jun., 2014

MARSON, Melina Izar. **O Cinema da Retomada : Estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine.** Orientador: José Mário Ortiz Ramos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006

MATTOS, Carlos Alberto. **Vazante é mais sobre gênero do que sobre raça.** Blog do autor. 08.11.2020 Disponível em: <https://carmattos.com/2017/11/08/vazante-e-mais-sobre-genero-do.-que-sobre-raca/> - Acesso em 02.03.2020

MATTOS, Hebe. **Passados sensíveis (sobre a polêmica em torno de Vazante, filme de Daniela Thomas).** Blog Conversa de Historiadoras. 01.10.2017. Disponível em <https://conversadehistoriadoras.com/2017/10/01/passados-sensiveis-sobre-a-polemica-em-torno-de-vazante-filme-de-daniela-thomas-contem-spoilers/> - Acesso em 09.09.2020

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Tradução Marta Lança. Lisboa : Antígona, 2014

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade.** Tradução Marta Lança. Lisboa : Antígona, 2017, p.183

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução Renata Santini. São Paulo, n-1 edições, 2018.

MBLE, Patrick. **Berlin 2017: Vazante review.** Cine Vue. 12.02.2017. Disponível em: <https://cine-vue.com/2017/02/berlin-2017-vazante-review.html> - Acesso em 02.04.2020

MICHAELIS - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Verbete *desmantalar*. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desmantalar/> - Acesso em 04.09.2020

MOMBAÇA, Jota. **A plantação cognitiva.** Arte e Descolonização, MASP e Afterall Research Center, 2020. Disponível em: <https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QYyC0FPJZWoj7Xs8Dgp6.pdf> - Acesso em 02.09.2020

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. **In Branquitude: estudos sobre racialidade branca no Brasil.** MÜLLER, Tania Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (Orgs.) Curitiba: Appris, 2017

MURARO, Cauê. **Daniela Thomas fala da polêmica ao retratar escravidão e violência sexual em 'Vazante': 'Não é um filme militante'.** G1. Publicado em 13.11.2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/daniela-thomas-fala-da-polemica-ao-retratar-escravidao-e-violencia-sexual-em-vazante-nao-e-um-filme-militante.ghtml> - Acesso em 05.01.2019

nascimento, tatiana. **leve sua culpa branca pra terapia.** série zami. Brasília: padê editorial, 2019, p. 6 - 7

NERI, Nátaly. **A mulata que nunca chegou | Nátaly Neri | TEDxSaoPauloSalon.** 31.01.2017. Canal TEDx Talks. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=02TBfKeBbRw> - Acesso em 20.04.2020.

PARKER, Pat. **Para a pessoa branca que quer saber como ser minha amiga.** Tradução de Stephanie Borges. Disponível em <https://escamandro.wordpress.com/2020/07/18/pat-parker-por-stephanie-borges/> - Acesso em 19.10.2020

Precisamos Falar Sobre o Racismo. Youtube, canal “Precisamos Falar Sobre o racismo”. 07.06.2020, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wK9vpUqo65s&fbclid=IwAR2eY0EOvqiZs9EGeb8pyVUI3hwSCiAm3ZR4vOHtgYIymkoPrEaOJ1eU> - Acesso em 02.09.2020

PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para branquitude.** In: CARONE, I.; BENTO, M. A. (Eds.). Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 59–90.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Quem são os brancos?** Disponível em: <https://mirim.org/quem-sao-os-brancos> - Acesso em 02.09.2020

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **'Vazante' mostra um presente repleto de passado.** 12.10.2017. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1926284-vazante-mostra-um-presente-repleto-de-passado.shtml> e <https://archive.ph/DXUrK> - Acesso em 01.02.2020

RAMOS, Luciano. **Festival de Brasília – Comentários.** ABRACCINE. 06.10.2017. Disponível em <https://abraccine.org/2017/10/06/festival-de-brasilia-comentarios/> - Acesso em 04.02.2020

RANKINE, Claudia. **Eu queria saber o que os homens brancos pensavam de seu privilégio. Então perguntei.** Revista Serrote #33. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2020/06/eu-queria-saber-o-que-os-homens-brancos-pensavam-de-seu-privilegio-entao-perguntei-por-claudia-rankine/> - Acesso em 21.07.2020

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo : Companhia das Letras, 2019

RICHETT, Oscar. **A Inglaterra nunca encarou a vergonha do seu imperialismo.** Tradução Marina Schnoor. VICE Brasil. 24.05.2017. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/vb48d9/inglaterra-nunca-encarou-vergonha-imperialismo - Acesso em 20.08.2020

RODA VIVA | Silvio Almeida | 22/06/2020. 2020, 1h30min. Canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0Iw> – Acessado em 23.06.2020

ROLNIK, Suely. **A descolonização do pensamento na obra de Grada Kilomba.** 08.05.2019. Artebrasileiros. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/a-descolonizacao-do-pensamento-na-obra-de-grada-kilomba-2/> - Acesso em 02.02.2020

SALES, Michelle. **Uma extensão da busca política por novas perspectivas, entrevista a Juliano Gomes sobre Vazante.** Buala. 16.10.2018. Disponível em <https://www.buala.org/pt/a-ler/uma-extensao-da-busca-politica-por-novas-perspectivas-entrevista-a-juliano-gomes-sobre-vazante> - Acessado em 02.12.2019

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUMAN, Lia Vainer. **Porque queremos olhos azuis? | Lia Vainer Schucman | TEDxSaoPauloSalon.** TEDx Talks, Youtube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EC-IywB3dEA> – Acesso em 22.08.2020

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **'Vazante' mostra um presente repleto de passado.** 12.10.2017. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1926284-vazante-mostra-um-presente-repleto-de-passado.shtml> e <https://archive.ph/DXUrK> - Acesso em 01.02.2020

SILVA, Tarcizio da. **Visão Computacional e Racismo Algorítmico: Branquitude e Opacidade No Aprendizado De Máquina.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020.

ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/744> Acesso em: 04.09.2020

SILVA, Valeska. **Há espaço no cinema brasileiro para os filmes?**. 02.10.2017. Estadão. Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/ha-espaco-no-cinema-brasileiro-para-os-filmes/> - Acesso em 03.07.2019

SILVA, Denise Ferreira da. **À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 61-83, janeiro-abril, 2006

SILVA, Denise Ferreira da. **A Dívida Impagável: Lendo Cenas De Valor Contra A Flecha Do Tempo**. Oficina de Imaginação política, 2017, p. 17. Disponível em https://issuu.com/amilcarpacker/docs/denise_ferreira_da_silva_-_a_dívida_impagável_-_acesso_em_01.03.2020

FERREIRA da SILVA, Denise. **A Dívida Impagável**. Tradução: Amilcar Packer e Pedro Daher. Revisão: Amilcar Packer e Pedro Daher. São Paulo: 2019

SILVA, Priscila Elisabete. **O conceito de Branquitude: reflexões para o campo de estudo**. In Branquitude: estudos sobre racialidade branca no Brasil. MÜLLER, Tania Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (Orgs.) Curitiba: Appris, 2017, p. 25

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920**. In Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/ dez 2008, p. 146.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009

SOVIK, Liv. **Preto No Branco: Stuart Hall E A Branquitude**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 6, n. 13, p. 162-174, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/157>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOVIK, Liv. **A Branquitude e o Estudo Da Mídia Brasileira: algumas anotações a partir de Guerreiro Ramos**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador, 2002

TAVARES, Julio. **Masterclass: Roteiro, com Prof. Dr. Julio Tavares – Cinema e Pensamento: Narrativas Negras**. Facebook, Centro Afro Carioca de Cinema Zózimo Bubul. 17.07.2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=649246055675486> – Acesso em 27.07.2020

THOMAS, Daniela. **O Lugar Do Silêncio: Diretora de Vazante comenta os ataques feitos ao filme**. Revista Piauí. 2017a. Publicado em 04.10.2017. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/o-lugar-do-silencio/> - Acesso em 04.01.2020

TWINE, France Winddance. **A white side of black Britain: The concept of racial literacy.** *Ethnic and Racial Studies*, 27:6, 2004, p. 878-907

TWINE, France Winddance, & STEINBUGLER, Amy C. **The Gap Between Whites and Whiteness: Interracial Intimacy and Racial Literacy.** *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, 3(2), 2006, p. 341-363.

VAZANTE. **Debate com as equipes dos filmes Peripatético e Vazante PARTE 00.** 12 partes. 03.10.2017. Canal Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Disponível em: <https://youtu.be/xjcrPIQYqA> – Acesso em 20.10.2020

VAZANTE. **"Vazante" - debate Brasília 17/9/2017.** Luiz Joaquim, SoundCloud. Disponível em: <https://soundcloud.com/luiz-joaquim-991247951/vazante-debate-brasil-1792017>

Filmografia

Amor Maldito. Direção: Adélia Sampaio Distribuição: A. F. Sampaio Produções Artísticas; Gaivota Filmes. 1983, 116 min.

Café com Canela. Direção: Glenda Nicácio e Ary Rosa. Produção: Rosza Filmes. Cachoeira, 2017. 102 min.

Cidade de Deus, Direção: Fernando Meireles. Produção: O2Filmes, Globo Filmes, Videofilmes. Rio de Janeiro, 2002. 130 min.

Em busca de Lélia. Direção: Beatriz Santos Vieira. 2017, 15 min. Disponível em <http://www.futuraplay.org/video/em-busca-de-lelia/377100/> - Acessado em 29.11.2019

Insolação. Direção: Felipe Hirsch e Daniela Thomas, Produção: Cisma Produções Dezenove Som e Imagens Produções. Brasília, 2009. 100 min.

Metade do Céu. Direção: Daniela Thomas. Brasil, 2018, 99 min.

Nada. Direção: Gabriel Martins. 28min, Belo Horizonte, 2017. Disponível em <https://vimeo.com/322902856> - Acesso em 04.02.2020

Linha de Passe. Direção: Daniela Thomas e Walter Salles. Produção: Media Rights Capital (MRC), Pathé Pictures International, Videofilmes Produções Artísticas Ltda; São Paulo, 2008. 113min.

Um dia com Jerusa. Direção: Viviane Ferreira. Produção: Odun. São Paulo, 2018. 80min.

O Banquete. Direção: Daniela Thomas. Produção: Cisma Produções Distribuição: Imovision. São Paulo, 2018. 104 min.

Peripatético. Direção: de Jéssica Queiroz. São Paulo 2017, 15min.

Terra Estrangeira. Direção: Daniela Thomas e Walter Salles. Distribuição: Videofilmes e Animatógrafo. Portugal e Brasil, 1996. 110 min.

Tuã Ingugu - Olhos D'Água. Direção: Daniela Thomas. Produção: Syndrome Films, SESC TV. Brasil, 2019. 11 min.

Vazante. Direção: Daniela Thomas. Produção: Dezenove Som e Imagens, Cisma Produções e UKBAR Filmes. Coprodução: Globo Filmes. Distribuição: Europa Filmes. Brasil, 90 min.

Videoinstalação

KILOMBA, Grada. **O Dicionário [The Dictionary], 2017 – 2019.** Videoinstalação.

